BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

NOVEMBRO 2026

CCDR CENTRO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P.

ÍNDICE

Apresentação 3

Síntese 4

Indicador global de avaliação 6

Fichas de análise 9

- Crescimento e Competividade 10
- Potencial Humano 35
- Qualidade de Vida 48
- Coesão 57
- Sustentabilidade Ambiental e Energética 64

Anexo 70

FICHA TÉCNICA

Editor:
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P.
Responsável Técnico: Unidade de Planeamento e Desenvolvimento Regional
Data de edição: novembro 2026

Nota: A configuração territorial da Região Centro, em que a região integra 100 municípios, é a definida no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, estando os limites territoriais das NUTS III estabelecidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

www.ccdrc.pt

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

A informação deste barómetro encontra-se também em
http://datacentro.ccdrc.pt

Apresentação

O Barómetro do Centro de Portugal tem como objetivo monitorizar o progresso alcançado pela Região Centro, em alinhamento com a estratégia definida no Plano de Ação Regional para o período 2014-2020. Incorpora cinco dimensões de análise consideradas relevantes:

1. Crescimento e Competitividade
2. Potencial Humano
3. Qualidade de Vida
4. Coesão
5. Sustentabilidade Ambiental e Energética

Este sistema de monitorização contempla um conjunto de indicadores-chave com algumas metas definidas, que serão objeto de acompanhamento periódico, permitindo identificar tendências, lacunas de progresso e eventuais ações corretivas e preventivas a desenvolver.

Dentro destas cinco dimensões de análise desenvolveu-se uma bateria de 25 indicadores, permitindo concertar as energias e focalizar os esforços de todos na obtenção de resultados concretos em torno destes mesmos indicadores, considerados prioritários igualmente no que se refere à afetação de recursos orientada para resultados. Cada um destes indicadores resulta numa ficha de análise da sua evolução, sendo atualizada sempre que nova informação é disponibilizada.

Por ocasião do 10.º aniversário desta publicação, assinalado na edição de dezembro de 2023, foi também introduzida a dimensão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), prosseguindo com os objetivos da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, cada uma das 25 fichas de análise do Barómetro foi alinhada com o ODS respetivo entre os 17 aprovados pelos Estados-membros da ONU, para monitorização e avaliação do progresso da Região Centro nas várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental). Os 17 ODS encontram-se apresentados em anexo.



Para além desta perspetiva temática, o Barómetro do Centro de Portugal tem ainda como objetivo acompanhar a evolução da região numa perspetiva global do sucesso regional. Deste modo, é calculado um indicador global de avaliação da Região Centro que permite uma leitura sintética e imediata do seu comportamento relativo face às restantes regiões portuguesas. Os resultados do indicador global encontram-se desagregados pelas cinco dimensões de análise. A sua atualização é feita anualmente.

A lista das fichas de análise agrupadas por dimensões e respetivas subdimensões é então a seguinte:

Crescimento e Competitividade

Internacionalização

1. Exportações de bens
2. Investimento direto estrangeiro

Investigação, Desenvolvimento e Inovação

3. Investimento em Investigação e Desenvolvimento
4. Regional Innovation Scoreboard
5. Doutorados

Dinâmica Empresarial

6. Empresas gazela
7. Criação líquida de empresas

Criação de Valor e Produtividade

8. Produto Interno Bruto
9. Produtividade do trabalho

Potencial Humano

Educação e Formação

10. Abandono escolar precoce
11. População jovem com formação superior
12. Resultados de exames nacionais

Formação de Ativos

13. Formação ao longo da vida

População e Emprego

14. População residente
15. Taxa de desemprego ATUALIZADA
16. Taxa de desemprego jovem

Qualidade de Vida

17. Satisfação dos residentes
18. Produto Interno Bruto por habitante

Coesão

Coesão Social

19. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção ATUALIZADA
20. Distribuição do rendimento

Coesão Territorial

21. Dispersão da variação populacional
22. Dispersão do rendimento familiar

Sustentabilidade Ambiental e Energética

23. Energias renováveis
24. Emissão de gases com efeito estufa
25. Eficiência energética

Síntese

dezembro de 2025

INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO

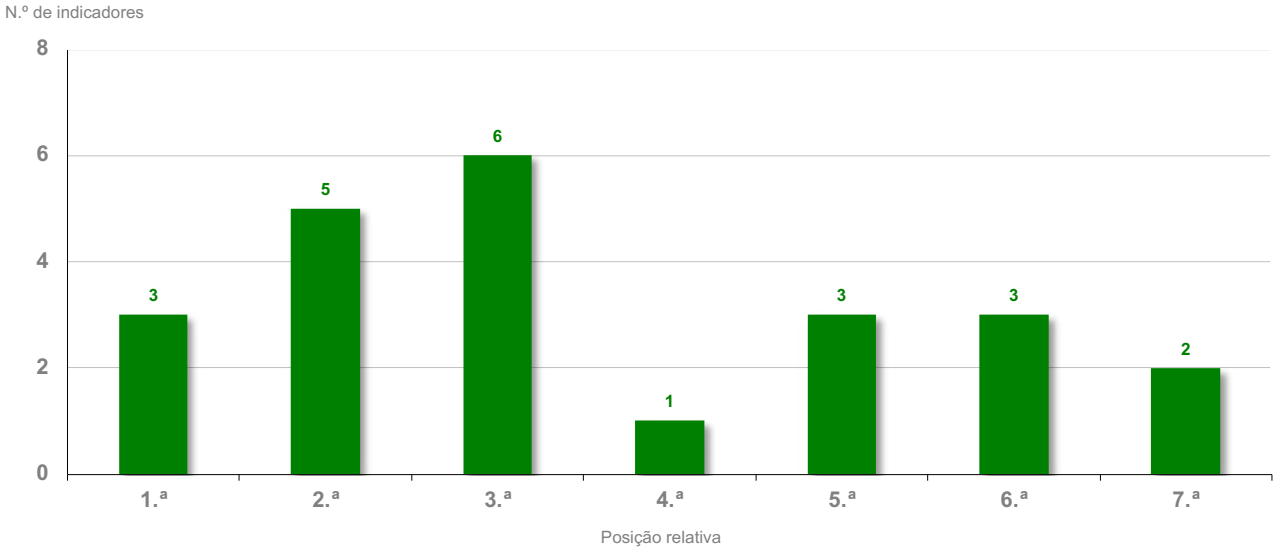


DIMENSÕES DO INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO



novembro de 2026

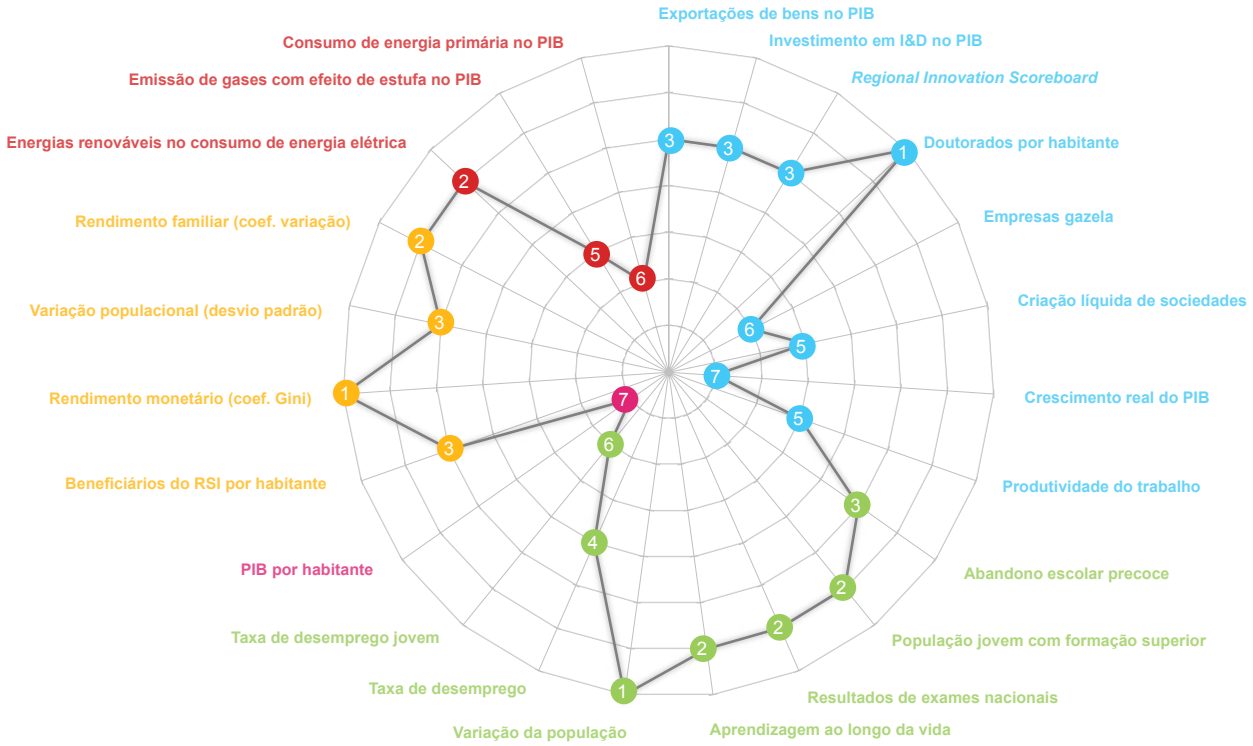
POSICIONAMENTO DA REGIÃO CENTRO FACE ÀS RESTANTES REGIÕES NUTS II (NÚMERO DE INDICADORES EM CADA POSIÇÃO RELATIVA)

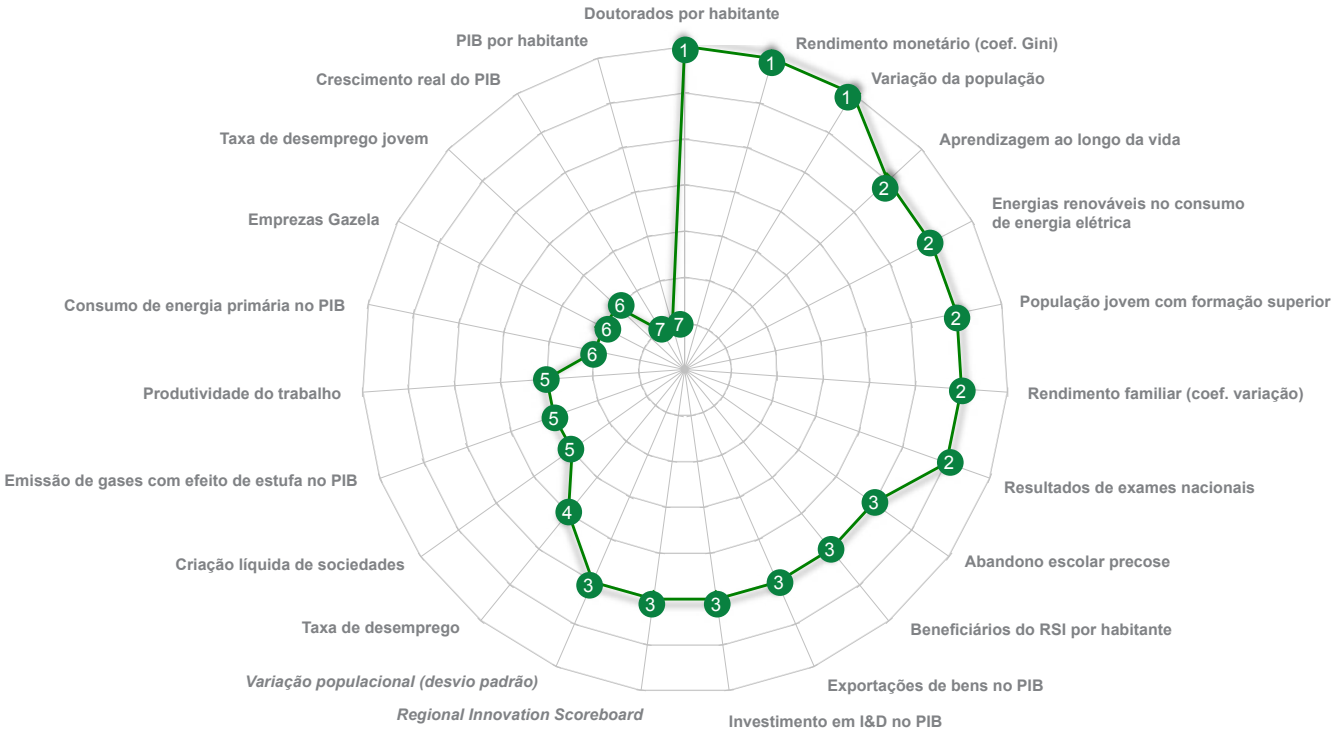


Nota: Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

novembro de 2026

INDICADORES SEGUNDO O POSICIONAMENTO DA REGIÃO CENTRO FACE ÀS RESTANTES REGIÕES NUTS II (ORDENAÇÃO POR DIMENSÃO E POR POSIÇÃO RELATIVA)





BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

INDICADOR GLOBAL DE AVALIAÇÃO

Indicador global de avaliação

dezembro de 2025

Indicador global de avaliação e suas dimensões

	Indicador global	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
2025	4,41	4,15	4,95	1,97	5,59	4,32
2024	4,40	3,44	6,05	1,97	4,58	4,96
2023	4,01	3,36	4,57	1,97	5,25	4,75
2022	4,74	4,44	6,09	2,05	4,35	4,77
2021	4,55	4,37	5,13	2,60	4,73	4,99
2020	4,68	3,81	5,73	2,57	5,98	4,87
2019	5,10	4,69	5,94	2,57	6,07	5,07
2018	4,52	3,46	5,83	2,12	5,73	5,03
2017	4,90	4,47	5,79	2,16	5,74	5,09
2016	4,75	4,04	5,67	2,59	5,81	5,10
2015	5,00	4,46	5,83	2,64	6,06	5,12
2014	4,67	3,96	5,14	2,68	6,32	5,28
2013	4,78	4,22	5,04	3,93	6,18	4,84
2012	5,09	4,66	5,75	4,05	6,17	4,33
2011	4,52	3,44	5,31	4,04	5,90	4,75

Pontuação dos indicadores que integram o indicador global de avaliação da Região Centro e respetivas ponderações do Conselho Regional

Indicadores	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	Ponderações do Conselho Regional
Exportações de bens no PIB	6,4	6,2	6,2	6,1	5,6	5,6	5,6	5,4	6,0	5,6	5,6	8,7
Crescimento do IDE	7,0	1,0	1,0	7,0	1,0	1,0	7,0	1,0	4,0	1,0	7,0	9,2
Investimento em I&D no PIB	5,9	5,4	5,4	5,0	5,6	5,5	5,8	5,4	5,5	5,8	5,2	8,4
Regional Innovation Scoreboard	4,9	4,9	4,9	5,5	5,5	6,4	6,4	6,5	6,5	5,4	5,0	7,4
Doutorados por 1.000 habitantes	5,4	6,1	5,6	4,2	4,8	4,4	4,7	4,6	5,2	5,2	5,3	6,6
Empresas gazela	1,0	1,0	1,0	3,2	3,9	1,0	1,9	1,3	2,1	3,0	1,0	7,0
Criação líquida de sociedades	2,7	3,6	3,4	5,4	4,5	2,3	3,1	4,2	4,9	4,3	4,1	7,7
Crescimento real do PIB	1,0	1,0	1,0	1,0	7,0	6,1	5,2	1,6	4,7	5,3	5,0	8,4
Produtividade do trabalho	2,4	2,1	2,1	2,3	1,9	2,0	1,9	1,7	1,5	1,3	1,3	8,4
Abandono escolar precoce	6,2	6,2	6,2	6,2	7,0	7,0	6,9	7,0	6,9	6,4	7,0	7,6
População jovem com formação superior	4,6	5,8	6,1	6,2	1,0	5,0	6,3	6,0	5,1	3,3	4,4	7,8
Resultados de exames nacionais	5,1	5,0	5,3	5,3	4,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9
Aprendizagem ao longo da vida	5,5	5,0	5,7	5,0	5,1	5,1	5,6	4,3	4,7	3,8	4,7	7,6
Variação da população	5,3	7,0	1,1	7,0	7,0	2,4	2,1	2,4	2,6	5,0	3,5	7,8
Taxa de desemprego	6,0	6,1	7,0	6,2	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	8,8
Taxa de desemprego jovem	2,4	7,0	1,0	6,5	4,6	6,5	6,7	7,0	7,0	7,0	5,3	9,1
Indicador de satisfação dos residentes	3,0	3,0	3,0	3,0	4,0	4,0	4,0	3,0	3,0	4,0	4,0	8,1
PIB por habitante	1,0	1,0	1,0	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3	1,4	8,6
Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes	6,8	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	6,9	7,0	7,0	7,0	7,0	6,2
Rendimento total (coeficiente de Gini)	7,0	4,3	5,9	1,0	1,0	6,9	7,0	7,0	7,0	6,1	6,1	7,0
Variação populacional (desvio padrão)	2,5	1,3	2,3	3,5	4,9	3,9	4,2	3,1	3,1	4,3	5,1	6,8
Rendimento familiar (coeficiente de variação)	6,1	5,9	6,0	6,2	6,3	6,2	6,2	5,9	5,9	5,9	6,1	6,8
Energias renováveis no consumo de energia elétrica	4,6	5,6	4,8	4,6	5,1	4,7	5,0	4,8	4,8	4,8	4,8	7,4
Emissão de gases com efeito estufa no VAB	5,1	5,2	5,2	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	5,3	6,8
Consumo de energia primária no PIB	3,3	4,1	4,3	4,5	4,6	4,7	5,0	5,0	5,2	5,2	5,3	7,5

Posições relativas das regiões NUTS II no indicador global de avaliação, por dimensões

	Indicador global*	Crescimento e competitividade	Potencial humano	Qualidade de vida	Coesão	Sustentabilidade ambiental e energética
Norte	2ª	2ª	2ª	6ª	5ª	1ª
CENTRO	**3ª**	**3ª**	**1ª**	**7ª**	**1ª**	**5ª**
AM Lisboa	1ª	1ª	3ª	1ª	2ª	3ª
Alentejo	6ª	4ª	7ª	4ª	3ª	7ª
Algarve	4ª	5ª	4ª	2ª	4ª	2ª
Açores	7ª	7ª	5ª	5ª	7ª	6ª
Madeira	5ª	6ª	6ª	3ª	6ª	4ª

*Não foram incluídos os indicadores para os quais não existiam valores para todas as regiões NUTS II, designadamente "crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes".

Indicador global de avaliação

Nota Metodológica

O Indicador Global de Avaliação da Região Centro foi calculado com base na matriz dos 25 indicadores que integram o Barómetro. Para além deste índice sintético, são também disponibilizados valores agregados para cada uma das suas cinco dimensões: crescimento e competitividade, potencial humano, qualidade de vida, coesão e sustentabilidade ambiental e energética.

O cálculo destes seis indicadores sintéticos (indicador global de avaliação e cinco indicadores por dimensão) partiu da atribuição de pontuações ao posicionamento que a Região Centro assumia face às restantes regiões do país. A cada um dos indicadores do barómetro foi atribuída uma pontuação de 1 a 7 por interpolação linear considerando os valores máximo e mínimo registados pelas regiões NUTS II por indicador: 7 no caso da região ser a melhor, 1 no caso da região ter o pior desempenho, sendo as posições intermédias as que resultam desta interpolação. No caso de dois indicadores específicos ("crescimento do investimento direto estrangeiro" e "indicador de satisfação dos residentes"), em que apenas se possuía informação para a Região Centro e Portugal, foi calculado o valor da região em percentagem da média nacional e seguidamente convertido numa pontuação também de 1 a 7:

Região Centro como % da média nacional	< 80%	80% - 90%	90% - 100%	100%	100% - 110%	110% - 120%	>120%
Pontuação	1	2	3	3,5	4	5,5	7

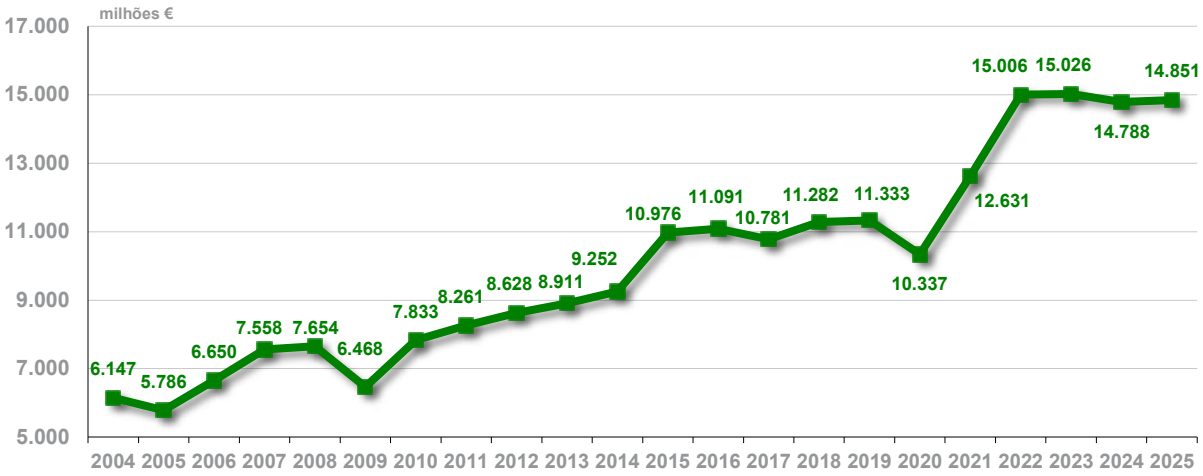
Posteriormente, as pontuações de todos os indicadores foram ponderadas pela importância que o Conselho Regional atribuiu a cada um deles, obtendo-se um índice global que permite avaliar o desempenho da região. Este procedimento foi replicado para cada uma das cinco dimensões do barómetro.

BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

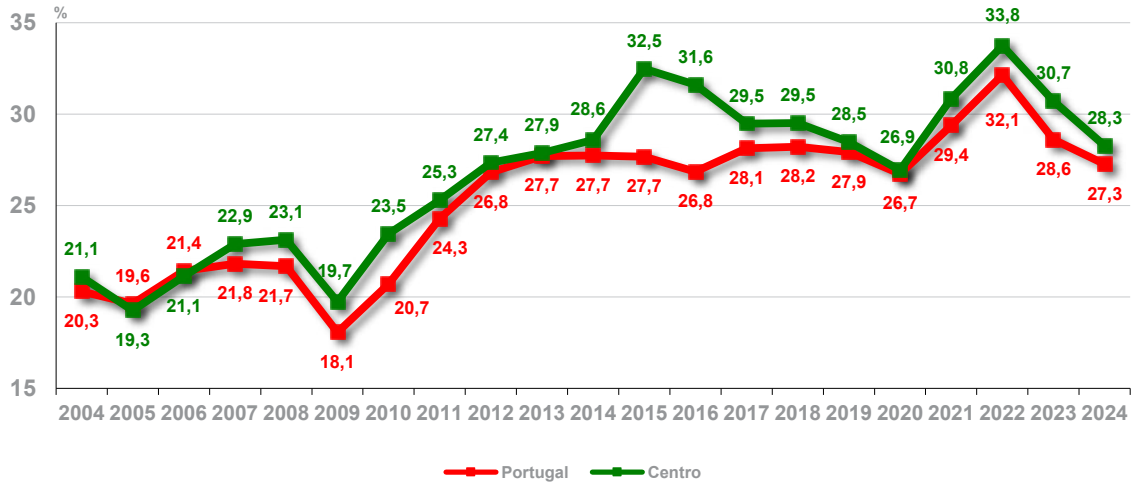
FICHAS DE ANÁLISE

Exportações de bens

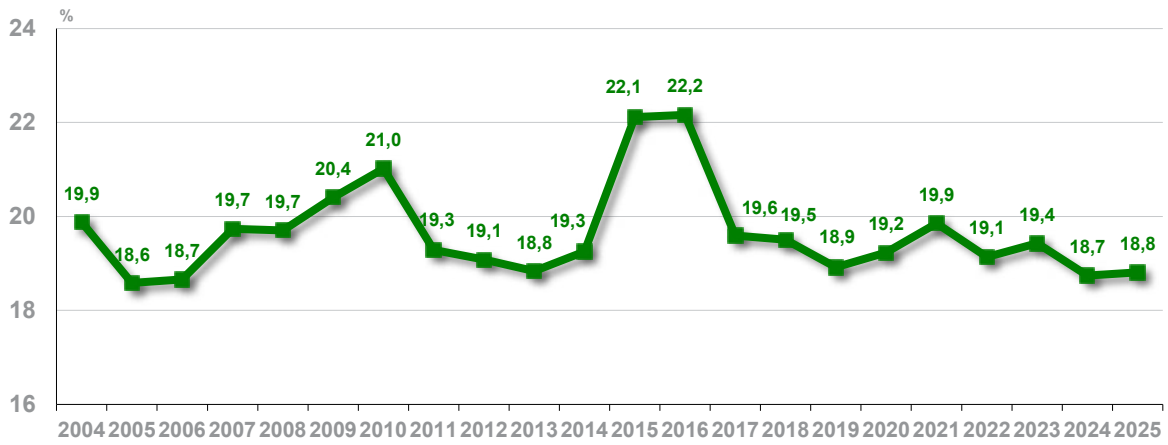
Exportações de bens na Região Centro entre 2004 e 2025



Peso das exportações de bens no PIB entre 2004 e 2024

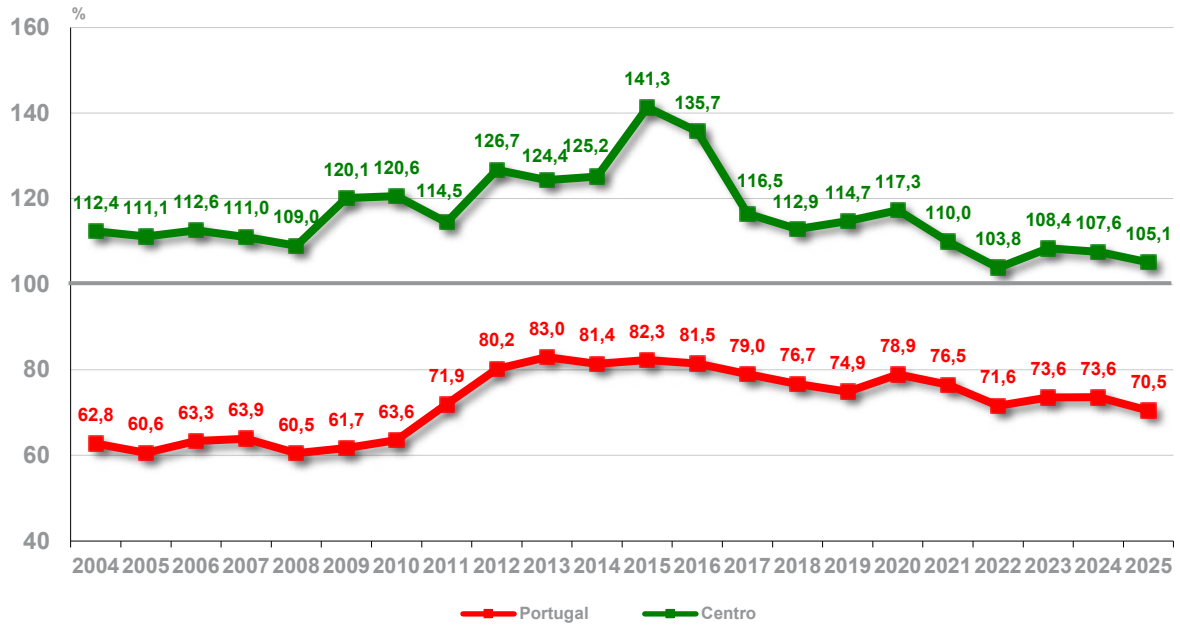


Peso das exportações de bens da Região Centro no total nacional entre 2004 e 2025

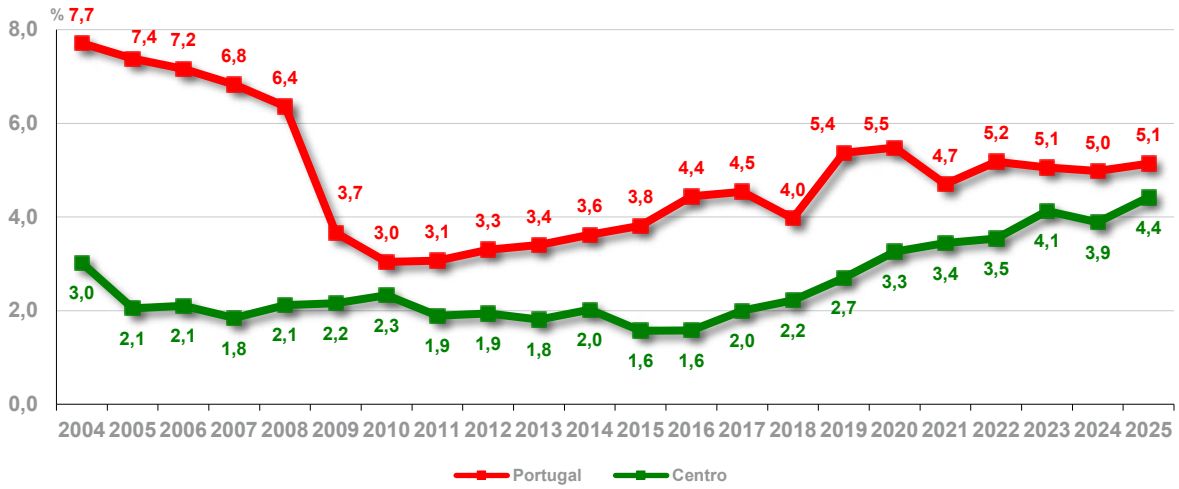


Exportações de bens

Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens entre 2004 e 2025



Proporção de bens de alta tecnologia em exportações entre 2004 e 2025



Exportações de bens

Posicionamento da Região Centro

	Exportações de bens, 2025 (milhões €)	Peso das exportações de bens no PIB, 2024 (%)	Peso das exportações de bens no total nacional, 2025 (%)	Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens, 2025 (%)	Proporção de bens de alta tecnologia em exportações, 2025 (%)
Portugal	**78 968**	**27,3**	**100,0**	**70,5**	**5,1**
Norte	26 637	31,1	33,7	105,9	5,2
CENTRO	**14 851**	**28,3**	**18,8**	**105,1**	**4,4**
AM Lisboa	21 180	21,3	26,8	43,0	5,7
Alentejo	5 056	29,9	6,4	121,3	1,6
Algarve	338	2,0	0,4	50,9	4,0
Açores	200	2,8	0,3	88,5	11,8
Madeira	500	4,9	0,6	145,9	8,9

Em 2025, as exportações de bens da Região Centro cifravam-se em 14,9 mil milhões de euros, valor ligeiramente superior ao registado em 2024 (14,8 mil milhões de euros). As exportações regionais de bens representavam 18,8% do total do país, tendo o Centro aumentado ligeiramente sua importância no cômputo nacional face ao ano anterior, em que o peso era de 18,7%. Na região, as exportações de bens continuaram a superar as importações; no entanto, a taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens reduziu-se para 105,1%, menos 2,5 pontos percentuais do que em 2024. Ainda assim, a taxa de cobertura das importações pelas exportações na região manteve-se bastante acima do registo nacional (70,5%), que também diminuiu face ao ano anterior (-3,1 pontos percentuais), continuando as importações de bens a exceder as exportações. Em 2025, a importância das exportações de bens de alta tecnologia da Região Centro aumentou para 4,4%, retomando a tendência crescente que se observava desde 2017 (apenas interrompida em 2024) e tendo sido atingido o valor mais elevado da série (que se iniciou em 2004). A região convergiu para a média nacional, que também aumentou ligeiramente para 5,1%. O peso das exportações de bens no produto interno bruto (PIB) regional diminuiu, em 2024, para 28,3%, prosseguindo uma tendência de decréscimo, após ter atingido, em 2022, o valor mais elevado da série (33,8%). Ainda assim, o indicador manteve-se acima da média nacional de 27,3%.

Fonte: INE (exportações/importações - dados anuais definitivos de 2004 a 2025, disponibilizados e extraídos pela CCDR Centro em agosto de 2026; PIB - dados anuais definitivos de 2004 a 2023 e provisórios de 2024, disponibilizados em dezembro de 2025 extraídos pela CCDR Centro em fevereiro de 2026).

Notas:

1) A localização geográfica corresponde à localização da sede do operador.

2) O valor de Portugal das exportações de bens inclui a componente "Extra-Regio".

3) A informação de Contas Regionais de 2023 apenas foi divulgada na nova configuração territorial das NUTS 2024 (em substituição das NUTS 2013). Deste modo, os dados obtidos para o Centro a 100 municípios correspondem à agregação da nova NUTS II Centro (77 municípios) e das NUTS III Médio Tejo e Oeste.

Peso das exportações no PIB = Exportações de bens/PIB x 100

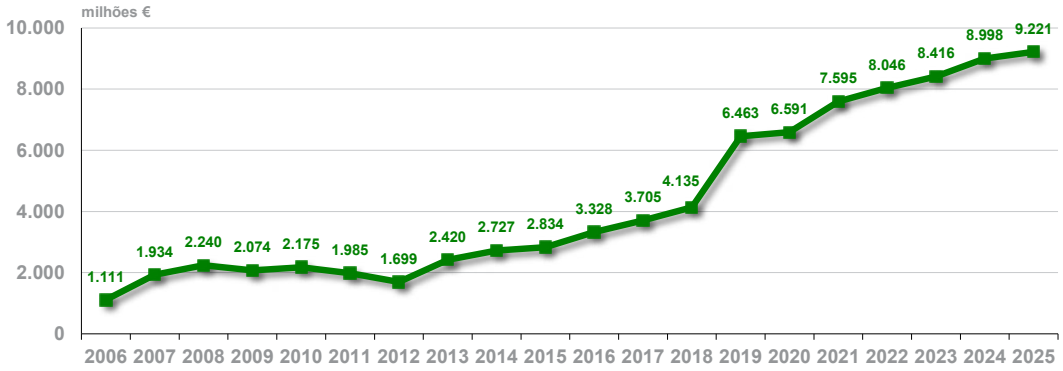
Taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens = Exportações de bens/Importações de bens x 100

Proporção de bens de alta tecnologia em exportações = Exportações de bens de alta tecnologia/Total de exportações de bens x 100

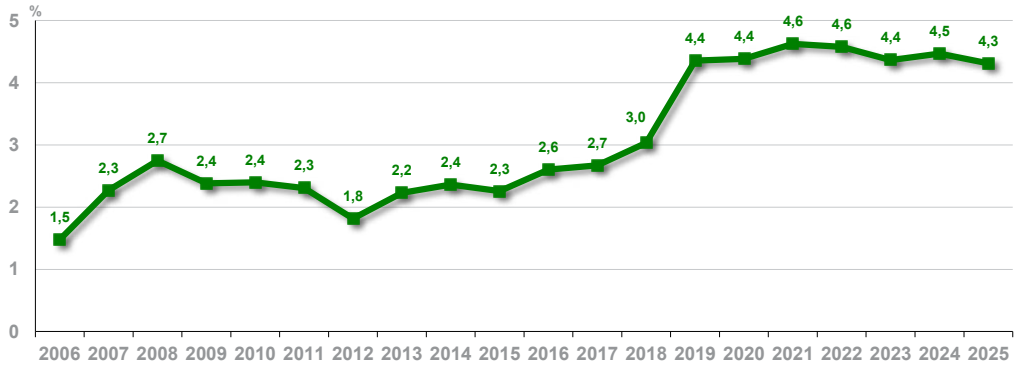
PIB – Produto Interno Bruto

Investimento direto estrangeiro

Investimento direto estrangeiro (IDE) na Região Centro entre 2006 e 2025 (Posições no fim de período)



Peso do IDE da Região Centro no total nacional entre 2006 e 2025 (Posições no fim de período)



Investimento direto estrangeiro na Região Centro entre 2006 e 2025 (Transações)



Investimento direto estrangeiro

Posições de IDE em fim de período

	Região Centro			Portugal	
	Valor (milhões €)	Taxa de crescimento (%)	Peso no total nacional (%)	Valor (milhões €)	Taxa de crescimento (%)
2025	9 221	2,5	4,3	213 731	6,1
2024	8 998	6,9	4,5	201 384	4,5
2023	8 416	4,6	4,4	192 754	9,7
2022	8 046	5,9	4,6	175 733	7,0
2021	7 595	15,2	4,6	164 176	9,2
2020	6 591	2,0	4,4	150 378	1,4
2019	6 463	56,3	4,4	148 343	8,9
2018	4 135	11,6	3,0	136 253	-1,7
2017	3 705	11,3	2,7	138 586	8,4
2016	3 328	17,4	2,6	127 839	1,9
2015	2 834	4,0	2,3	125 515	8,8
2014	2 727	12,7	2,4	115 366	6,4
2013	2 420	42,5	2,2	108 453	16,0
2012	1 699	-14,4	1,8	93 460	8,6
2011	1 985	-8,7	2,3	86 024	-5,2
2010	2 175	4,9	2,4	90 744	4,2
2009	2 074	-7,4	2,4	87 059	6,7
2008	2 240	15,8	2,7	81 564	-4,3
2007	1 934	74,1	2,3	85 256	13,5
2006	1 111	-	1,5	75 088	-

Transações de IDE

	Região Centro			Portugal			% total nacional		
	Saldo	Investimento	Desinvestimento	Saldo	Investimento	Desinvestimento	Saldo	Investimento	Desinvestimento
	milhões €			milhões €					
2025	340	4 732	4 392	8 510	73 287	64 777	4,0	6,5	6,8
2024	241	5 748	5 507	13 071	74 457	61 386	1,8	7,7	9,0
2023	47	5 818	5 771	11 202	70 093	58 891	0,4	8,3	9,8
2022	378	3 299	2 921	11 341	60 900	49 559	3,3	5,4	5,9
2021	825	4 234	3 409	8 852	50 385	41 534	9,3	8,4	8,2
2020	280	2 229	1 949	6 989	53 122	46 133	4,0	4,2	4,2
2019	2 654	4 721	2 067	11 488	56 476	44 987	23,1	8,4	4,6
2018	528	2 292	1 764	6 428	38 714	32 286	8,2	5,9	5,5
2017	523	1 979	1 456	7 051	36 763	29 713	7,4	5,4	4,9
2016	325	1 911	1 586	4 744	36 266	31 521	6,8	5,3	5,0
2015	46	1 774	1 728	6 935	48 662	41 727	0,7	3,6	4,1
2014	-223	1 945	2 167	4 011	51 553	47 542	-5,6	3,8	4,6
2013	121	1 940	1 819	6 765	42 310	35 546	1,8	4,6	5,1
2012	-2	1 512	1 513	6 712	48 121	41 409	0,0	3,1	3,7
2011	128	1 365	1 238	5 710	39 370	33 660	2,2	3,5	3,7
2010	70	1 014	944	2 321	44 360	42 039	3,0	2,3	2,2
2009	-421	633	1 054	1 281	30 068	28 787	-32,8	2,1	3,7
2008	176	965	789	2 423	29 340	26 916	7,3	3,3	2,9
2007	-98	924	1 022	2 048	26 005	23 957	-4,8	3,6	4,3
2006	145	1 459	1 314	8 583	32 980	24 396	1,7	4,4	5,4

Investimento direto estrangeiro

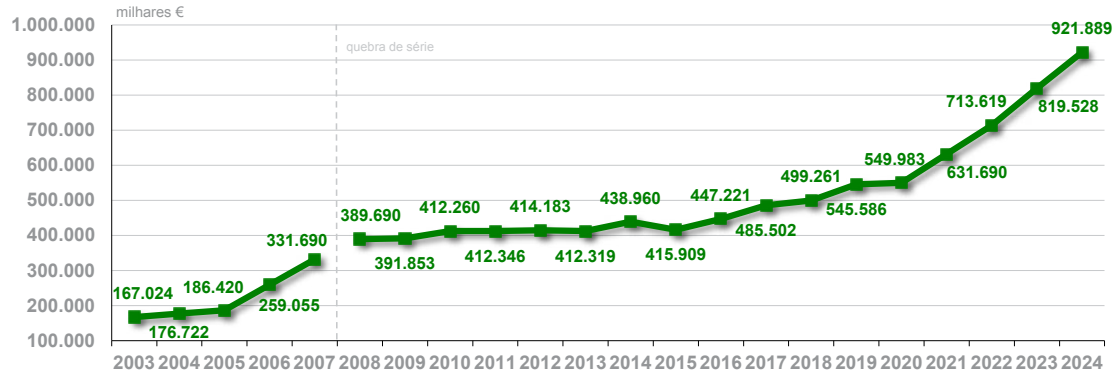
Em 2025, a posição de investimento direto estrangeiro (IDE) na Região Centro aumentou 2,5%, cifrando-se em 9,2 mil milhões de euros. Este valor corresponde a 4,3% do IDE recebido pela economia nacional, ainda assim ligeiramente abaixo do peso registado em 2024. Na Região Centro, desde 2012 que se tem vindo a verificar um crescimento sustentado da posição de IDE correspondendo, atualmente, a mais do quíntuplo do valor apurado naquele ano.

As transações de IDE na região, em cada ano (que têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro), apresentaram um comportamento oscilatório, designadamente desde 2018. O valor máximo líquido de IDE captado pela região ocorreu em 2019 (2,6 mil milhões de euros), tendo os desempenhos recentes sido positivos, mas com valores significativamente inferiores. Em 2025, o fluxo líquido de IDE na Região Centro foi de 340 milhões de euros, representando 4,0% do saldo nacional, traduzindo uma melhoria na dinâmica regional de captação líquida de investimento estrangeiro face ao ano anterior.

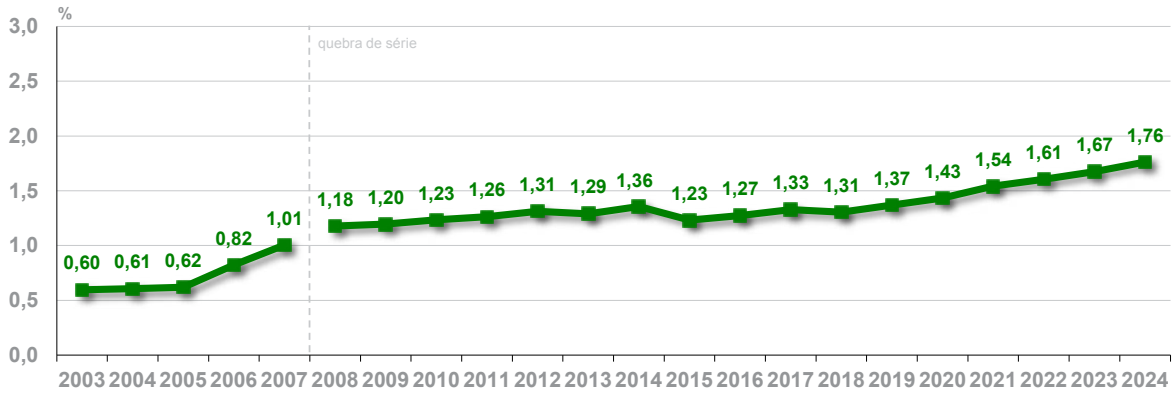
Fonte: Banco de Portugal (dados anuais não publicados recebidos pela CCDR Centro; informação disponível a 28 de maio de 2026).
Notas:
1) A afetação geográfica é efetuada com base na morada fiscal da sede da empresa, pelo que, dependendo da forma como o grupo está organizado, a afetação do IDE pode não identificar a região na qual o investimento é efetivamente realizado.
2) A variação das posições em fim de período resulta das transações do período e de outros ajustamentos (cambiais, de preço e outros).
3) Os dados de 2023 e 2024 foram revistos no âmbito da política de revisões do Banco de Portugal.
Posições em fim de período: As posições de IDE em fim de período referem-se ao investimento acumulado no final de cada ano.
Transações: As transações referem-se ao investimento líquido, ou seja, têm em conta os níveis de investimento e de desinvestimento estrangeiro ao longo do ano.
IDE – Investimento Direto Estrangeiro

Investimento em I&D

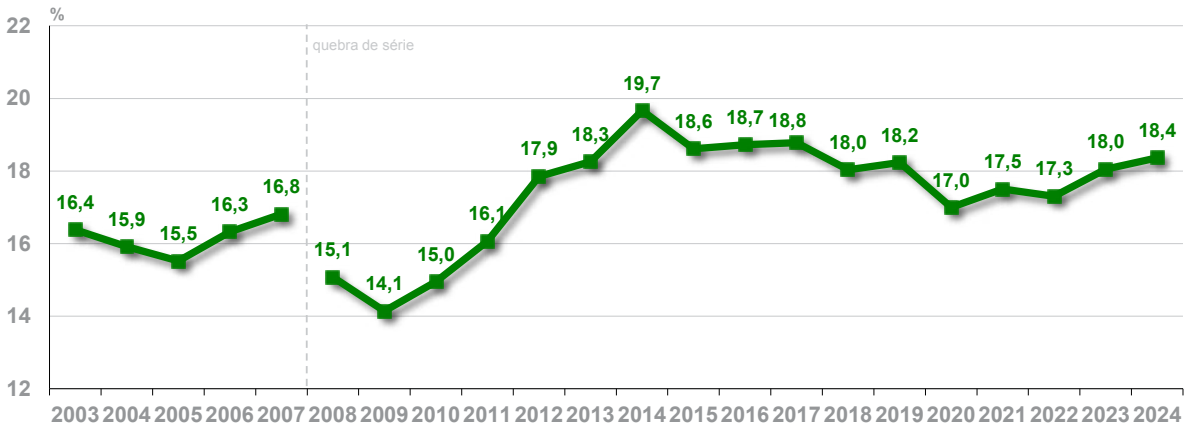
Investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro entre 2003 e 2024



Peso do investimento em I&D no PIB na Região Centro entre 2003 e 2024

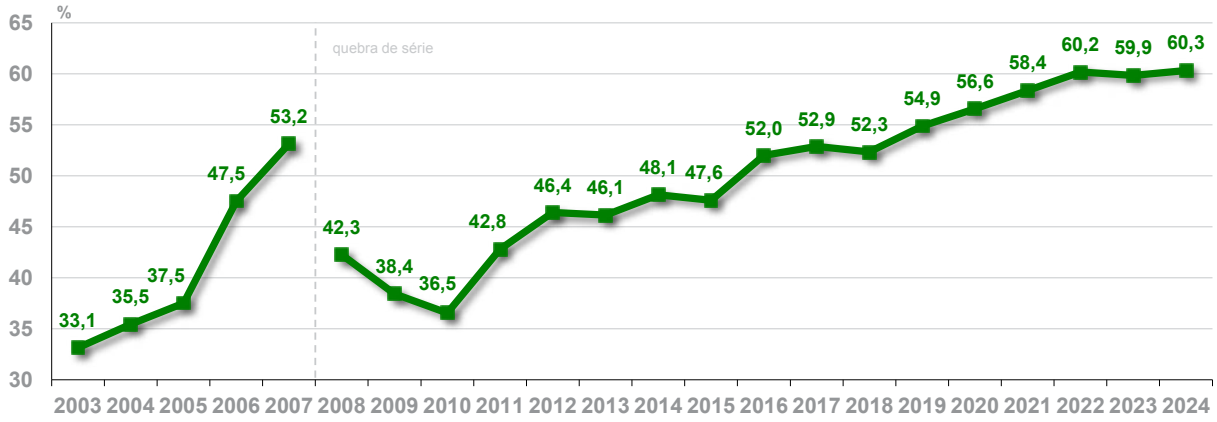


Peso do investimento em I&D da Região Centro no total nacional entre 2003 e 2024



Investimento em I&D

Proporção do investimento em I&D das empresas na Região Centro entre 2003 e 2024



Posicionamento da Região Centro

	Investimento em I&D, 2024 (milhares €)	Peso do investimento em I&D no PIB, 2024 (%)	Peso do investimento em I&D no total nacional, 2024 (%)	Proporção do investimento em I&D das empresas, 2024 (%)
Portugal	**5 020 167**	**1,73**	**100,0**	**63,0**
Norte	1 730 731	2,02	34,5	65,2
CENTRO	**921 889**	**1,76**	**18,4**	**60,3**
AM Lisboa	2 101 720	1,98	41,9	63,3
Alentejo	149 514	0,85	3,0	68,7
Algarve	62 281	0,44	1,2	35,3
Açores	23 436	0,41	0,5	24,0
Madeira	30 596	0,41	0,6	51,5

Investimento em I&D

Em 2024, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na Região Centro era, aproximadamente, de 921,9 milhões de euros, traduzindo um forte acréscimo face a 2023 (12,5%), superior à variação nacional (de 10,6%). Este valor regional representava 18,4% do total da despesa em I&D do país, tendo o Centro aumentado a sua importância no total nacional face aos seis anos anteriores. A proporção de despesa regional de I&D no produto interno bruto (PIB) aumentou na região para 1,76%, o valor mais elevado desde o início da série, superando ligeiramente a média do país (1,73%). A proporção do investimento regional em I&D executado pelas empresas aumentou ligeiramente para 60,3% (mais 0,4 pontos percentuais do que no ano anterior), mantendo-se abaixo da média nacional de 63,0%.

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e INE (I&D - dados anuais, disponibilizados em abril de 2026 e extraídos pela CCDR Centro em maio de 2026; PIB – dados anuais definitivos de 2003 a 2023 e provisórios de 2024, disponibilizados em dezembro de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em maio de 2026).

Notas:

1) A despesa em I&D é avaliada a preços correntes.

2) Em 2008 deu-se uma quebra na série decorrente do processo de articulação da informação do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) com o sistema de monitorização dos docentes do ensino superior (REBIDES), passando a quantificar-se no Setor Ensino Superior a atividade de I&D desenvolvida pelos docentes não reportados pelos centros de I&D.

3) A informação de Contas Regionais e da despesa em investigação e desenvolvimento de 2024 apenas foi divulgada na nova configuração territorial das NUTS 2024, em substituição das NUTS 2013. Deste modo, os dados para a Região Centro a 100 municípios (NUTS 2013) correspondem à agregação da NUTS II Centro (77 municípios) e das NUTS III Médio Tejo e Oeste.

Peso do investimento em I&D no PIB = Despesa em I&D/PIB x 100

Proporção do investimento em I&D das empresas = Despesa em I&D executada pelas empresas/Despesa em I&D total x 100.

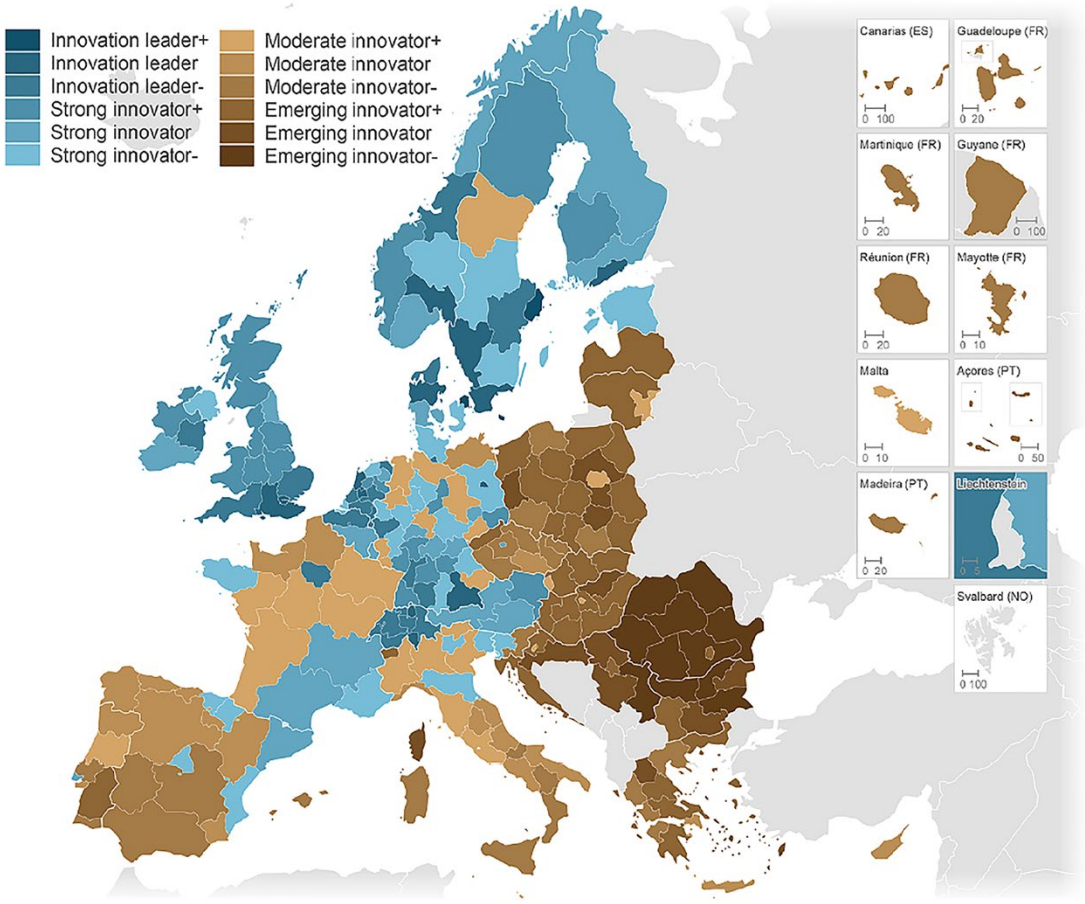
I&D – Investigação e Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

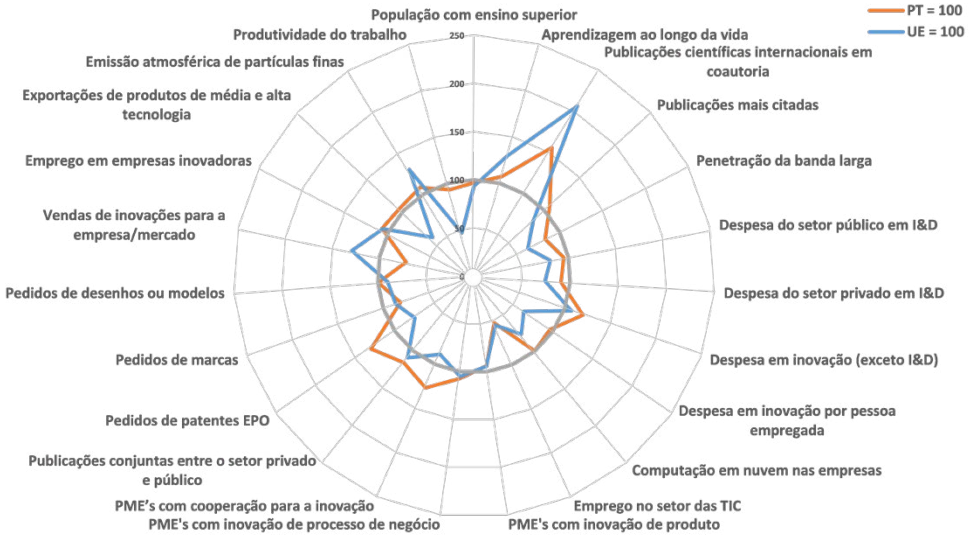
Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* 2025 em Portugal

	Regional Innovation Scoreboard 2025		
	Categoria	% média europeia	Posição (241 regiões)
Portugal	**Inovador moderado**	**90,7**	**-**
Norte	Inovador moderado	88,8	141
CENTRO (77)	**Inovador moderado +**	**90,1**	**137**
Oeste e Vale do Tejo	Inovador moderado -	79,3	161
Grande Lisboa	Forte inovador	109,6	77
Península de Setúbal	Inovador moderado	82,3	154
Alentejo	Inovador emergente +	69,1	186
Algarve	Inovador moderado -	72,1	178
RA Açores	Inovador emergente +	62,2	196
RA Madeira	Inovador moderado -	71,4	180

Resultados do *Regional Innovation Scoreboard* 2025 na União Europeia

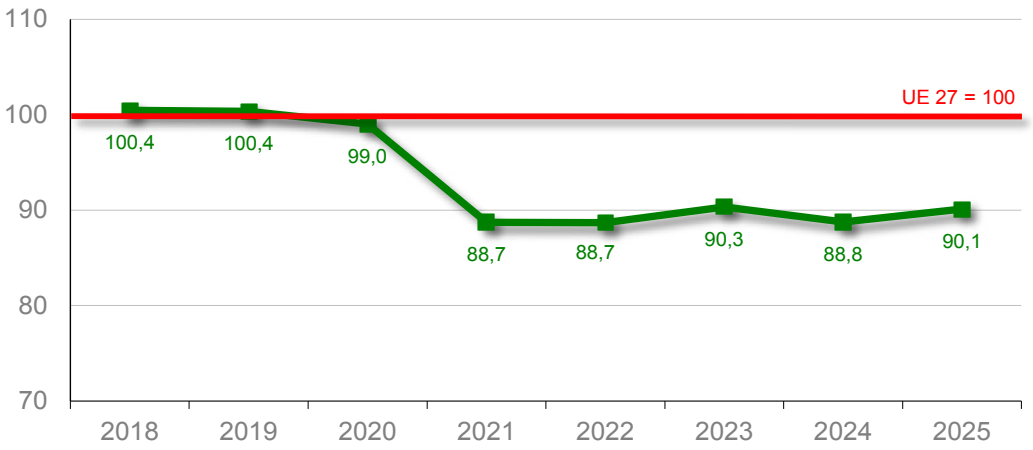


Posição relativa da Região Centro face à União Europeia e a Portugal nos indicadores do *Regional Innovation Scoreboard* 2025

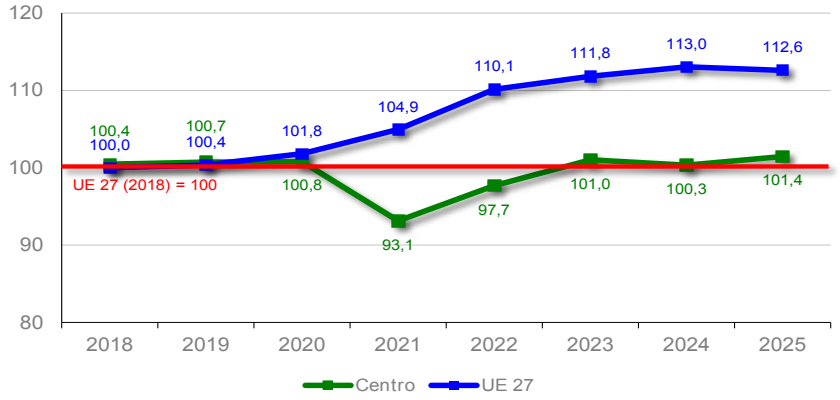


(gráfico traduzido a partir do documento anexo ao relatório principal "Perfis regionais – Portugal")

Desempenho da Região Centro face à média da União Europeia no *Regional Innovation Scoreboard* entre 2018 e 2025



Desempenho da Região Centro e da União Europeia face à média europeia em 2018 no *Regional Innovation Scoreboard* entre 2018 e 2025



Na edição de 2025 do *Regional Innovation Scoreboard*, a Região Centro (77 municípios) foi classificada como *inovadora moderada +* (pertencendo ao terço superior desta categoria), superando a classificação do país, que foi considerado *inovador moderado* (terço médio desta mesma categoria). O Centro melhorou o seu desempenho, mas continua a posicionar-se abaixo da média da União Europeia (90,1%). No total das 241 regiões europeias ocupava a 137.ª posição e, no grupo das 74 regiões inovadoras moderadas, encontrava-se na 27.ª posição. Entre as nove regiões portuguesas (NUTS 2024), o Centro destacava-se com o segundo melhor desempenho, atrás da Grande Lisboa, a única região do país a ser classificada como *forte inovadora*.

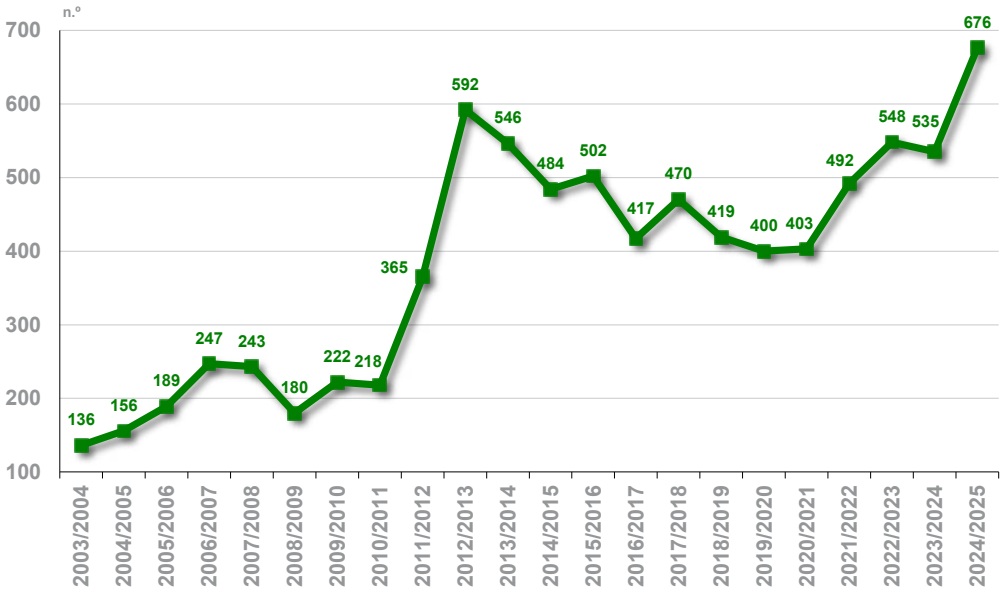
Para o posicionamento do Centro contribuiu, por um lado, o seu bom desempenho relativo em variáveis como as publicações científicas internacionais em coautoria, a aprendizagem ao longo da vida, as vendas de inovações para a empresa/mercado, as emissões atmosféricas de partículas finas, as publicações conjuntas entre o setor público e privado, a despesa em inovação (exceto I&D), o emprego em empresas inovadoras ou a proporção de PME's com inovação de processo de negócio (indicadores em que a região se posicionou acima da média europeia). Por outro lado, a Região Centro apresentou um desempenho relativo menos favorável na produtividade do trabalho, no emprego no setor das Tecnologias de Informação e Comunicação ou nas exportações de produtos de média e alta tecnologia (variáveis em que a região assumia valores abaixo de 60% da média europeia).

Tendo por referência os níveis médios europeus de inovação em 2018 (ano base considerado neste estudo para uma análise evolutiva), verificou-se uma ligeira melhoria no desempenho da Região Centro. Apesar de ter piorado bastante em 2021 (o que poderá ser justificado pela pior performance relativa da região nos indicadores referentes à inovação empresarial), voltou a recuperar desde então, apesar da ligeira quebra verificada em 2024. Ainda assim, apesar das oscilações, tem-se mantido desde 2021 o diferencial face ao nível médio europeu de inovação em cada ano. Este comportamento regional entre 2021 e 2025 também se verificou quando se analisa o nível médio de inovação em cada ano.

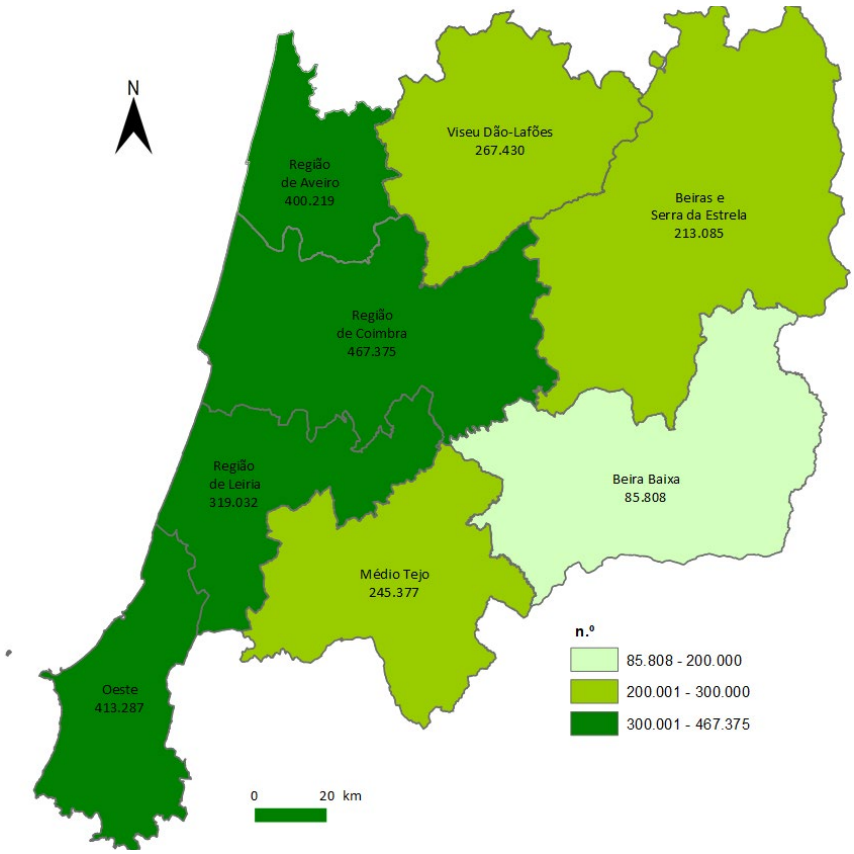
Fonte: *Regional Innovation Scoreboard* 2025 (dados extraídos da publicação e da respetiva base de dados).
Notas:
1) O *Regional Innovation Scoreboard* (RIS) é um indicador compósito produzido pela Comissão Europeia que permite uma comparação do desempenho dos sistemas de inovação das várias regiões europeias. Estes dados abrangem 241 regiões de 22 estados-membros da União Europeia, bem como da Noruega, da Sérvia, da Suíça e do Reino Unido. As regiões são classificadas em quatro grupos: líderes da inovação regional (*"innovation leader"*; desempenho regional acima de 125% da média europeia), fortes inovadoras regionais (*"strong innovator"*; desempenho regional entre 100% e 125% da média europeia), inovadoras moderadas (*"moderate innovator"*; desempenho regional entre 70% e 100% da média europeia) e inovadoras emergentes (*"emerging innovator"*; desempenho regional abaixo de 70% da média europeia). Cada um destes grupos de desempenho é ainda dividido em três subgrupos, de modo a permitir maior diversidade regional: as regiões posicionadas no terço superior (assinaladas com um "+"), no terço médio (sem sinalização adicional) e no terço inferior (assinaladas com um "-"). As regiões mais inovadoras serão líderes da inovação + e as menos inovadoras serão inovadoras emergentes -.
2) Nesta edição do *Regional Innovation Scoreboard* (RIS) é utilizada a nova Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos em vigor desde 01/01/2024 (NUTS 2024), em que a Região Centro é composta por 77 municípios. Deste modo, a configuração da Região Centro utilizada nesta ficha é distinta das restantes fichas desta publicação (em que a Região Centro é constituída por 100 municípios – NUTS 2013).
I&D – Investigação e desenvolvimento
PME – Pequena e média empresa
UE 27 – União Europeia - 27 países (desde 2020)

Doutorados

Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro entre 2003/2004 e 2024/2025

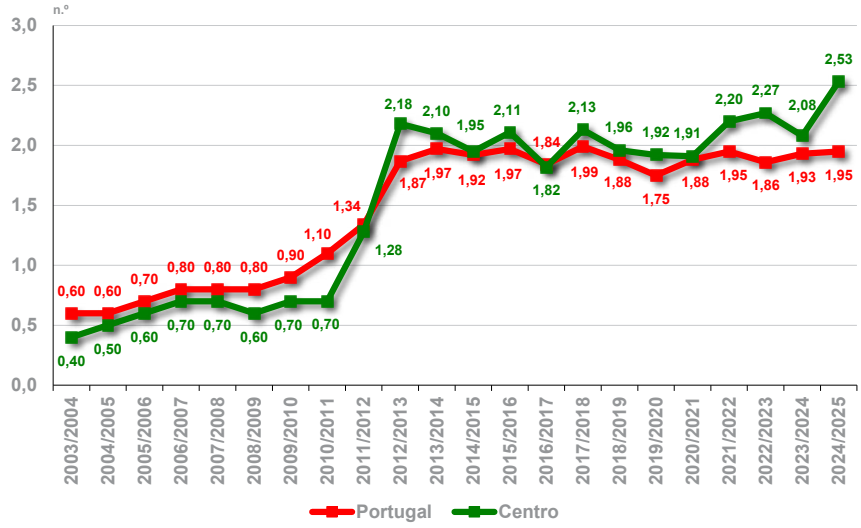


Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro, 2024/2025



Doutorados

Doutorados por 1.000 habitantes (25-34 anos) por ano letivo nas instituições de ensino superior da Região Centro e de Portugal entre 2003/2004 e 2024/2025



Posicionamento da Região Centro

	Doutorados por ano letivo nas instituições de ensino superior, 2024/2025		
	n.º	% do total nacional	n.º por 1.000 habitantes
Portugal	**2 809**	**100,0**	**1,95**
Norte	899	32,0	1,97
CENTRO	**676**	**24,1**	**2,53**
AM Lisboa	1 103	39,3	2,25
Alentejo	69	2,5	0,73
Algarve	37	1,3	0,49
Açores	13	0,5	0,43
Madeira	12	0,4	0,40

No ano letivo 2024/2025, foram concluídos 676 doutoramentos nas instituições de ensino superior da Região Centro, representando 24,1% do total do país. Face ao ano anterior, registou-se um aumento de 26,4% nos doutoramentos concluídos, retomando a tendência de crescimento que tinha sido interrompida no ano letivo anterior. Em termos sub-regionais, foram concluídos doutoramentos na Região de Coimbra, na Região de Aveiro e nas Beiras e Serra da Estrela, o que resulta da localização das três universidades da região: Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro e Universidade da Beira Interior, respetivamente. Verificou-se um acréscimo do número de doutorados nas três sub-regiões face ao ano anterior, ainda que a subida mais significativa tenha ocorrido na Região de Coimbra (+49,6%), seguida das Beiras e Serra da Estrela (+23,2%), tendo a Região de Aveiro registado um aumento mais modesto (+3,0%). Em 2024/2025, o número de doutorados por 1.000 habitantes com idade entre 25 e 34 anos da região aumentou para 2,53, mantendo-se superior à média nacional de 1,95 doutorados por 1.000 habitantes e alcançando o maior valor de toda a série. O Centro passou a ser a região com mais doutorados por cada 1.000 habitantes entre as sete regiões portuguesas (anteriormente era a Área Metropolitana de Lisboa).

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados à CCDR Centro em julho de 2026).

Notas:

1) Os dados não incluem os reconhecimentos de doutoramentos realizados no estrangeiro.

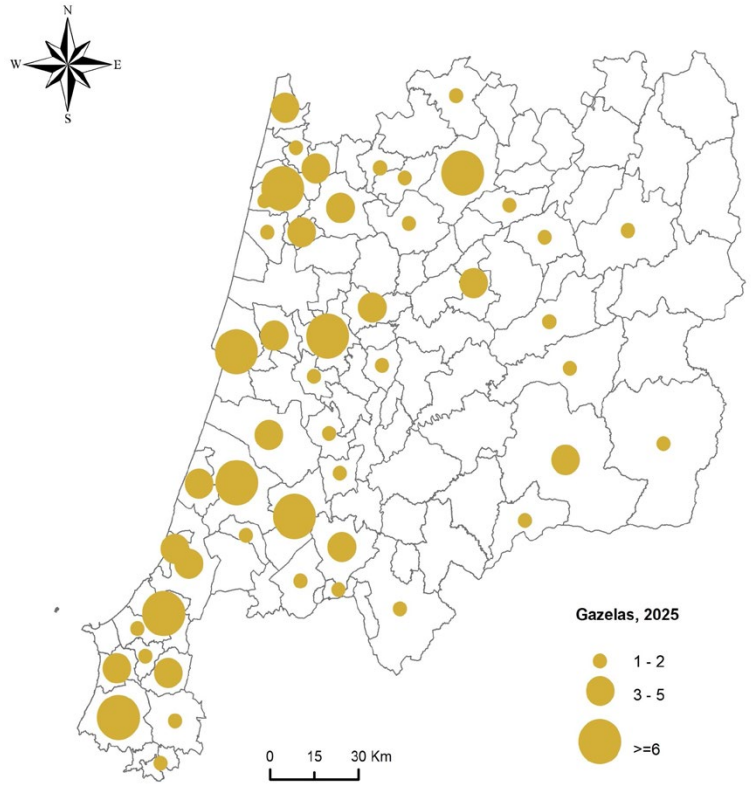
2) A localização geográfica corresponde à localização do estabelecimento de ensino.

Doutorados por 1.000 habitantes = (Doutorados do ensino superior/População residente entre os 25 e 34 anos) x 1.000

Distribuição das 159 empresas gazela de 2025 na Região Centro por atividade económica

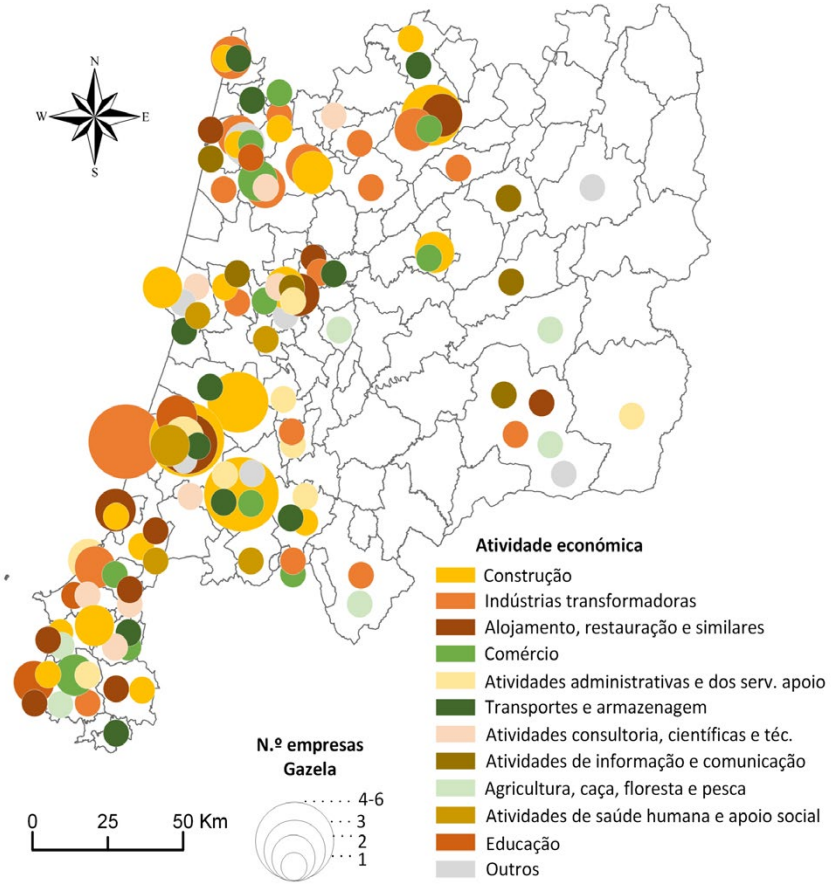
Atividades Económicas	Total (N.º)	Peso no total (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6	3,8
Alojamento, restauração e similares	17	10,7
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11	6,9
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	4	2,5
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	8	5,0
Atividades de informação e de comunicação	6	3,8
Atividades de saúde humana e apoio social	6	3,8
Atividades financeiras e de seguros	0	0,0
Atividades imobiliárias	3	1,9
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos	13	8,2
Construção	36	22,6
Educação	6	3,8
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0,0
Indústrias extrativas	1	0,6
Indústrias transformadoras	29	18,2
Transportes e armazenagem	11	6,9
Outras atividades	2	1,3
TOTAL	**159**	**100,0**

Distribuição geográfica das 159 empresas gazela de 2025 na Região Centro



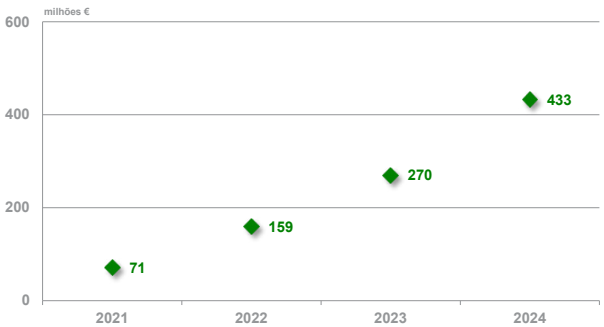
Emprezas gazela

Distribuição geográfica das 159 empresas gazela de 2025 na Região Centro por atividade económica

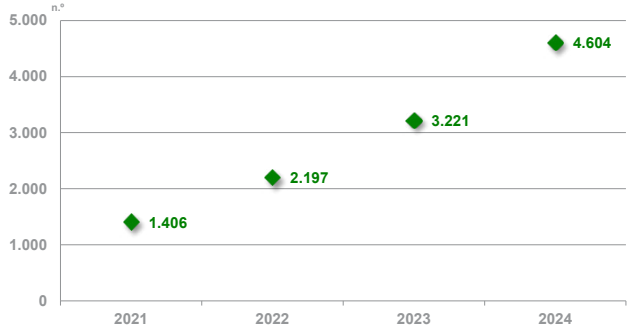


Evolução do volume de negócios e do emprego das 159 empresas gazela de 2025 na Região Centro

Evolução do volume de negócios

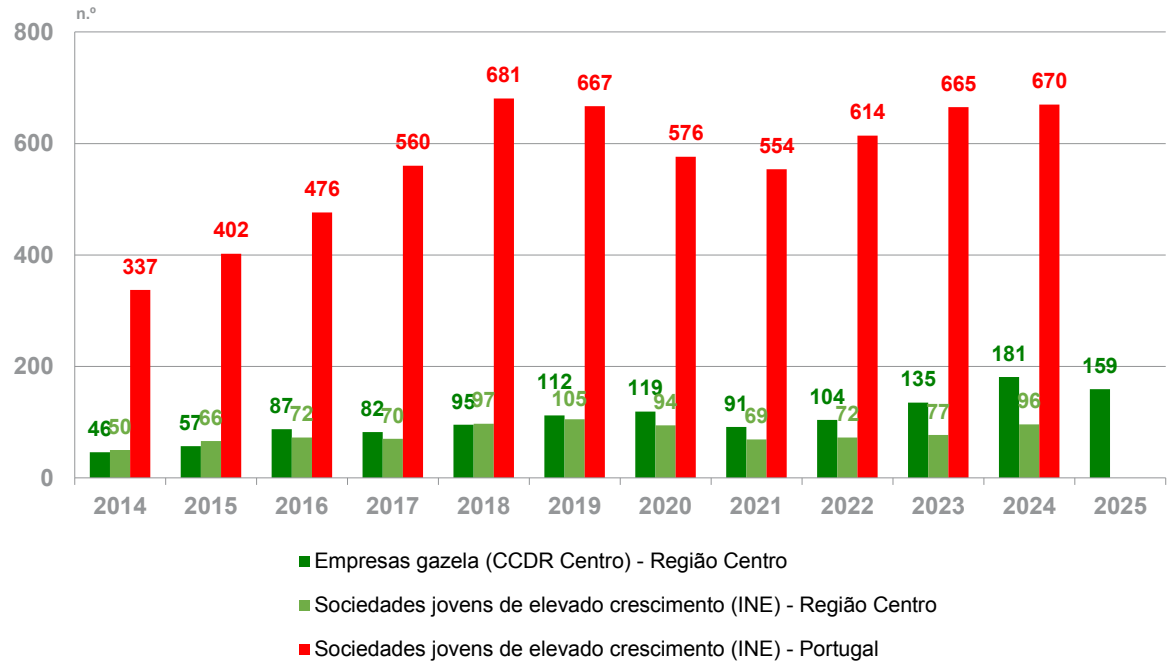


Evolução do emprego



Emprezas gazela

Empresas gazela e sociedades jovens de elevado crescimento entre 2014 e 2025



Posicionamento da Região Centro

	Sociedades jovens de elevado crescimento (gazelas), 2024		
	n.º	% do total nacional	% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas
Portugal	**670**	**100,0**	**1,16**
Norte	224	33,4	1,06
CENTRO	**96**	**14,3**	**0,86**
AM Lisboa	236	35,2	1,44
Alentejo	57	8,5	1,70
Algarve	36	5,4	1,15
Açores	9	1,3	0,82
Madeira	12	1,8	0,88

Emprezas gazela

Segundo o estudo anual realizado pela CCDR Centro, I.P., na Região Centro, em 2025, existiam 159 empresas gazela, correspondendo ao segundo maior valor de toda a série (iniciada em 2012). Face a 2024, ano em que se atingiu o máximo histórico, ocorreu uma redução de 22 empresas gazela. As 159 empresas gazela encontravam-se repartidas por 49 dos 100 municípios da região, traduzindo uma menor dispersão territorial face ao ano anterior, em que estavam distribuídas por 60 municípios. Leiria manteve-se como o município com mais empresas gazela (16), seguido de Torres Vedras (10), Coimbra e Ourém (com nove empresas cada), Aveiro e Viseu (com oito empresas cada) e Caldas da Rainha (com sete empresas). Relativamente às sub-regiões, destacaram-se o Oeste (36), a Região de Leiria (28), a Região de Aveiro (27) e a Região de Coimbra (26). Deste modo, a maioria das empresas gazela (74%) continuavam concentradas nas quatro sub-regiões do litoral da Região Centro, o que decorre de uma maior densidade de empresas e de uma maior dinamização empresarial nesses territórios. Nas atividades económicas destas empresas, destacaram-se a construção (23%), as indústrias transformadoras (18%) e o alojamento, restauração e similares (11%), representando, em conjunto, 52% das empresas gazela da região. O volume de negócios global destas empresas cresceu mais de seis vezes, tendo passado de 71 para 433 milhões de euros entre 2021 e 2024. Estas empresas apresentaram ainda um elevado potencial para gerar novos de postos de trabalho, mais do que triplicando a quantidade de pessoas ao serviço entre 2021 e 2024 (que passaram de 1.406 para 4.604 trabalhadores) e atingindo uma média de 29 pessoas ao serviço por empresa em 2024.

De acordo com a informação do INE, em 2024, as sociedades jovens de elevado crescimento da Região Centro ascendiam a 96, observando-se um aumento de 19 empresas face ao ano precedente. A sua importância no cômputo nacional também aumentou, tendo passado de 11,6% para 14,3% do total do país. Na região, estas sociedades representavam 0,86% do total de sociedades com pelo menos 10 pessoas remuneradas, um peso que aumentou face ao ano anterior, mas que era inferior à média nacional e o segundo mais baixo entre as regiões portuguesas, apenas à frente da Região Autónoma dos Açores.

Fonte: Fonte: Empresas gazela - cálculos próprios a partir de Iberinform, Crédito y Caución (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2025); sociedades jovens de elevado crescimento (gazela) – INE (dados anuais não publicados relativos a empresas não financeiras recebidos pela CCDR Centro).

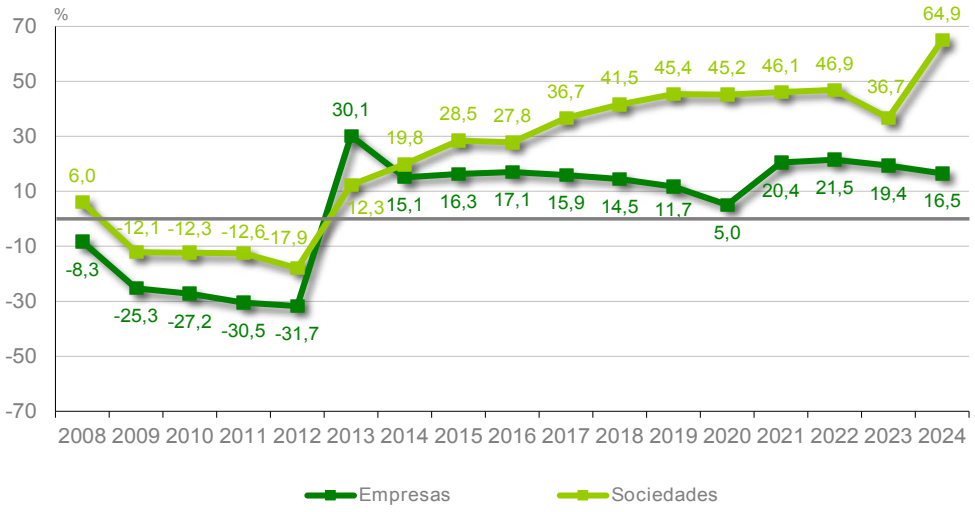
Nota: O estudo «Empresas Gazela 2025», elaborado pela CCDR Centro, encontra-se disponível em: https://www.ccdrc.pt/pt/produto/empresas-gazela-2025/

Empresa gazela: O conceito de empresa «gazela» assumido internacionalmente corresponde a empresas jovens (idade igual ou inferior a cinco anos no início do período de observação) e com elevados ritmos de crescimento, sustentados ao longo do tempo. Foram assim identificadas pela CCDR Centro, com base em informação económica disponível para 2024, as empresas que cumulativamente: tinham sede na Região Centro; apresentavam crescimentos do volume de negócios superiores a 20,0% ao ano em 2022, 2023 e 2024; empregavam pelo menos 10 trabalhadores em 2024; possuíam faturação igual ou superior a 500 mil euros em 2024 e foram constituídas entre 2016 e 2021.

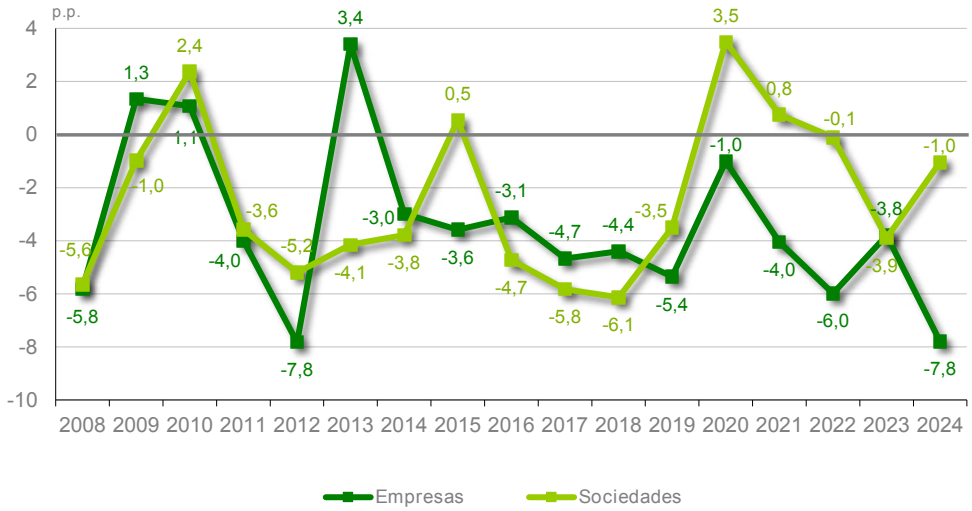
Sociedade jovem de elevado crescimento (gazela): Sociedade até 5 anos de idade com um crescimento médio anual superior a 10% ao longo de um período de 3 anos (o crescimento médio anual é medido em termos do número de pessoas ao serviço remuneradas).

Criação líquida de empresas

Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro entre 2008 e 2024

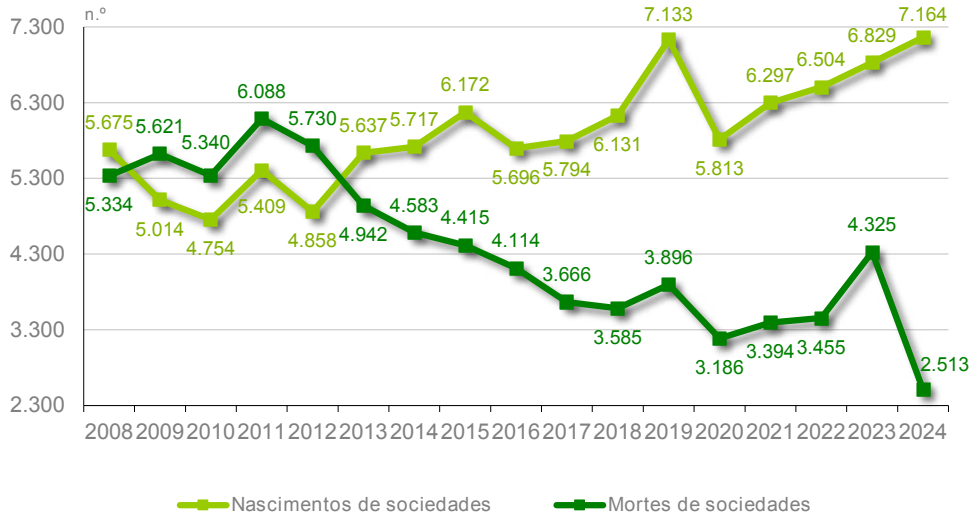


Taxa líquida de criação de empresas e sociedades na Região Centro face ao valor do país (Região Centro – Portugal) entre 2008 e 2024



Criação líquida de empresas

Nascimentos e mortes de sociedades na Região Centro entre 2008 e 2024



Posicionamento da Região Centro

	Taxa líquida de criação de empresas, 2024		Nascimentos de empresas, 2024		Mortes de empresas, 2024	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	**24,3**	**0,0**	**245.501**	**100,0**	**185.789**	**100,0**
Norte	24,1	-0,2	78.377	31,9	59.455	32,0
CENTRO	**16,5**	**-7,8**	**42.728**	**17,4**	**35.666**	**19,2**
AM Lisboa	30,3	6,0	85.544	34,8	59.605	32,1
Alentejo	18,3	-6,1	13.412	5,5	10.964	5,9
Algarve	22,2	-2,1	15.625	6,4	12.160	6,5
Açores	8,1	-16,3	4.358	1,8	4.007	2,2
Madeira	27,9	3,6	5.457	2,2	3.932	2,1

	Taxa líquida de criação de sociedades, 2024		Nascimentos de sociedades, 2024		Mortes de sociedades, 2024	
	%	Face à média nacional (p.p.)	n.º	% total nacional	n.º	% total nacional
Portugal	**66,0**	**0,0**	**44.468**	**100,0**	**15.133**	**100,0**
Norte	65,7	-0,2	14.109	31,7	4.835	32,0
CENTRO	**64,9**	**-1,0**	**7.164**	**16,1**	**2.513**	**16,6**
AM Lisboa	66,6	0,7	16.126	36,3	5.381	35,6
Alentejo	68,3	2,3	2.569	5,8	814	5,4
Algarve	64,2	-1,7	2.565	5,8	917	6,1
Açores	70,9	4,9	618	1,4	180	1,2
Madeira	62,6	-3,4	1.317	3,0	493	3,3

Criação líquida de empresas

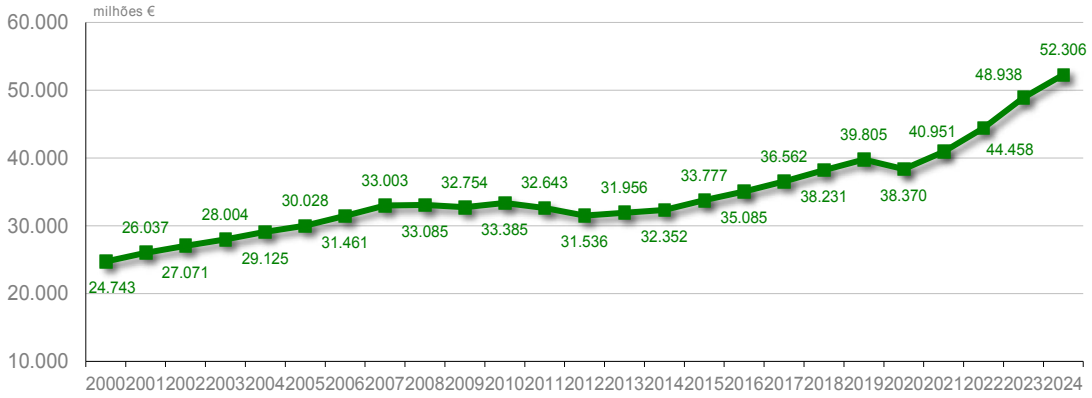
A taxa líquida de criação de empresas na Região Centro diminuiu, em 2024, para 16,5%, verificando-se uma redução de 2,9 pontos percentuais face a 2023 (19,4%) e de 5,0 pontos percentuais em relação a 2022 (21,5%). Este desempenho foi pior do que a média nacional (24,3%), posicionando o Centro como o segundo território português com menor dinamismo empresarial (apenas à frente da Região Autónoma dos Açores). Na região, em 2024, ocorreram 17,4% do total de nascimentos de empresas, correspondendo a 42.728 novas empresas, e 19,2% das mortes de empresas observadas no país, ou seja, 35.666 mortes.

No que respeita à taxa líquida de criação de sociedades no Centro verificou-se que aumentou muito significativamente, em 2024, para os 64,9% (mais 28,2 pontos percentuais face a 2023). Este valor, embora abaixo da média nacional (66,0%), foi o mais elevado desde o início da série em 2008. Apesar da tendência crescente verificada, a região ocupava a quinta posição na hierarquia nacional, à frente da Região Autónoma da Madeira e do Algarve. A Região Centro, em 2024, concentrava 16,1% dos nascimentos de sociedades e 16,6% das mortes de sociedades do país.

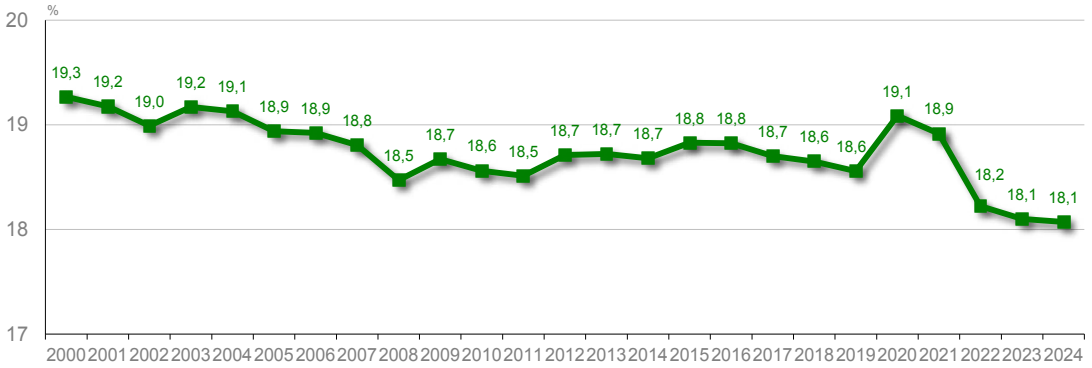
Fonte: Cálculos próprios a partir de INE (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDR Centro em dezembro de 2025).
Notas:
1) Os dados de empresas e sociedades referem-se a empresas e sociedades não financeiras.
2) Os dados de mortes de empresas e de sociedades de 2023 são provisórios e os de 2024 são preliminares.
Taxa líquida de criação de empresas em % das empresas nascidas = (Nascimentos de empresas – Mortes de empresas)/Nascimentos de empresas x 100
Taxa líquida de criação de sociedades em % das sociedades nascidas = (Nascimentos de sociedades - Mortes de sociedades)/ Nascimentos de sociedades x 100
Taxa líquida de criação de empresas face ao valor do país = Taxa líquida de criação de empresas da unidade territorial - Taxa líquida de criação de empresas do país
Taxa líquida de criação de sociedades face ao valor do país = Taxa líquida de criação de sociedades da unidade territorial - Taxa líquida de criação de sociedades do país
p.p. – Pontos percentuais

Produto Interno Bruto

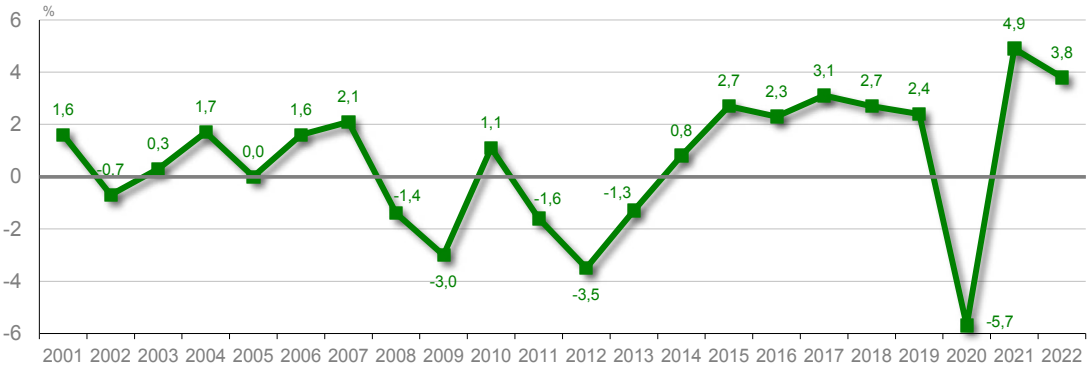
Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes na Região Centro entre 2000 e 2024 (base 2021)



Peso do PIB da Região Centro no total nacional a preços correntes entre 2000 e 2024 (base 2021)

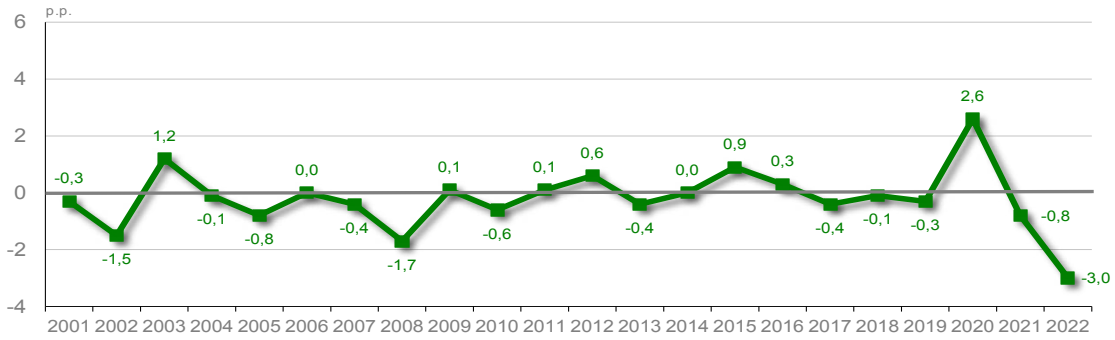


Taxa de crescimento real do PIB na Região Centro entre 2001 e 2022 (base 2016)



Produto Interno Bruto

Crescimento real do PIB na Região Centro face ao país (Região Centro – Portugal) entre 2001 e 2022 (base 2016)



Posicionamento da Região Centro

	PIB a preços correntes, 2024 (milhões €)	Peso do PIB no total nacional, 2024 (%)
Portugal	**289.428**	**100,0**
Norte	85.749	29,6
CENTRO	**52.306**	**18,1**
AM Lisboa	106.006	36,6
Alentejo	17.611	6,1
Algarve	14.312	4,9
Açores	5.753	2,0
Madeira	7.486	2,6

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Centro ascendia a 52,3 mil milhões de euros, tendo registado uma variação nominal de 6,9% face a 2023. Este crescimento foi menos significativo do que a média nacional, uma vez que o país registou um aumento de 7,1%. Em 2024, a atividade económica voltou a crescer em todas as regiões portuguesas; no entanto, o Centro apresentou o segundo menor crescimento nominal do PIB entre as várias regiões, apenas à frente do Alentejo. Em 2024, o PIB regional representava 18,1% do total do país, peso igual ao do ano anterior, permanecendo a Região Centro na terceira posição da hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Norte.

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2023 e provisórios de 2024, disponibilizados e extraídos pela CCDR Centro em dezembro de 2025).

Notas:

1) A informação de Contas Regionais de 2023 e 2024 apenas foi divulgada na nova configuração territorial das NUTS 2024, em substituição das NUTS 2013. Deste modo, apenas foi possível obter dados para a Região Centro a 100 municípios (NUTS 2013) para alguns indicadores disponibilizados pelo INE. Nestes casos, o Centro a 100 municípios corresponde à agregação da NUTS II Centro e das NUTS III Médio Tejo e Oeste. Assim, não foi possível calcular o PIB real, pelo que este indicador não teve atualização nas duas últimas edições desta ficha do Barómetro.

2) Com a divulgação das Contas Regionais de 2023, o INE publicou os dados numa nova base de referência – base 2021. Deste modo, estes dados não são diretamente comparáveis com os da série anterior (base 2016).

Taxa de crescimento real do PIB (taxa de variação em volume) = (PIB do ano n – PIB do ano n-1)/(PIB do ano n-1) x 100, com PIB avaliado a preços do ano n-1

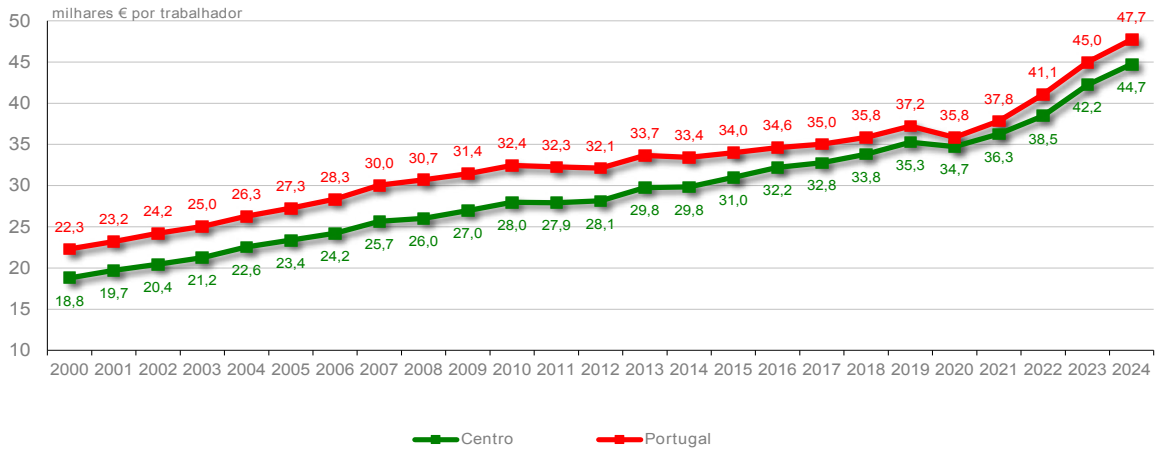
Crescimento real do PIB da Região Centro face ao país = Taxa de crescimento real do PIB da Região Centro – Taxa de crescimento real do PIB de Portugal

PIB – Produto Interno Bruto

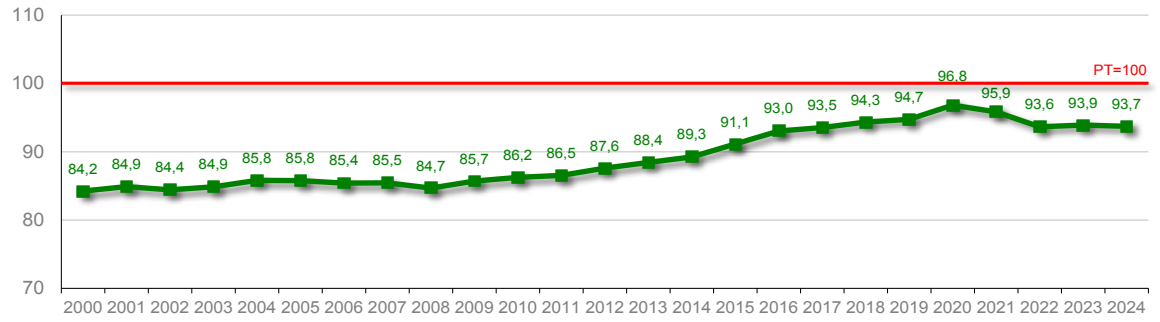
p.p. – Pontos percentuais

Produtividade do trabalho

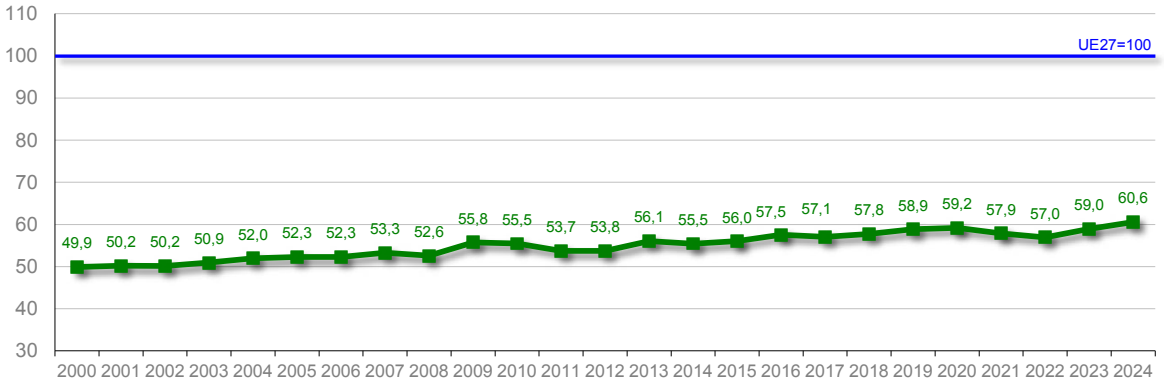
Produtividade do trabalho entre 2000 e 2024



Produtividade do trabalho na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2024



Produtividade do trabalho na Região Centro (UE 27=100) entre 2000 e 2024



Produtividade do trabalho

Posicionamento da Região Centro

	Produtividade do trabalho, 2024		
	milhares € por trabalhador	PT=100	UE27=100
Portugal	**47,7**	**100,0**	**64,6**
Norte	42,3	88,7	57,3
CENTRO	**44,7**	**93,7**	**60,6**
AM Lisboa	56,3	117,9	76,2
Alentejo	45,3	95,0	61,4
Algarve	46,4	97,3	62,9
Açores	41,2	86,3	55,8
Madeira	50,5	105,9	68,4

Em 2024, a produtividade do trabalho na Região Centro era de 44,7 milhares de euros por trabalhador, representando 93,7% do total nacional e 60,6% da produtividade do conjunto dos 27 países da União Europeia. Face a 2023, a produtividade aumentou 5,9%, ligeiramente abaixo do crescimento nacional (de 6,1%), verificando-se uma divergência face à média do país. Em 2024, a região ocupava a quinta posição na hierarquia nacional, somente à frente do Norte e dos Açores (que ocupava a última posição). Ainda assim, em 2024, a produtividade do trabalho da Região Centro convergiu com a média europeia, atingindo os 60,6%, o melhor resultado de toda a série.

Fonte: INE e Eurostat (dados anuais definitivos de 2000 a 2023 e provisórios de 2024 (base 2021), disponibilizados e extraídos pela CCDR Centro em dezembro de 2025).

Notas:

1) A informação de Contas Regionais de 2023 e 2024 apenas foi divulgada na nova configuração territorial das NUTS 2024, em substituição das NUTS 2013. Deste modo, apenas foi possível obter dados para a Região Centro a 100 municípios (NUTS 2013) para alguns indicadores disponibilizados pelo INE. Nestes casos, o Centro a 100 municípios corresponde à agregação da NUTS II Centro e das NUTS III Médio Tejo e Oeste.

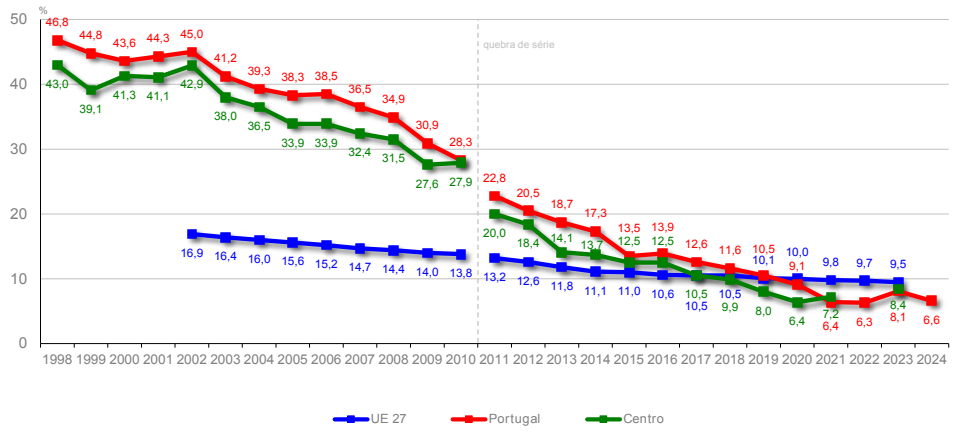
2) O Reino Unido deixou de ser um estado-membro a partir de 31 de janeiro de 2020, pelo que a União Europeia passou a integrar 27 estados-membros (UE 27).

Produtividade do trabalho = Valor Acrescentado Bruto/Emprego

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

Abandono escolar precoce

Taxa de abandono escolar precoce entre 1998 e 2024



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de abandono escolar precoce (%)	
	2024	2023
Portugal	**6,6**	**8,1**
Norte	5,2	6,1
CENTRO	**x**	**8,4**
AM Lisboa	6,3	7,7
Alentejo	x	x
Algarve	11,6	16,0
Açores	19,8	22,9
Madeira	x	x

x - Dado não disponível

Em 2023, a taxa de abandono escolar precoce na Região Centro aumentou para os 8,4%; em 2021, cifrava-se nos 7,2% (não é possível a comparação com 2022, nem referir a evolução em 2024, pois os valores não se encontram disponíveis). Este valor foi superior à média nacional, que aumentou, em 2023, para os 8,1%, interrompendo a tendência de descida que se vinha a verificar desde 2016. O Centro era a região com a terceira menor taxa de abandono escolar precoce, atrás da Região Norte e da Área Metropolitana de Lisboa. Apesar do aumento que se tem vindo a verificar nos últimos anos, este indicador registou quebras acentuadas na região nas últimas duas décadas, diminuindo 34,6 pontos percentuais face a 1998. Com este progresso, o Centro superou, em 2018, a taxa de abandono precoce de educação e formação registada pela média dos 27 Estados-Membros da União Europeia.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em fevereiro de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em março de 2025) e Eurostat (dados anuais, disponibilizados em dezembro de 2024 e extraídos pela CCDR Centro em março de 2025).

Notas:

1) Em 2022 e 2024, o INE não divulgou informação relativa ao abandono escolar precoce na Região Centro, pelo facto de a estimativa obtida para a população dos 18 aos 24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico, que não está a frequentar qualquer atividade no âmbito da educação formal ou educação não formal, se encontrar abaixo do limiar considerado aceitável para divulgação, não assegurando os níveis de qualidade exigidos pelo INE.

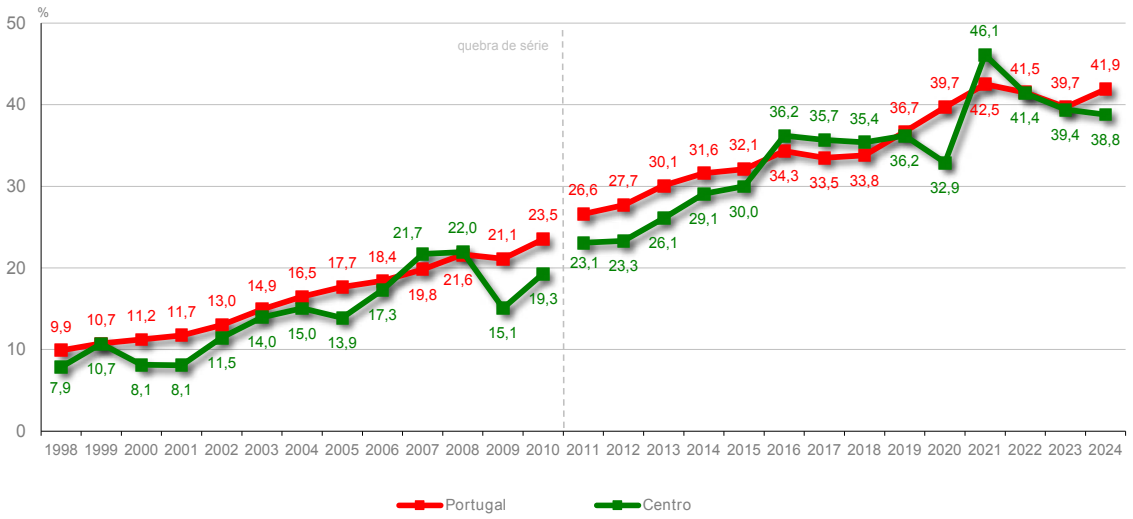
2) Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

Taxa de abandono escolar precoce = (População residente entre 18-24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência / População residente com idade entre 18-24 anos) x 100

UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

População jovem com formação superior

População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior entre 1998 e 2024



Posicionamento da Região Centro

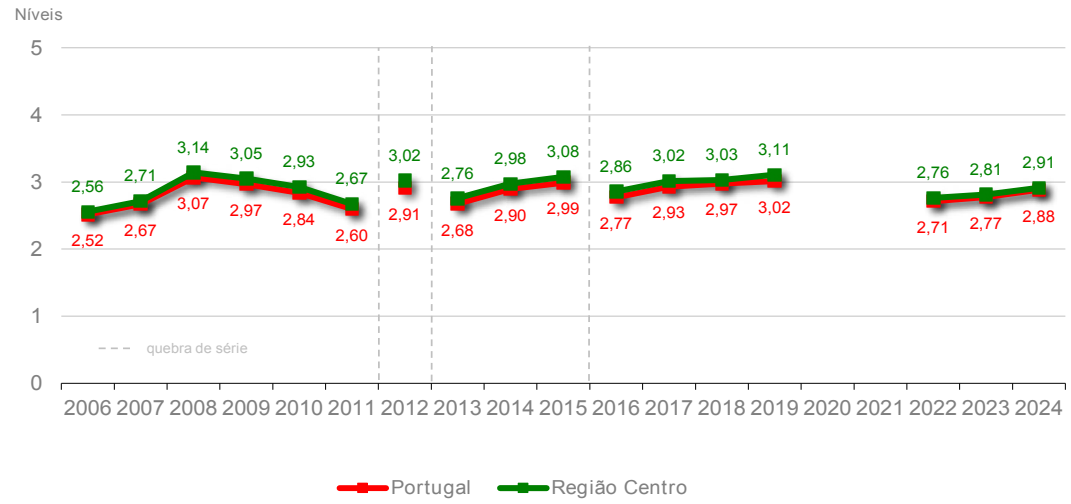
	População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior, 2024 (%)
Portugal	**41,9**
Norte	42,1
CENTRO	**38,8**
AM Lisboa	49,4
Alentejo	30,7
Algarve	32,2
Açores	22,7
Madeira	36,7

Em 2024, 38,8% da população com idade entre os 30 e os 34 anos da Região Centro tinha o ensino superior completo. A região encontra-se abaixo da média nacional (de 41,9%), tendo o indicador diminuído 0,6 pontos percentuais face a 2023. O Centro foi a terceira região portuguesa com melhor desempenho, depois da Área Metropolitana de Lisboa e do Norte. Apesar da diminuição observada nos últimos anos, este indicador tem registado um progresso muito significativo nas últimas décadas, uma vez que o valor atual corresponde aproximadamente a um quíntuplo do registado em 1998.

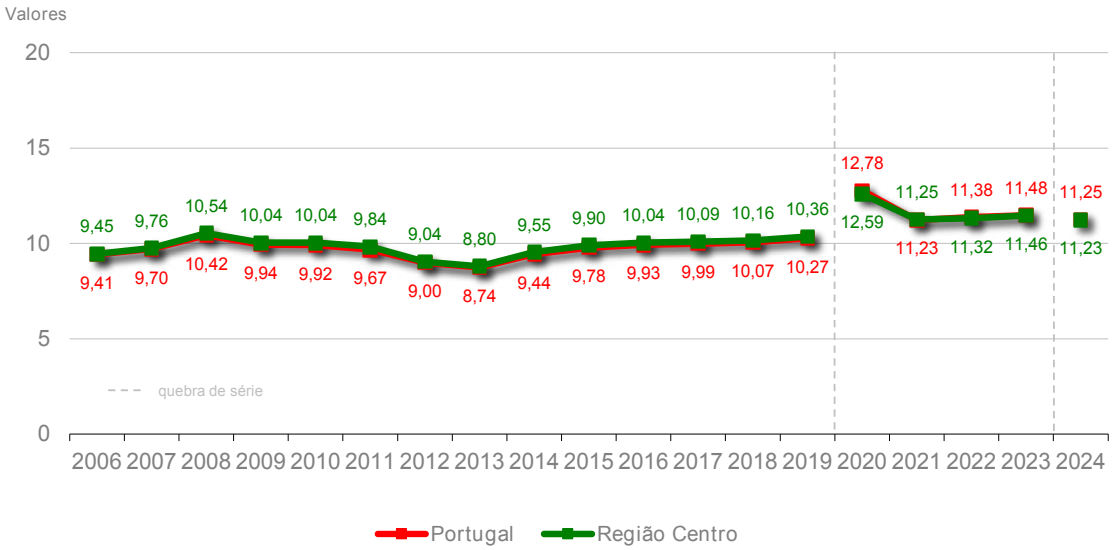
Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em fevereiro de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em março de 2025).
Nota: Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).
População jovem (30 aos 34 anos) com formação superior = População com ensino superior completo entre os 30-34 anos/População entre os 30-34 anos x 100

Resultados de exames nacionais

Resultados de exames nacionais do ensino básico entre 2006 e 2024

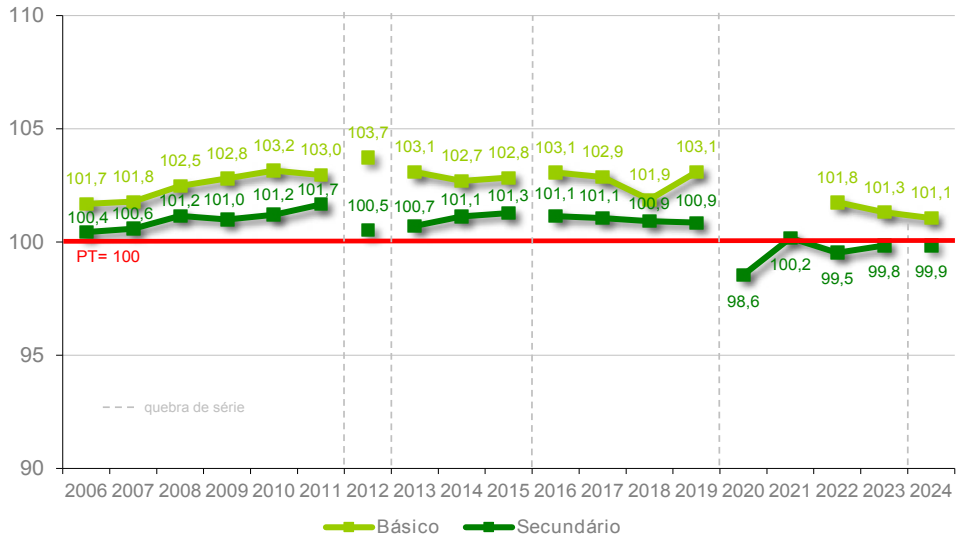


Resultados de exames nacionais do ensino secundário entre 2006 e 2024



Resultados de exames nacionais

Resultados de exames nacionais dos ensinos básico e secundário na Região Centro (PT=100) entre 2006 e 2024



Posicionamento da Região Centro

	Resultados de exames nacionais, 2024		Posicionamento face ao país nos resultados de exames nacionais (PT=100), 2024		
	Ensino básico - 9.º ano (níveis 1 a 5)	Ensino secundário (0 a 20 valores)	Média dos ensinos básico e secundário	Ensino básico - 9.º ano	Ensino secundário
Portugal	**2,88**	**11,25**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Norte	3,00	11,65	103,78	103,92	103,63
CENTRO	**2,91**	**11,23**	**100,46**	**101,06**	**99,86**
AM Lisboa	2,82	11,04	97,96	97,74	98,17
Alentejo	2,73	10,70	94,91	94,67	95,15
Algarve	2,73	10,84	95,54	94,68	96,39
Açores	2,60	10,84	93,28	90,19	96,37
Madeira	2,87	11,10	99,18	99,69	98,68

Resultados de exames nacionais

Em 2024, a Região Centro apresentou o segundo melhor desempenho do país nos resultados dos exames nacionais do 9.º ano do ensino básico, logo após a Região Norte, assistindo-se a uma melhoria na classificação média face ao ano anterior. A região continuou a manter-se ligeiramente acima da média nacional, ainda que tenha existido uma tendência de aproximação nos últimos anos.

No ensino secundário, a classificação média regional nos exames nacionais posicionava a Região Centro também na segunda posição a nível nacional, novamente a seguir à Região Norte. A região apresentava, no entanto, resultados ligeiramente inferiores à média do país, mantendo-se ainda as consequências de um quadro atípico resultante da pandemia de COVID-19.

Fonte: Cálculos próprios a partir da Direção Geral de Educação (dados anuais, disponibilizados em fevereiro de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em agosto de 2025).

Notas:

1) Os valores de Portugal incluem os resultados de alunos que frequentam escolas portuguesas no estrangeiro.

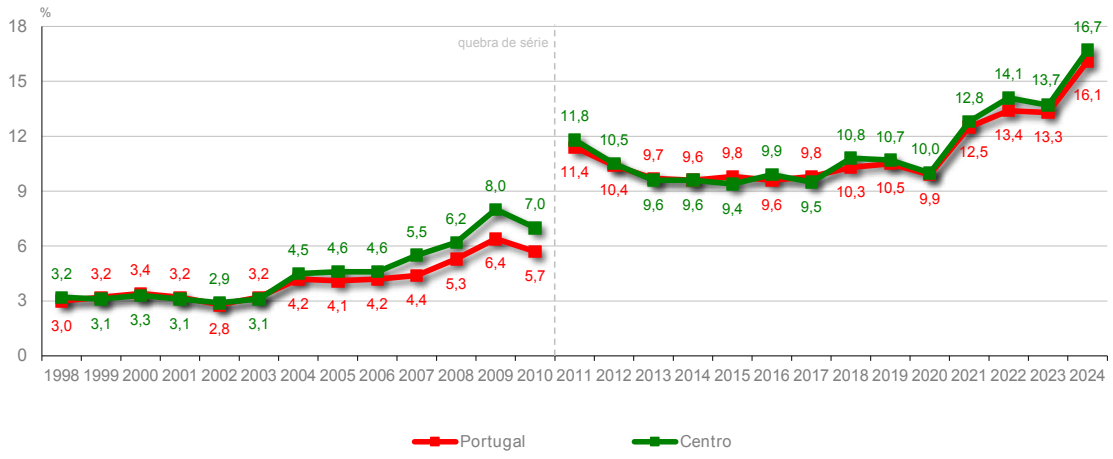
2) No ensino básico, os exames nacionais foram realizados para o 9.º ano de 2006 a 2011; para os 6.º e 9.º anos em 2012; para os 4.º, 6.º e 9.º anos de 2013 a 2015; e novamente apenas para o 9.º ano de 2016 em diante. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).

3) Também no ensino básico, em 2020 e 2021, devido à situação de pandemia causada pela doença COVID-19, que afetou o normal funcionamento dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, respetivamente, não foram realizadas as provas finais do ensino básico, no 9.º ano de escolaridade. Em 2022, foi retomada a realização das provas finais de 9.º ano, mas apenas para efeitos de diagnóstico das aprendizagens, mantendo-se, para os alunos, as condições de aprovação e conclusão do ensino básico, assentes apenas na avaliação interna. Em 2023, as provas finais voltaram a ter efeitos no cálculo da classificação final às disciplinas de Português e de Matemática e para a conclusão do 3.º ciclo do ensino básico, enquadramento que se manteve em 2024.

4) No ensino secundário, em 2020, foi suspensa a ponderação dos resultados nos exames nacionais para a classificação interna e conclusão do ensino secundário, restringindo a sua aplicação às provas de ingresso, de melhoria de nota da classificação de prova de ingresso já realizada ou da classificação final da disciplina para efeitos de acesso ao ensino superior (o que implicou uma diminuição do número de provas efetuadas). Além desta alteração, será ainda importante referir que, em 2021, apesar dos exames seguirem o mesmo modelo de 2020, com a identificação, em cada prova, de um conjunto de itens com resposta obrigatoriamente contabilizada para a classificação final e de um outro conjunto de itens de resposta opcional, aumentaram os itens de resposta obrigatória, diminuindo as perguntas opcionais em número e valorização. Deste modo, a partir de 2020, com a realização de menos exames, em moldes diferentes, num período mais distendido no tempo e apenas em disciplinas necessárias como provas de acesso, não devem ser realizadas comparações com os resultados obtidos nos anos anteriores, considerando-se uma quebra de série. Em 2024, registaram-se mudanças no caso dos alunos do 11.º ano, uma vez que voltaram a realizar-se exames para a classificação interna e conclusão do ensino secundário, sendo obrigatório os alunos realizarem, pelo menos, três exames. Nas disciplinas sujeitas a exame final nacional, os resultados dos exames contribuíram com 30% para a classificação final de cada uma dessas disciplinas. Deste modo, não devem ser realizadas comparações com os resultados obtidos nos anos anteriores, considerando-se uma quebra de série.

Formação ao longo da vida

Aprendizagem ao longo da vida entre 1998 e 2024



Posicionamento da Região Centro

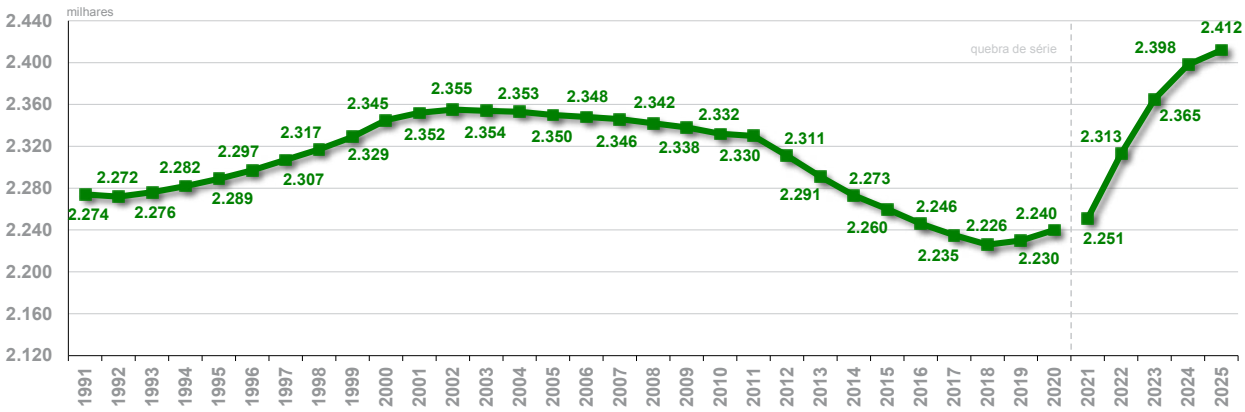
	Aprendizagem ao longo da vida, 2024 (%)
Portugal	**16,1**
Norte	14,6
CENTRO	**16,7**
AM Lisboa	19,2
Alentejo	13,9
Algarve	14,5
Açores	9,5
Madeira	11,1

Em 2024, 16,7% da população com idade entre os 25 e os 64 anos da Região Centro tinha participado em atividades de educação e formação. Este foi o maior valor de toda a série, tendo-se registado um aumento de três pontos percentuais face a 2023. A Região Centro continuou a posicionar-se acima da média nacional (16,1%). Comparativamente com as outras regiões portuguesas, o Centro ocupava o segundo lugar na hierarquia nacional, depois da Área Metropolitana de Lisboa. Atualmente, mais do quíntuplo da população regional com idade entre os 25 e os 64 anos participa em atividades de educação e formação face ao registado em 1998.

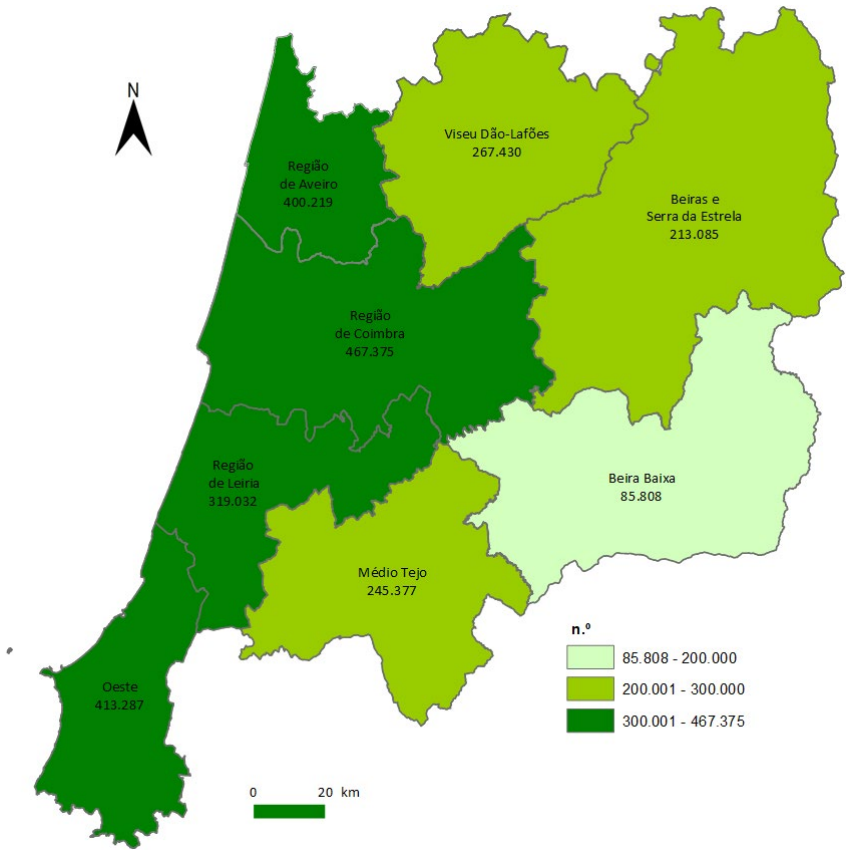
Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em fevereiro de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em março de 2025).
Notas:
1) O questionário do Inquérito ao Emprego, na série de dados iniciada no 1.º trimestre de 2021, apresenta um maior detalhe na captação de atividades de aprendizagem não formal. Esta circunstância pode ter impacto nos resultados dos indicadores para os quais é utilizada esta informação, quando comparados com os da série de dados em vigor do 1º trimestre de 2011 ao 4.º trimestre de 2020.
2) Os dados até 2010 respeitam à série de 1998 do Inquérito ao Emprego. A partir de 2011 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, os dados das diferentes séries não são diretamente comparáveis entre si (quebra de série).
Aprendizagem ao longo da vida = População entre os 25 e os 64 anos que no período de referência participou em atividades de educação e formação/População entre os 25 e os 64 anos x 100

População residente

População residente na Região Centro entre 1991 e 2025

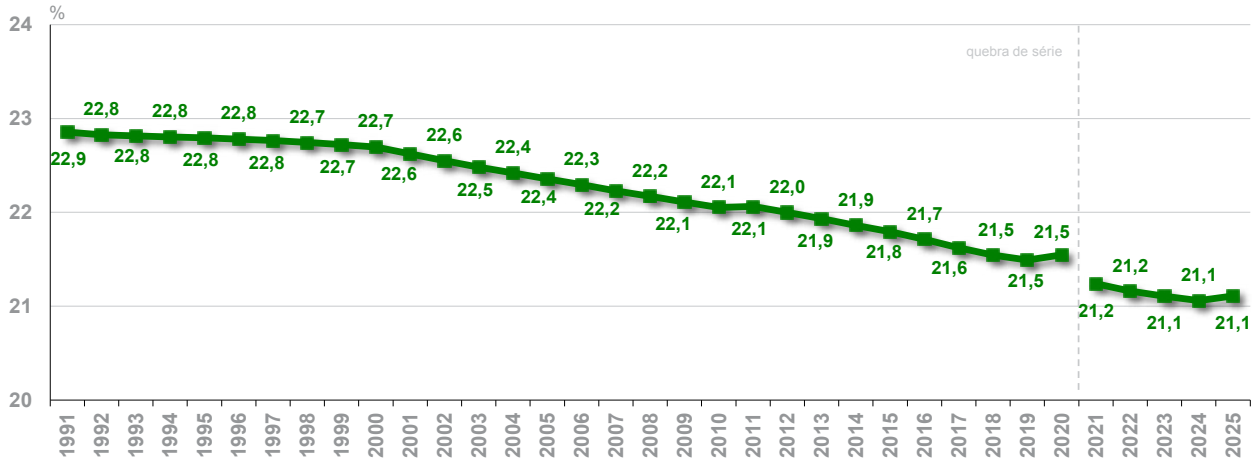


População residente na Região Centro, 2025

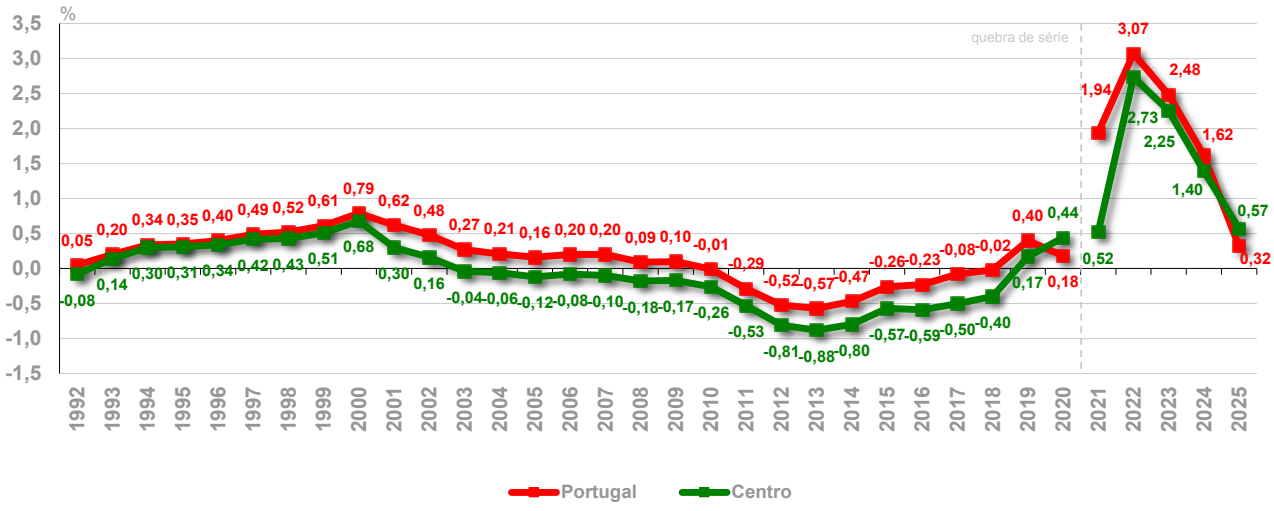


População residente

Peso da população residente na Região Centro no total nacional entre 1991 e 2025



Taxa de variação da população residente entre 1992 e 2025



População residente

Posicionamento da Região Centro

	População residente, 2025		Taxa de variação da população residente, 2024-2025
	n.º	% do total nacional	%
Portugal	**11 424 031**	**100,0**	**0,32**
Norte	3 790 554	33,2	0,33
CENTRO	**2 411 613**	**21,1**	**0,57**
AM Lisboa	3 352 939	29,3	0,18
Alentejo	779 435	6,8	0,16
Algarve	578 032	5,1	0,16
Açores	245 328	2,1	0,40
Madeira	266 130	2,3	0,54

A 31 de dezembro de 2025, estimava-se que residiam, na Região Centro, 2,4 milhões de indivíduos, tendo existido um crescimento populacional de 0,57% face a 2024, superior à variação nacional de 0,32%. A população residente no Centro tem vindo a aumentar nos últimos anos, contrariando a tendência de decréscimo populacional verificada nas décadas anteriores. No entanto, desde 2023, que tem existido uma desaceleração do crescimento populacional. Em 2025, o acréscimo populacional resultou de um crescimento migratório que mais do que compensou o decréscimo natural. Todas as regiões portuguesas aumentaram a sua população residente em 2025, tendo o Centro sido a região com o maior crescimento populacional entre as sete regiões portuguesas.

A Região Centro concentrava 21,1% da população residente em Portugal, tendo mantido o seu peso no total nacional. As quatro sub-regiões do litoral – Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Oeste – reuniam 66,3% da população total do Centro, peso que subia para os 87,6% considerando o Médio Tejo e Viseu Dão-Lafões. Face ao ano anterior, o efetivo populacional diminuiu ligeiramente na sub-região das Beiras e Serra da Estrela (-0,17%), tendo aumentado nas restantes sub-regiões, destacando-se o crescimento verificado no Médio Tejo (+0,88%), no Oeste (+0,86%) e em Viseu Dão Lafões (+0,83%). Em todas as sub-regiões do Centro, a taxa de crescimento natural foi negativa e a taxa de crescimento migratório positiva.

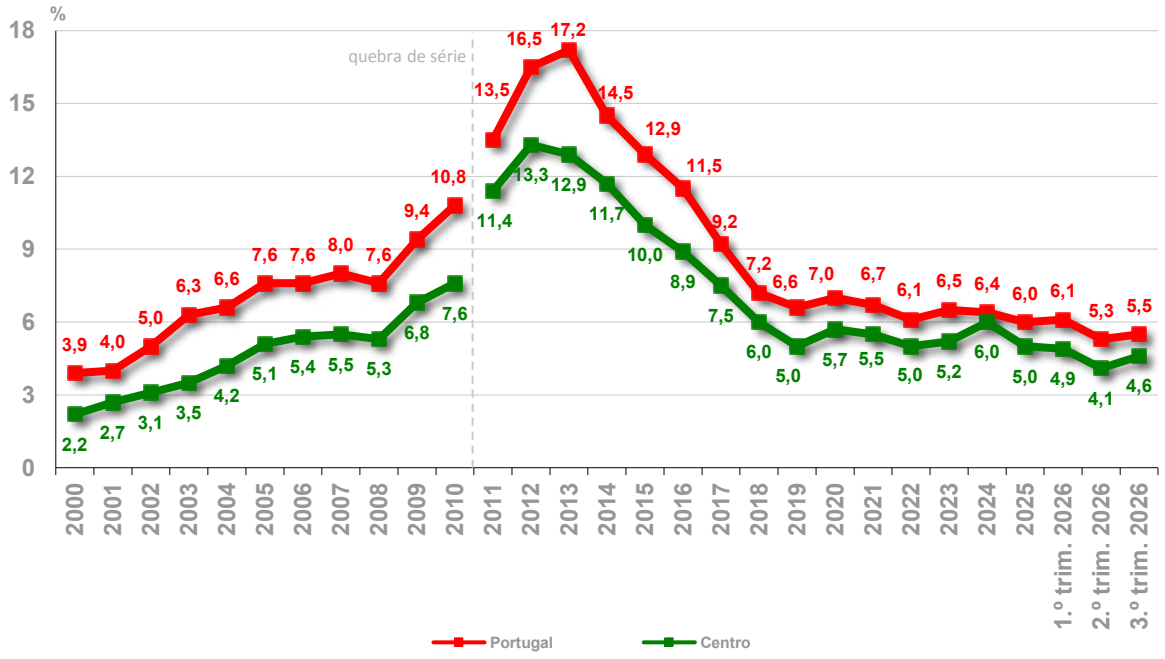
Fonte: INE, Estimativas da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDRC em junho de 2026).

Nota: Com a divulgação das Estimativas de População Residente de 2025 o INE publicou os dados numa nova base de referência, assente na integração e utilização de dados de fontes administrativas e na aplicação de métodos de indícios de residência, tendo também revisto a série de 2021 a 2024. Deste modo, estes dados não são diretamente comparáveis com os da série anterior (até 2020), em que as Estimativas Anuais de População Residente são definitivas e assentes nos recenseamentos da população anteriores – quebra de série.

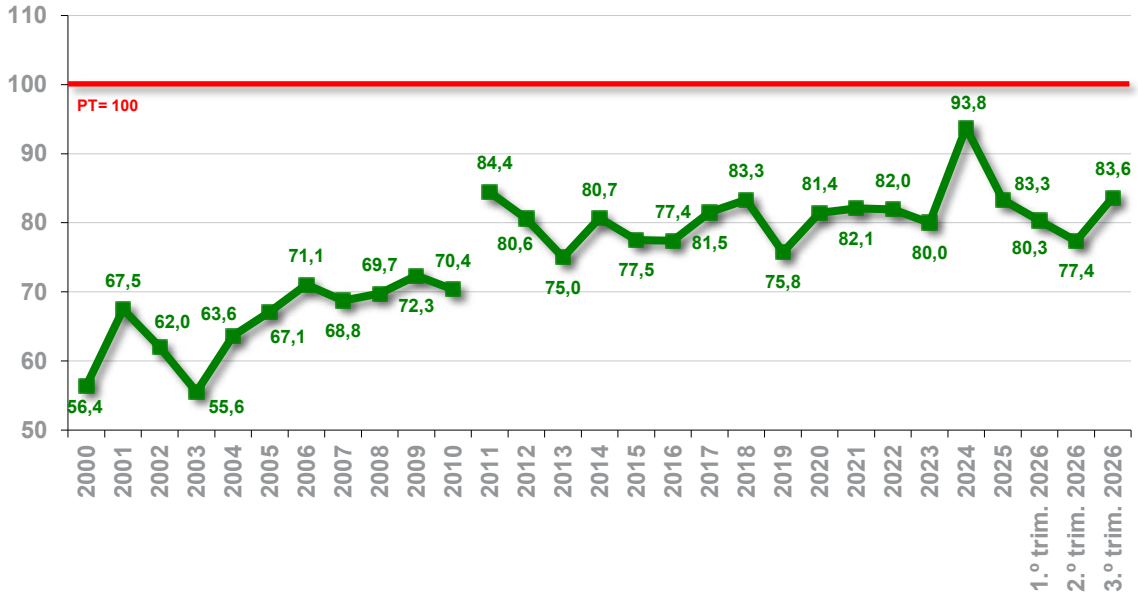
População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Taxa de desemprego

Taxa de desemprego entre o ano 2000 e o terceiro trimestre de 2026

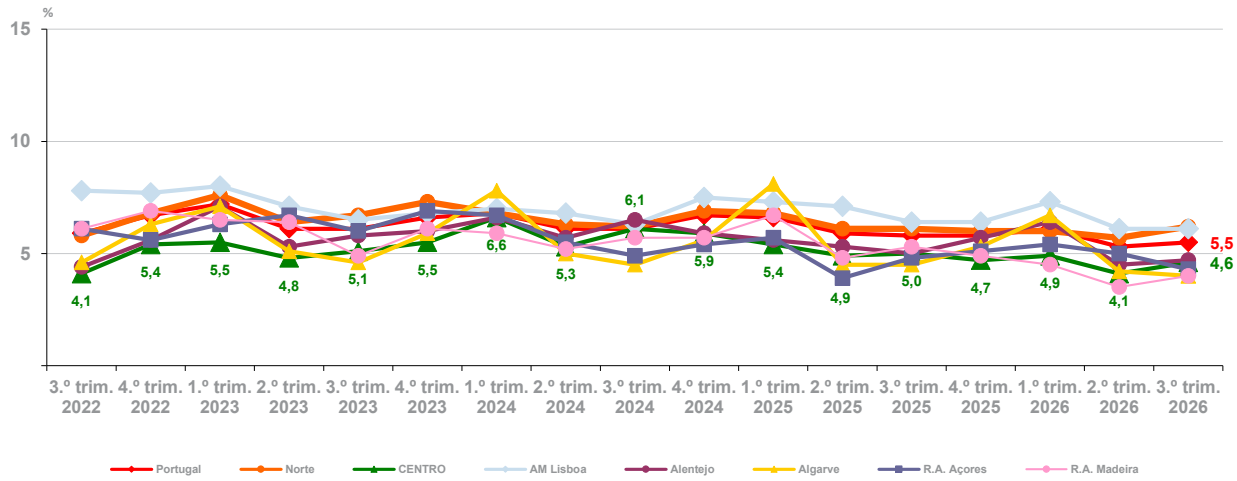


Taxa de desemprego na Região Centro (PT=100) entre o ano 2000 e o terceiro trimestre de 2026

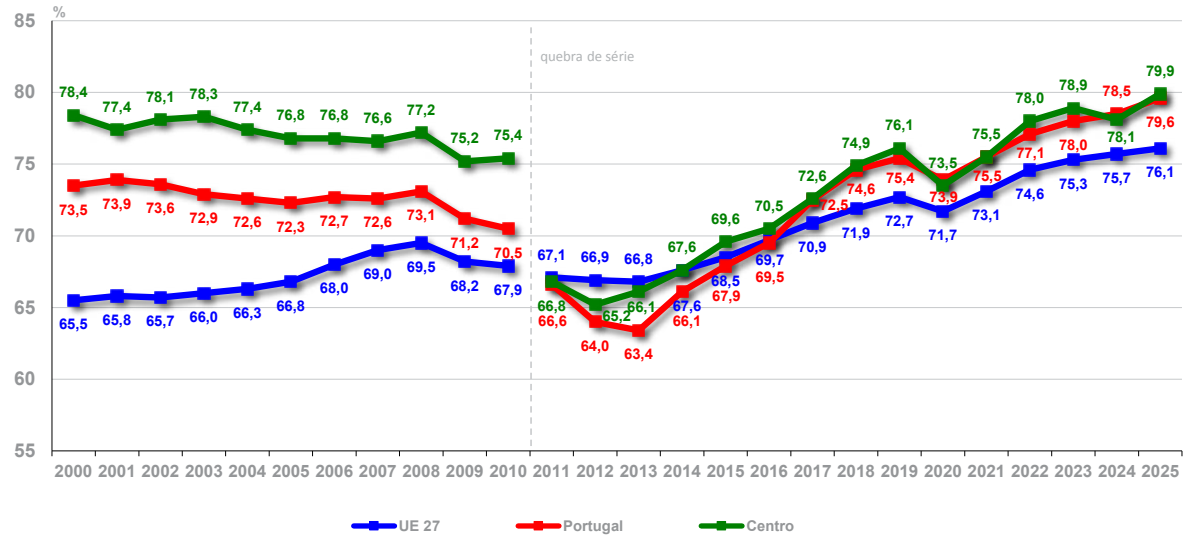


Taxa de desemprego

Taxa de desemprego trimestral por regiões NUTS II entre o terceiro trimestre de 2022 e o terceiro trimestre de 2026



Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos entre 2000 e 2025



Taxa de desemprego

Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego, 3.º trimestre de 2026		Taxa de desemprego, 2025		Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, 2025 (%)
	%	% média nacional	%	% média nacional	
Portugal	**5,5**	**100,0**	**6,0**	**100,0**	**79,6**
Norte	6,2	112,7	6,3	105,0	78,2
CENTRO	**4,6**	**83,6**	**5,0**	**83,3**	**79,9**
AM Lisboa	6,1	110,9	6,8	113,3	81,4
Alentejo	4,7	85,5	5,4	90,0	80,1
Algarve	4,0	72,7	5,6	93,3	80,6
Açores	4,3	78,2	4,9	81,7	76,7
Madeira	4,0	72,7	5,4	90,0	77,2

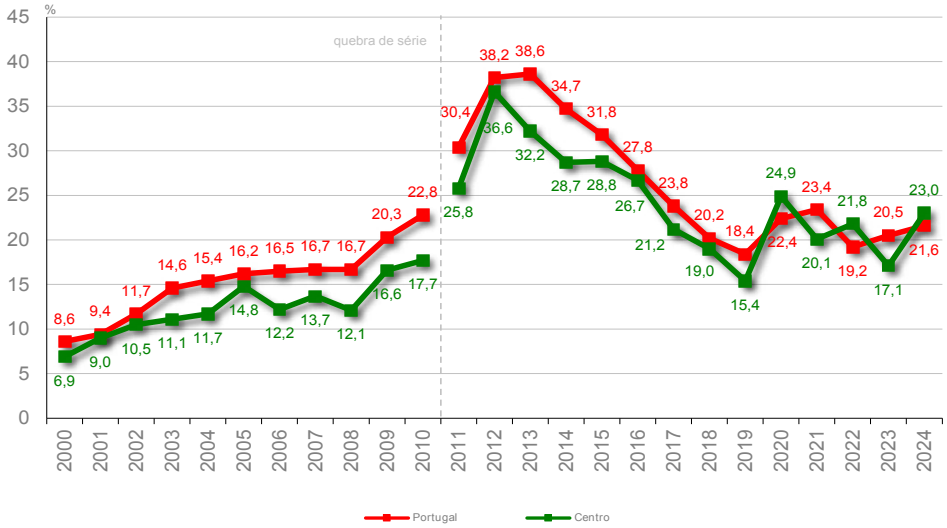
No terceiro trimestre de 2026, a taxa de desemprego da Região Centro fixou-se nos 4,6%, aumentando 0,5 pontos percentuais face ao trimestre anterior, mas mantendo-se, ainda assim, num valor historicamente baixo, comparando com os registos das duas últimas décadas. A taxa de desemprego regional ficou abaixo da média nacional (de 5,5%), representando 83,6% do valor de Portugal. Face ao período homólogo de 2025, assistiu-se a um decréscimo de 0,4 pontos percentuais neste indicador. O Centro registou, neste trimestre, a quarta menor taxa de desemprego entre as regiões portuguesas, atrás do Algarve e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Em termos anuais, em 2025, a taxa de desemprego regional foi de 5,0%, correspondendo a 83,3% da média nacional, tendo o Centro sido a região portuguesa com o segundo melhor desempenho, depois da Região Autónoma dos Açores. A taxa de desemprego regional diminuiu 1,0 ponto percentual face a 2024. A taxa de emprego dos 20 aos 64 anos da Região Centro fixou-se nos 79,9% em 2025, ligeiramente acima da média nacional (de 79,6%), sendo a quarta mais elevada entre as regiões portuguesas, depois da Área Metropolitana de Lisboa, do Algarve e do Alentejo. Este valor é o mais elevado da série e encontra-se acima da meta estabelecida pela União Europeia para 2030, no Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, de aumentar a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos para, pelo menos, 78% e em linha com a meta nacional fixada por Portugal de, pelo menos, 80%.

Fonte: INE (dados anuais disponibilizados e extraídos pela CCDR Centro em maio de 2026; dados trimestrais, disponibilizados à CCDR Centro em novembro de 2026) e Eurostat (dados anuais disponibilizados em outubro de 2026 e extraídos pela CCDR Centro em novembro de 2026).
Notas:
1) Em 2021, o INE iniciou uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.
2) Até 2010, os dados do Inquérito ao Emprego respeitam à série de 1998; entre 2011 e 2020 referem-se à série de 2011 compatibilizada com a série de 2021; e a partir de 2021 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, apenas os dados da série de 1998 não são comparáveis com os restantes (quebra de série).
Taxa de desemprego = População desempregada/População ativa x 100
Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos = População dos 20 aos 64 anos empregada/População dos 20 aos 64 anos x 100
População ativa: Conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado).
População desempregada: Conjunto de indivíduos com idade dos 16 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; tinha procurado ativamente um trabalho, remunerado ou não, ao longo de um período específico (no período de referência ou nas três semanas anteriores); estava disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não.
População empregada: Conjunto de indivíduos com idade dos 16 aos 89 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou de um benefício, em dinheiro ou em géneros (incluindo o trabalho familiar não remunerado); tinha uma ligação formal a um emprego ou trabalho, mas não estava ao serviço; estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.
UE 27 – União Europeia - 27 países (desde 2020)

Taxa de desemprego jovem

Taxa de desemprego jovem na Região Centro e em Portugal entre 2000 e 2024



Posicionamento da Região Centro

	Taxa de desemprego jovem, 2024	
	%	% média nacional
Portugal	**21,6**	**100,0**
Norte	18,6	86,1
CENTRO	**23,0**	**106,5**
AM Lisboa	24,6	113,9
Alentejo	24,4	113,0
Algarve	22,3	103,2
Açores	17,6	81,5
Madeira	x	x

x - Dado não disponível

Em 2024, na Região Centro, a taxa de desemprego jovem foi de 23,0%, traduzindo um aumento de 5,9 pontos percentuais face a 2023, voltando a ser superior à média nacional (21,6%). Comparativamente com as restantes regiões portuguesas, o Centro passou a apresentar a quarta menor taxa de desemprego jovem (em 2023, destacava-se pelo melhor desempenho regional). Note-se que este indicador tem apresentado um comportamento bastante oscilatório nos últimos anos.

Fonte: INE (dados anuais, disponibilizados em fevereiro de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em março de 2025).

Notas:

1) O INE deixou de disponibilizar informação trimestral relativa ao desemprego jovem na Região Centro, pelo que esta ficha passou apenas a conter informação anual.

2) Em 2021, o INE iniciou uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringiu a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.

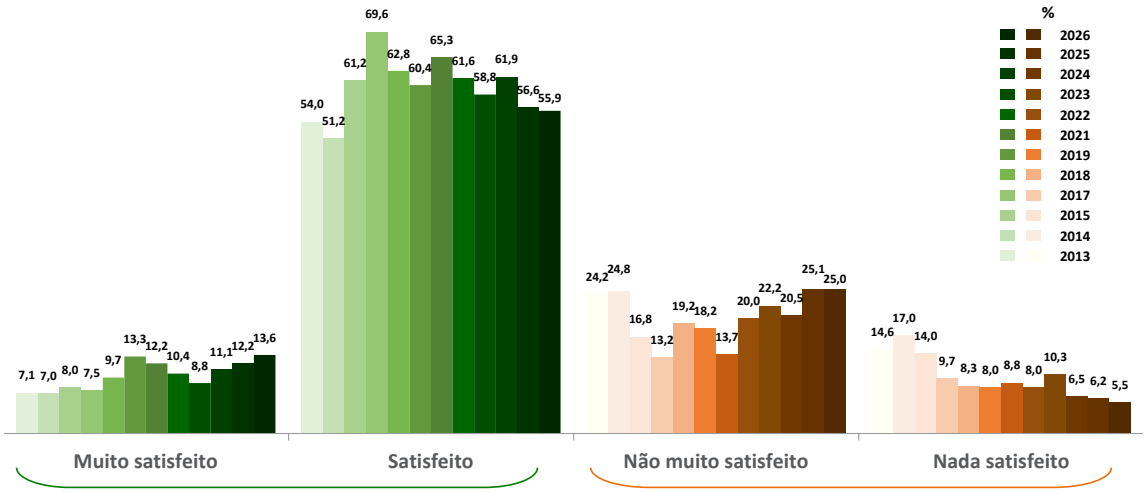
3) Até 2010, os dados do Inquérito ao Emprego respeitam à série de 1998; entre 2011 e 2020 referem-se à série de 2011 compatibilizada com a série de 2021; e a partir de 2021 encontram-se apurados na série de 2021. Deste modo, apenas os dados da série de 1998 não são comparáveis com os restantes (quebra de série).

Taxa de desemprego jovem = População desempregada dos 16 aos 24 anos/População ativa dos 16 aos 24 anos x 100

Satisfação dos residentes

Resultados do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro

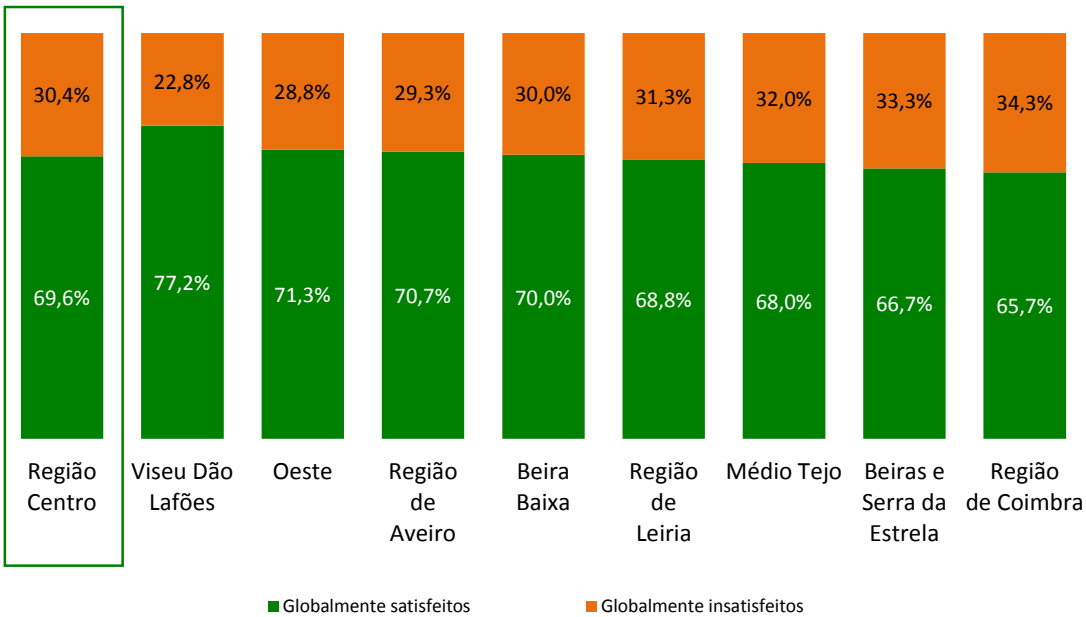
Grau de satisfação dos residentes na Região Centro



69,6% Globalmente satisfeitos em 2026
68,7% Globalmente satisfeitos em 2025
73,0% Globalmente satisfeitos em 2024
67,5% Globalmente satisfeitos em 2023
72,0% Globalmente satisfeitos em 2022
77,5% Globalmente satisfeitos em 2021
73,7% Globalmente satisfeitos em 2019
72,5% Globalmente satisfeitos em 2018
77,1% Globalmente satisfeitos em 2017
69,2% Globalmente satisfeitos em 2015
58,2% Globalmente satisfeitos em 2014
61,2% Globalmente satisfeitos em 2013

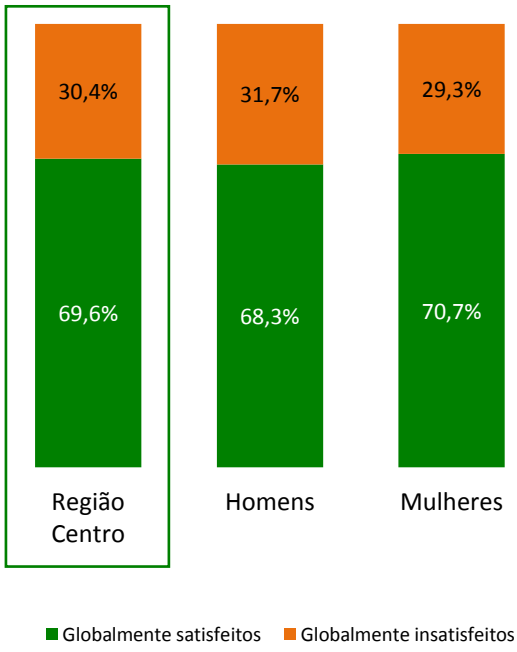
30,4% Globalmente insatisfeitos em 2026
31,3% Globalmente insatisfeitos em 2025
27,0% Globalmente insatisfeitos em 2024
32,5% Globalmente insatisfeitos em 2023
28,0% Globalmente insatisfeitos em 2022
22,5% Globalmente insatisfeitos em 2021
26,3% Globalmente insatisfeitos em 2019
27,5% Globalmente insatisfeitos em 2018
22,9% Globalmente insatisfeitos em 2017
30,8% Globalmente insatisfeitos em 2015
41,8% Globalmente insatisfeitos em 2014
38,8% Globalmente insatisfeitos em 2013

Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sub-região/comunidade intermunicipal de residência em 2026

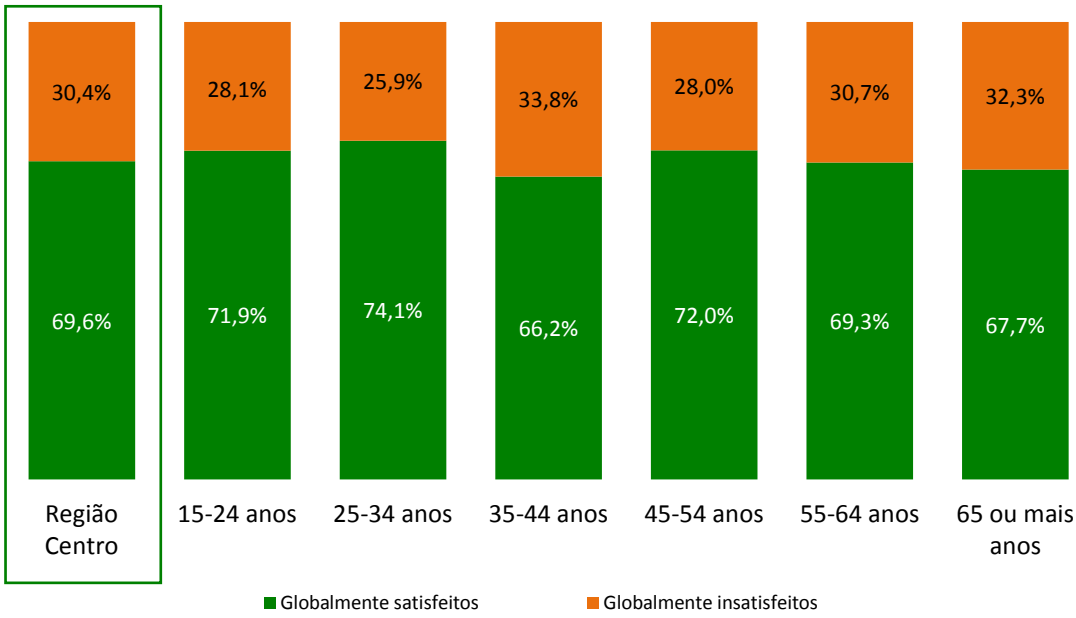


Satisfação dos residentes

Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por sexo em 2026

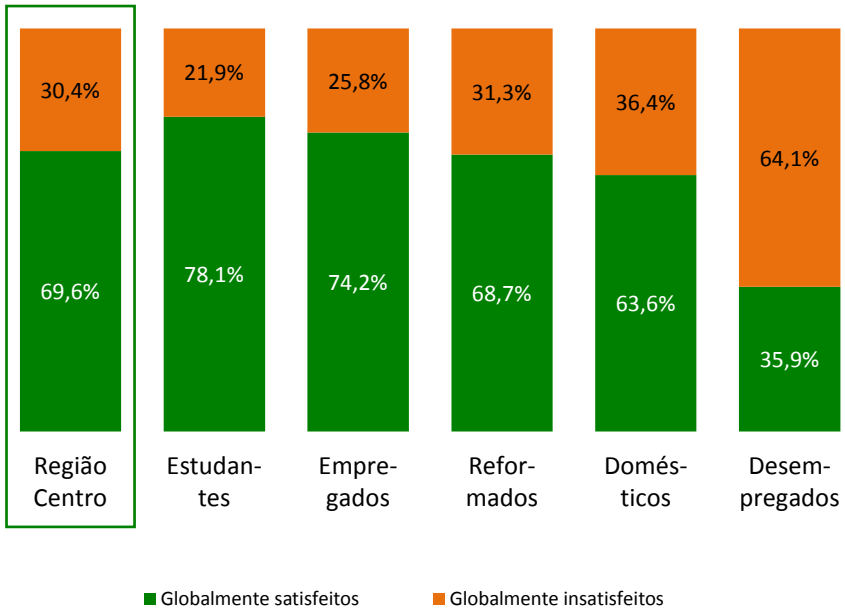


Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por escalão etário em 2026

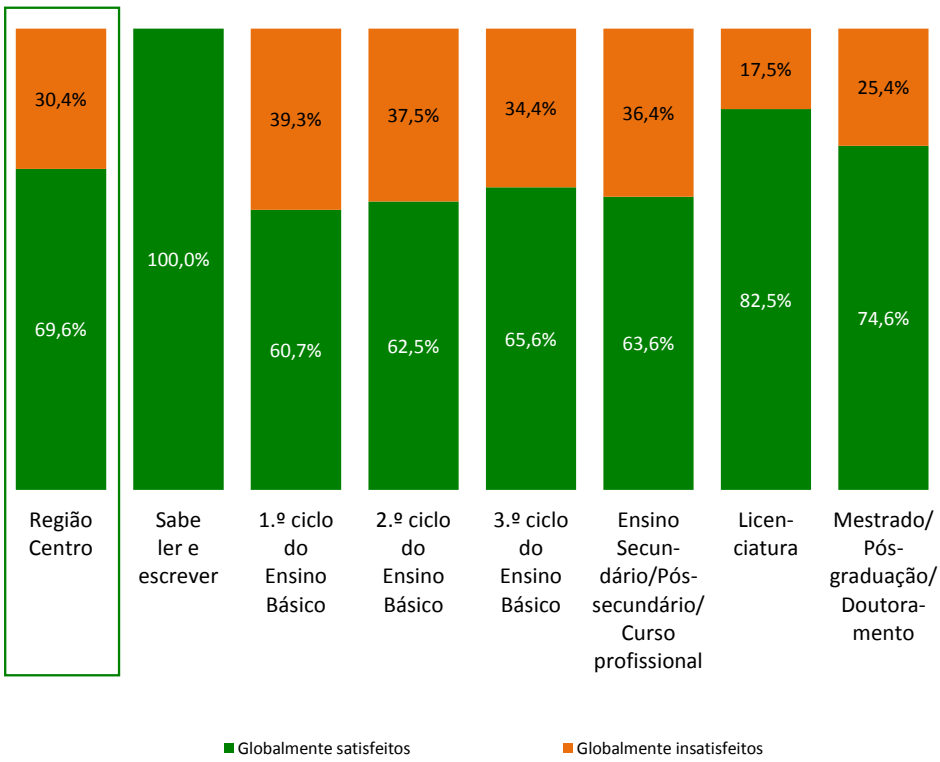


Satisfação dos residentes

Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por condição perante o trabalho em 2026

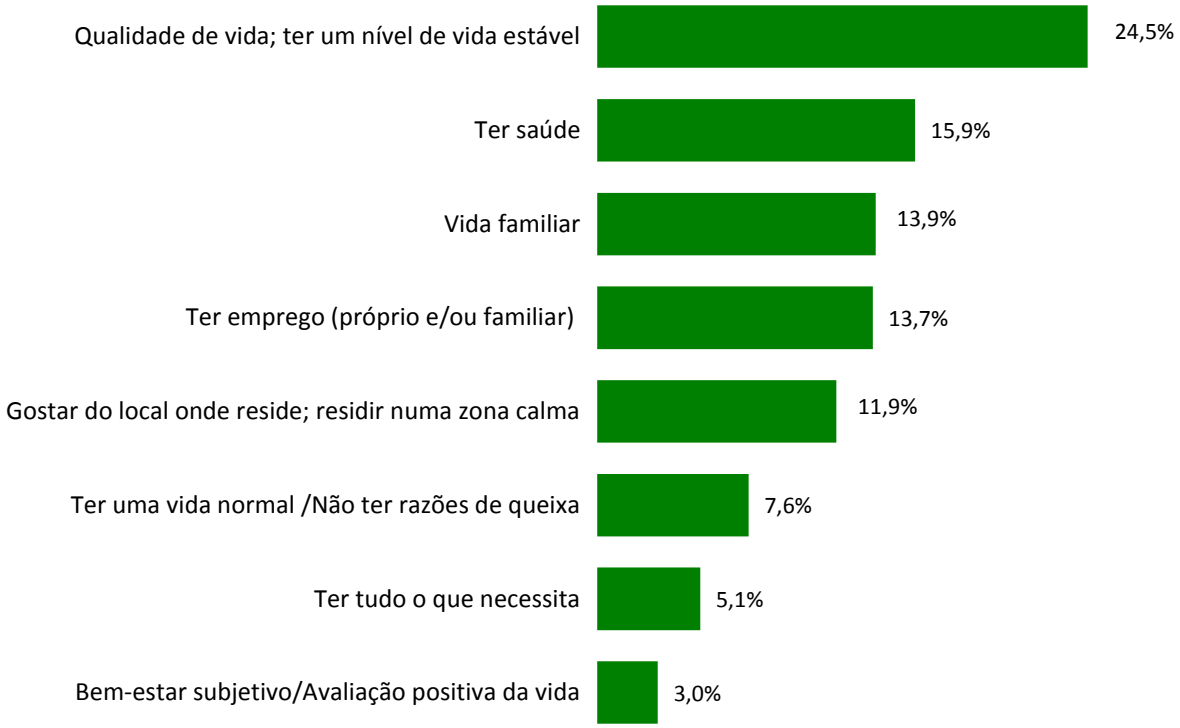


Grau de satisfação dos residentes na Região Centro por nível de escolaridade em 2026



Satisfação dos residentes

Distribuição dos principais motivos de satisfação dos inquiridos em 2026

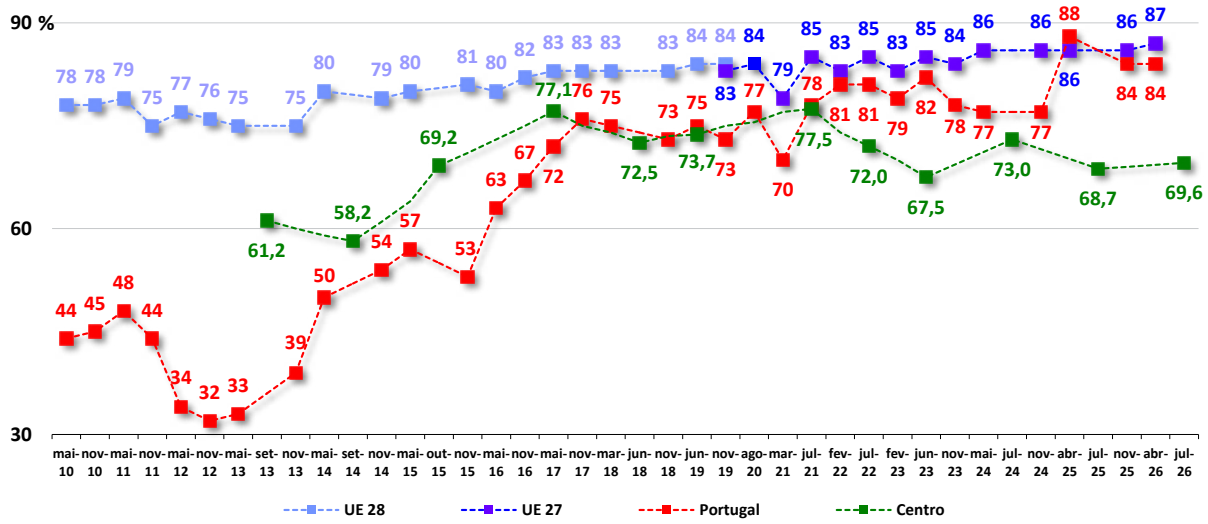


Distribuição dos principais motivos de insatisfação dos inquiridos em 2026



Satisfação dos residentes

Percentagem de residentes globalmente satisfeitos entre 2010 e 2026



Nota: Os dados da União Europeia referentes a 27 países não incluem o Reino Unido (que deixou de ser um estado-membro em 31 de janeiro de 2020).

Grau de satisfação dos residentes na Região Centro

	Indicador médio de satisfação		Grau de satisfação dos residentes							
			Muito satisfeito (1)		Satisfeito (2)		Não muito satisfeito (3)		Nada satisfeito (4)	
	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025
	Pontos (1 a 4)		%							
UE 27	**3,08**	**3,07**	**23,0**	**23,0**	**64,0**	**63,0**	**11,0**	**12,0**	**2,0**	**2,0**
Portugal	**2,89**	**3,02**	**5,0**	**15,0**	**79,0**	**73,0**	**16,0**	**11,0**	**0,0**	**1,0**
CENTRO	**2,78**	**2,75**	**13,6**	**12,2**	**55,9**	**56,6**	**25,0**	**25,1**	**5,5**	**6,2**
Beira Baixa	2,80	2,73	16,7	16,7	53,3	50,0	23,3	23,3	6,7	10,0
Beiras e Serra da Estrela	2,76	2,79	21,6	12,5	45,1	54,2	21,6	33,3	11,8	0,0
Médio Tejo	2,68	2,82	8,0	18,0	60,0	54,0	24,0	20,0	8,0	8,0
Oeste	2,81	2,75	16,3	12,5	55,0	55,0	22,5	27,5	6,3	5,0
Região de Aveiro	2,78	2,72	7,3	9,6	63,4	56,6	29,3	30,1	0,0	3,6
Região de Coimbra	2,72	2,68	12,1	8,1	53,5	58,6	28,3	26,3	6,1	7,1
Região de Leiria	2,78	2,79	14,1	14,1	54,7	57,7	26,6	21,1	4,7	7,0
Viseu Dão Lafões	2,91	2,75	17,5	12,3	59,6	61,4	19,3	15,8	3,5	10,5

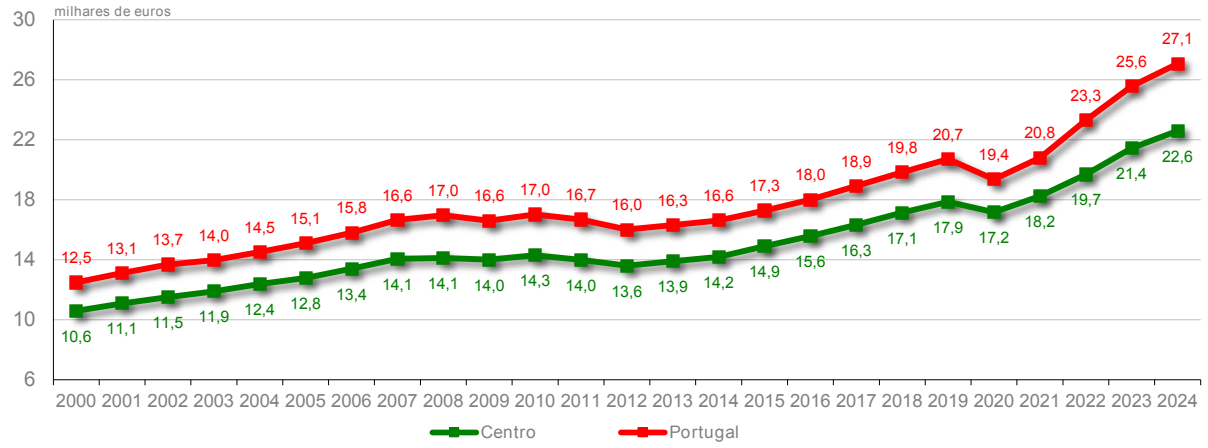
Satisfação dos residentes

Em 2026, segundo os resultados da 12.ª edição do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro, realizado pela CCDR Centro, 69,6% consideraram-se globalmente satisfeitos, contra 68,7% da recolha anterior (2025). Dos inquiridos, 13,6% responderam estar "muito satisfeitos", 55,9% "satisfeitos", 25,0% "não muito satisfeitos" e 5,5% "nada satisfeitos" com a sua vida. Face ao ano anterior, destaca-se o aumento da quota dos "muito satisfeitos" (+1,4 pontos percentuais) e, em sentido contrário, a diminuição das quotas dos "satisfeitos" (-0,7 pontos percentuais), dos "não muito satisfeitos" (-0,1 pontos percentuais) e dos "nada satisfeitos" (-0,7 pontos percentuais), o que resultou num crescimento total da percentagem de inquiridos globalmente satisfeitos em 0,9 pontos percentuais. Comparando estes resultados com os da última vaga disponível do Eurobarómetro (em que a mesma questão foi também inquirida), verificou-se que, na Região Centro, a percentagem de residentes satisfeitos permaneceu bastante abaixo, mas teve uma variação idêntica à da média registada na União Europeia, relativa à satisfação dos cidadãos europeus (que também cresceu, para os 87%). Assistiu-se, ainda, a uma aproximação do nível de satisfação dos residentes no Centro à média nacional (que se manteve nos 84%). Ao contrário das edições anteriores, pela primeira vez, as mulheres revelaram-se mais satisfeitas do que os homens e, em média, os residentes ativos (empregados e desempregados) estavam menos satisfeitos do que os inativos (estudantes, domésticos e reformados), embora com níveis de satisfação próximos. As temáticas do nível de vida, da saúde e do emprego continuam a constar dos principais motivos referidos pelos inquiridos, tanto de satisfação, como de insatisfação. Nesta vaga do inquérito, a qualidade de vida/nível de vida estável manteve-se como o principal motivo de satisfação, seguindo-se ter saúde, a vida familiar, ter emprego e gostar do locar onde reside. De salientar ainda outros motivos de satisfação associados, sobretudo, a uma avaliação positiva da vida e do bem-estar do inquirido (ter uma vida normal/boa, ter tudo o que necessita, gostar da vida que tem, sentir-se bem, etc.). As dificuldades financeiras/custo de vida elevado mantiveram-se como o principal motivo de insatisfação, seguindo-se as remunerações e reformas baixas e o descontentamento com o Governo/políticas. Face à inquirição anterior, permaneceram como importantes fatores de insatisfação a situação profissional (entendida como insatisfação geral com o trabalho, falta de valorização profissional, de oportunidades de trabalho ou de perspetivas de futuro), os problemas de saúde e o desemprego. Os preços da habitação/falta de acesso à habitação, o Serviço Nacional de Saúde, a conciliação entre trabalho e lazer, a falta de acesso a transportes públicos e a solidão/isolamento foram também motivos de insatisfação apontados pelos inquiridos.

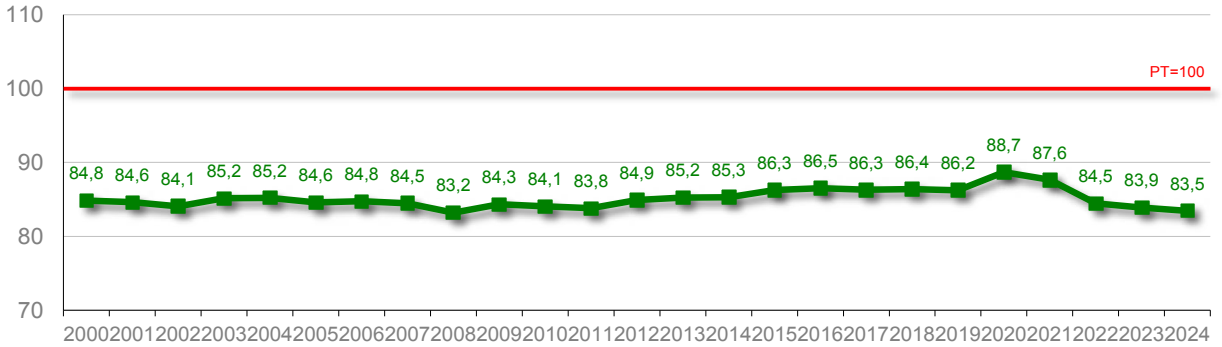
Fonte: CCDR Centro, I.P., Inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro; Comissão Europeia, Eurobarómetro standard.
Notas:
1) A amostra do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro de 2025 foi de 513 entrevistas, com um erro de 4,33 pontos percentuais para um intervalo de confiança de 95%. Foi utilizado o método de amostragem por quotas para garantir a representatividade para o total da NUTS II Centro em termos de distribuição geográfica (comunidade intermunicipal e municípios), mas também ao nível das características dos indivíduos (dimensão populacional dos lugares, género, escalão etário e situação perante o trabalho) e da recolha dos dados (entrevistas telefónicas para rede fixa/móvel e online). A amostra foi distribuída de forma proporcional à população com 15 ou mais anos de idade, verificando-se uma exceção ao nível da distribuição por Comunidade Intermunicipal, dado que foi definido um número mínimo de 30 entrevistas válidas por comunidade. O trabalho de campo decorreu entre os dias 19 de junho e 20 de julho de 2026, tendo sido utilizadas as técnicas de recolha por entrevista telefónica e entrevista online.
2) No quadro, os valores de 2026 de Portugal e da UE27 referem-se à 105.ª vaga do Eurobarómetro (março/abril de 2026) e os da Região Centro à 12.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (junho/julho de 2026). Já os valores de 2025 respeitantes a Portugal e à UE27 referem-se à 103.ª vaga do Eurobarómetro (março/abril de 2025) e os valores da Região Centro reportam à 11.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro (julho de 2025).
3) A 1.ª vaga do inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro decorreu em setembro de 2013, a 2.ª vaga em outubro de 2014, a 3.ª vaga em outubro de 2015, a 4.ª vaga em maio de 2017, a 5.ª vaga em junho de 2018, a 6.ª vaga em junho de 2019, a 7.ª vaga em julho de 2021, a 8.ª vaga em junho/julho de 2022, a 9.ª vaga em junho/julho de 2023, a 10.ª vaga em julho de 2024, a 11.ª vaga em julho de 2025 e 12.ª vaga em junho/julho de 2026.
4) Em 2020, não foi realizado o inquérito à satisfação dos residentes na Região Centro devido às circunstâncias provocadas pela pandemia COVID-19, nomeadamente a possível perturbação na obtenção da informação e na análise dos seus resultados.
Globalmente satisfeitos: Inquiridos que respondem estar "muito satisfeitos" ou "satisfeitos" com a vida que levam.
Globalmente insatisfeitos: Inquiridos que respondem estar "não muito satisfeitos" ou "nada satisfeitos" com a vida que levam.
Serviços de interesse geral: serviços que as autoridades públicas classificam como sendo de interesse geral e, por conseguinte, sujeitos a obrigações específicas de serviço público (traduzem necessidades coletivas essenciais). Tais serviços podem ser prestados quer pelo Estado, quer pelo setor privado. São exemplos de serviços de interesse geral os serviços postais, os transportes públicos, os cuidados de saúde, bem como os serviços bancários básicos, a energia e as comunicações eletrónicas.
Indicador médio de satisfação = [4x(número de inquiridos "muito satisfeitos" com a vida que levam) + 3x(número de inquiridos "satisfeitos" com a vida que levam)+ 2x(número de inquiridos "não muito satisfeitos" com a vida que levam) + 1x(número de inquiridos "nada satisfeitos" com a vida que levam)]/ número total de inquiridos.

Produto Interno Bruto por habitante

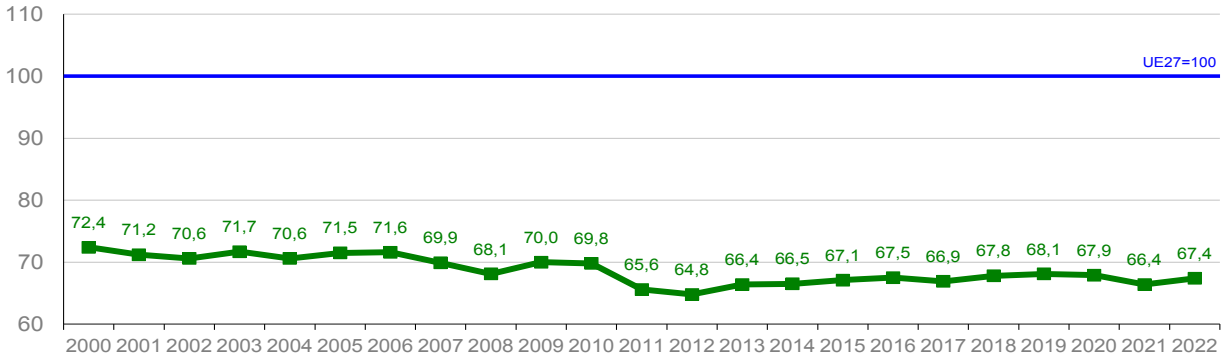
Produto interno bruto por habitante entre 2000 e 2024 (base 2021)



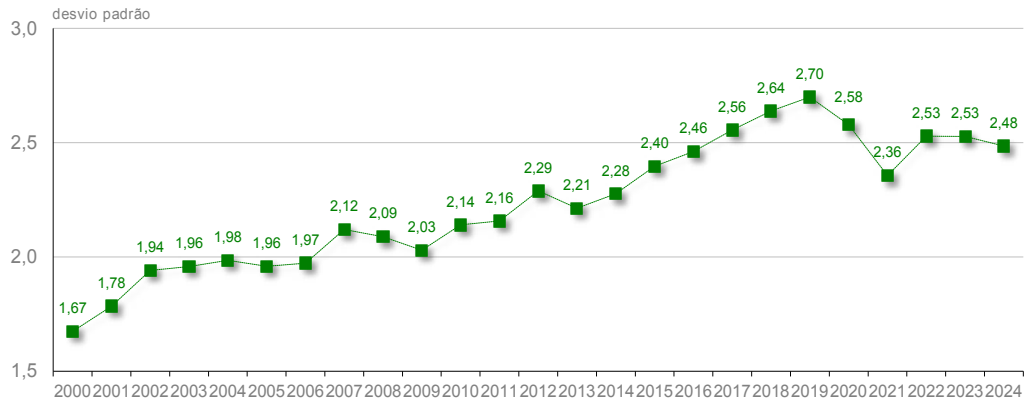
Produto interno bruto por habitante na Região Centro (PT=100) entre 2000 e 2024 (base 2021)



Produto interno bruto por habitante na Região Centro (UE 27=100) em paridades de poder de compra entre 2000 e 2022 (base 2016)



Dispersão inter-regional do PIB por habitante na Região Centro entre 2000 e 2024



Posicionamento da Região Centro

	PIB por habitante, 2024	
	euros	PT=100
Portugal	**27.063**	**100,0**
Norte	23.280	86,0
CENTRO	**22.585**	**83,5**
AM Lisboa	35.535	131,3
Alentejo	24.312	89,8
Algarve	29.302	108,3
Açores	23.836	88,1
Madeira	29.012	107,2

Produto Interno Bruto por habitante

18

Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante da Região Centro cifrava-se nos 22.585 euros, mais 1.146 euros do que em 2023. Este valor representava 83,5% da média do país, tendo divergido ligeiramente do padrão nacional (diminuiu 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior). Desde 2023 que o Centro apresenta o menor PIB por habitante entre as sete regiões portuguesas (anteriormente era a região Norte).

As assimetrias territoriais entre as NUTS III da Região Centro, medidas pelo desvio-padrão do PIB por habitante, diminuíram ligeiramente em 2024. A disparidade sub-regional do PIB por habitante atingia a sua expressão máxima na comparação da Região de Aveiro (25.645 euros por habitante) com as Beiras e Serra da Estrela (18.827 euros por habitante).

Fonte: INE (dados anuais definitivos de 2000 a 2023 e provisórios de 2024, disponibilizados e extraídos pela CCDR Centro em dezembro de 2025).

Notas:

1) A informação de Contas Regionais de 2023 e 2024 apenas foi divulgada na nova configuração territorial das NUTS 2024, em substituição das NUTS 2013. Deste modo, apenas foi possível obter dados para a Região Centro a 100 municípios (NUTS 2013) para alguns indicadores disponibilizados pelo INE. Nestes casos, o Centro a 100 municípios corresponde à agregação da NUTS II Centro e das NUTS III Médio Tejo e Oeste. Assim, não foi possível calcular o PIB por habitante em paridades de poder de compra, pelo que este indicador não teve atualização nas duas últimas edições desta ficha do Barómetro.

2) Com a divulgação das Contas Regionais de 2023, o INE publicou os dados numa nova base de referência – base 2021. Deste modo, estes dados não são diretamente comparáveis com os da série anterior (base 2016).

3) Os dados para o cálculo da disparidade face à média europeia encontram-se avaliados em paridades de poder de compra. Os restantes indicadores encontram-se avaliados a preços correntes.

Produto interno bruto por habitante = Produto Interno Bruto/População residente

Dispersão inter-regional do PIB por habitante: Medido pelo desvio-padrão do PIB por habitante registado em cada ano nas NUTS III da Região Centro (NUTS 2013).

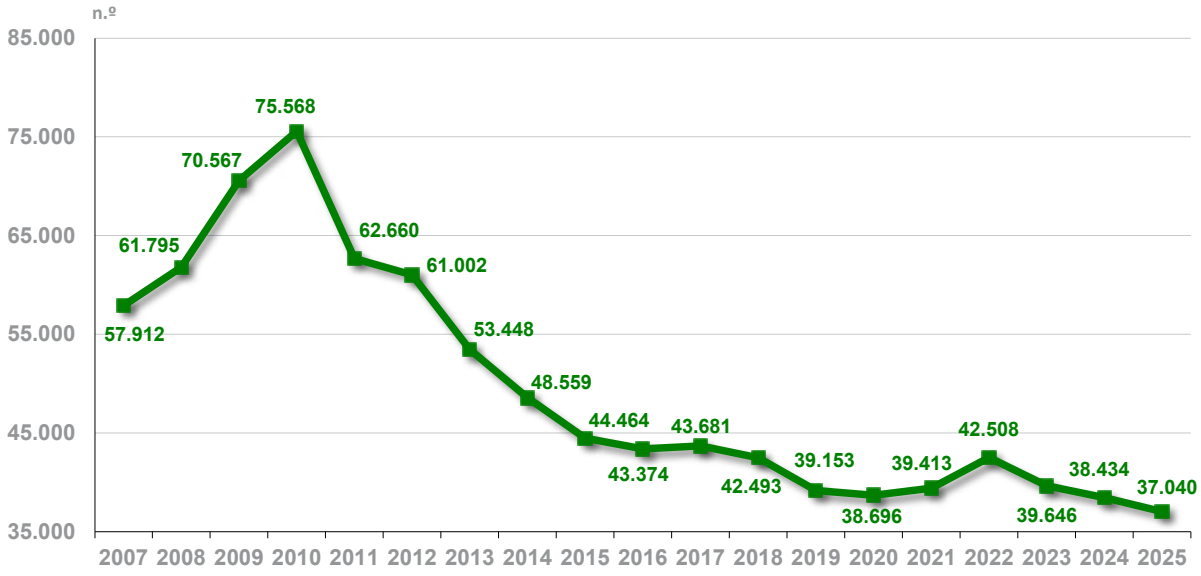
Desvio-padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio-padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio-padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

PIB – Produto Interno Bruto

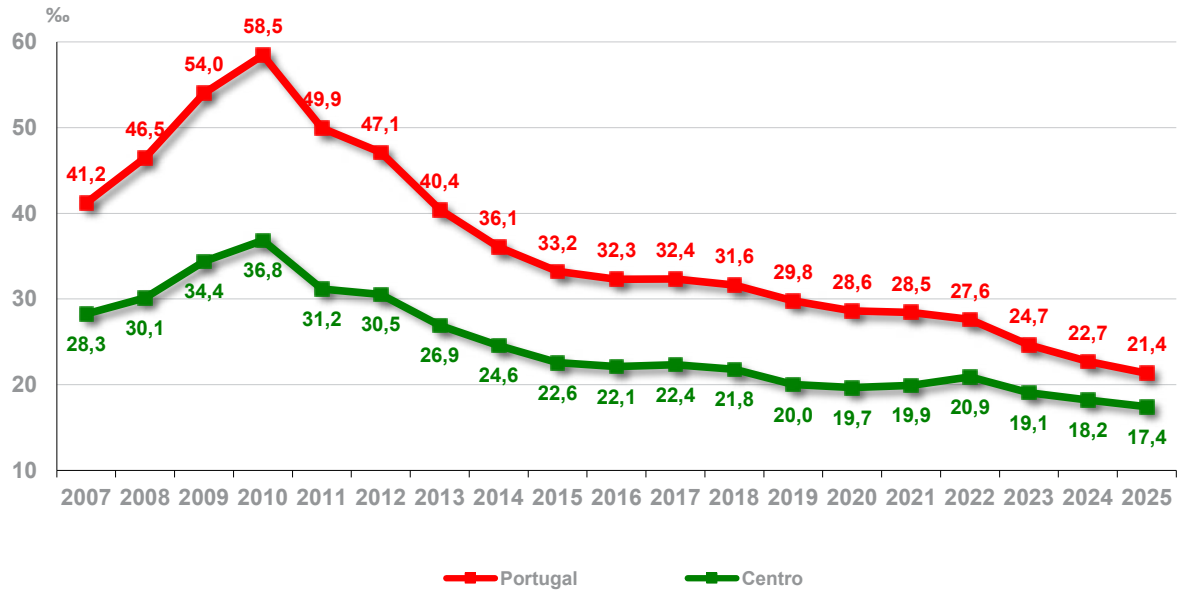
UE 27 – União Europeia (27 estados-membros)

Beneficiários do RSI

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) na Região Centro entre 2007 e 2025

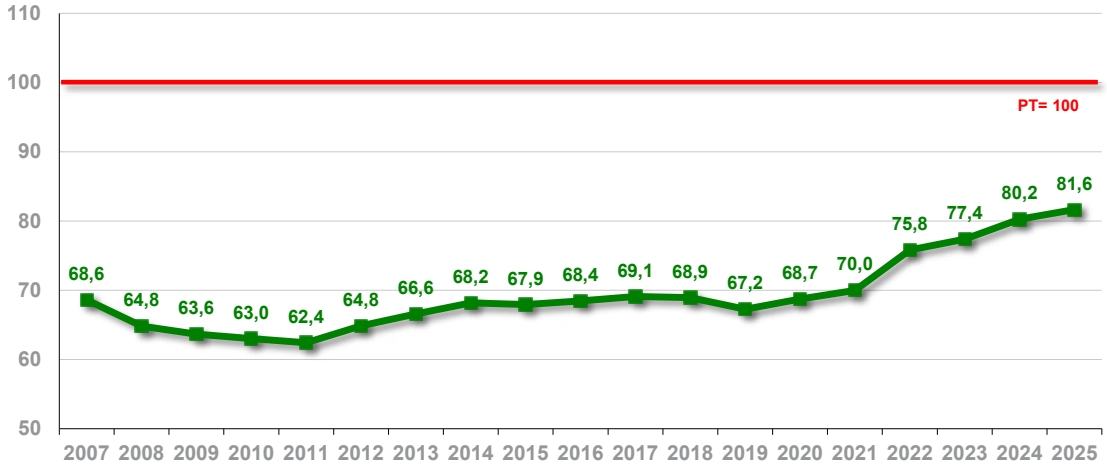


Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa entre 2007 e 2025



Beneficiários do RSI

Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa na Região Centro (PT=100) entre 2007 e 2025



Posicionamento da Região Centro

	Beneficiários do RSI, 2025	Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa, 2025	
	n.º	‰	% média nacional
Portugal	**213 716**	**21,4**	**100,0**
Norte	77 349	23,1	108,3
CENTRO	**37 040**	**17,4**	**81,6**
AM Lisboa	61 881	21,3	99,7
Alentejo	17 473	25,5	119,5
Algarve	8 339	16,5	77,3
Açores	8 342	39,4	184,4
Madeira	3 174	13,5	63,3

Em 2025, na Região Centro, existiam 37,0 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), observando-se um mínimo histórico desde o início da série em 2007, à semelhança do que também se verificou a nível nacional. Este número representava 17,3% do total nacional, tendo-se registado uma redução de 3,6% face ao ano anterior. No Centro existiam 17,4 beneficiários do RSI por cada 1.000 habitantes em idade ativa (com mais de 15 anos), valor inferior ao verificado em 2024, correspondendo ao terceiro melhor registo entre as sete regiões portuguesas, a seguir à Região Autónoma da Madeira e ao Algarve. O Centro manteve-se, em 2025, abaixo da média do país, apesar da aproximação do padrão nacional aos valores observados na região.

Fonte: Dados de 2023 a 2025 - cálculos próprios a partir de INE (dados anuais, disponibilizados em agosto de 2026 e extraídos pela CCDR Centro em novembro de 2026); Dados de 2007 a 2022 - INE (dados disponibilizados anualmente).

Notas:

1) O total de Portugal inclui beneficiários do RSI com residência não determinada.

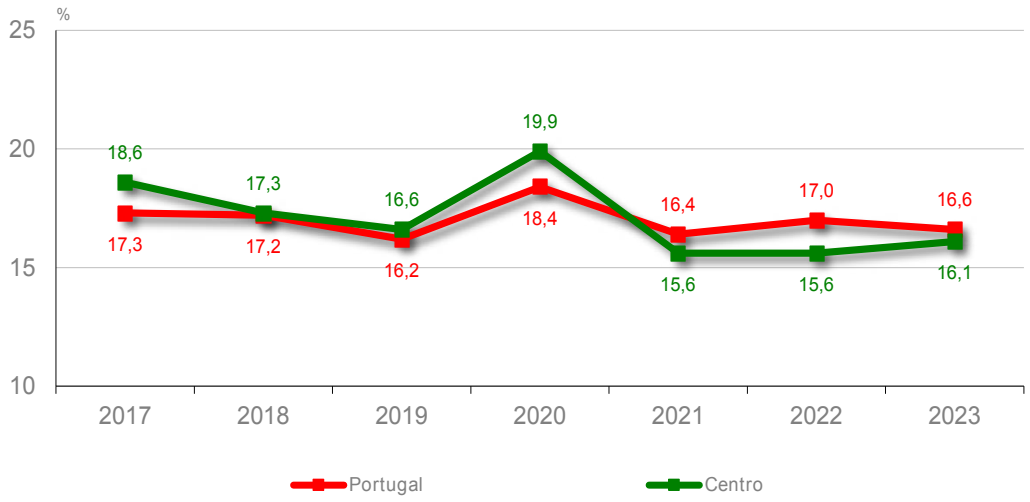
2) Nos anos de 2013 e 2014, a atualização dos dados de acordo com o código da divisão administrativa, que decorre das Leis n.º 61/2012 de 5 de dezembro, n.º 56/2012 de 8 de novembro e n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, não se encontra completa.

Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa = Beneficiários do RSI/População média residente com mais de 15 anos x 100

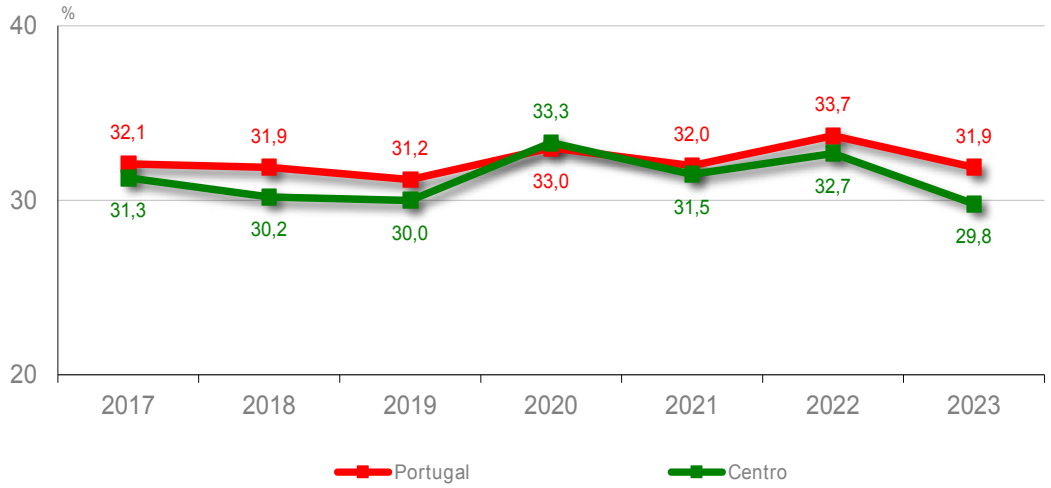
RSI – Rendimento Social de Inserção

Distribuição do rendimento

Taxa de risco de pobreza (rendimento monetário) entre 2017 e 2023



Coeficiente de Gini (rendimento monetário) entre 2017 e 2023



Distribuição do rendimento

	Rendimento monetário líquido equivalente 2023		
	Taxa de risco de pobreza (%)	Coeficiente de Gini (%)	Desigualdade na distribuição de rendimentos - S80/S20 (n.º)
Portugal	**16,6**	**31,9**	**5,2**
Norte	18,0	31,9	5,2
CENTRO	**16,1**	**29,8**	**4,6**
AM Lisboa	14,5	32,6	5,6
Alentejo	15,6	29,9	4,5
Algarve	16,4	31,6	5,1
Açores	24,2	33,8	5,9
Madeira	19,1	31,1	4,9

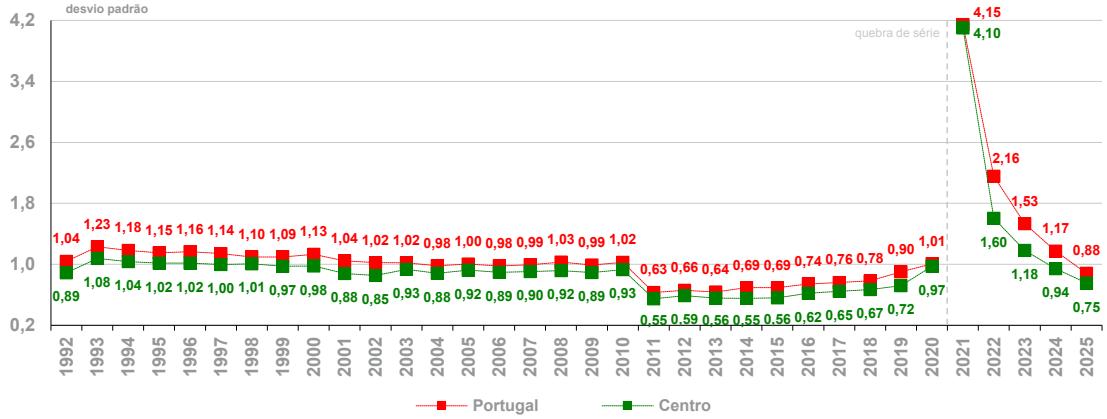
Em 2023, a taxa de risco de pobreza na Região Centro aumentou para os 16,1%, um valor ainda assim abaixo da média nacional, que diminuiu para os 16,6%. O Centro apresentou o terceiro valor mais baixo da taxa de risco de pobreza entre as sete regiões do país, a seguir à Área Metropolitana de Lisboa e ao Alentejo.

Em 2023, na região, assistiu-se a uma redução das desigualdades na distribuição do rendimento, registando-se a menor assimetria de rendimentos desde o início da série. Deste modo, o coeficiente de Gini apresentava um valor de 29,8% (comparando com 32,7%, em 2022), colocando o Centro na primeira posição entre as sete regiões portuguesas e abaixo do padrão nacional (portanto, com uma distribuição menos desigual face à média nacional). Também na distância entre o rendimento dos 20% mais ricos e o rendimento dos 20% mais pobres, a região viu as desigualdades diminuírem (4,6 em 2023, contra 5,2 em 2022). Neste indicador, a região posicionava-se abaixo da média do país (de 5,2), indicando uma distribuição dos rendimentos menos assimétrica na região do que o padrão nacional.

Fonte: INE (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2018-2024; dados anuais, disponibilizados em janeiro de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em março de 2025).
Nota: O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias realizado sobre rendimentos monetários de 2017 (ICOR 2018), foi o primeiro desta série que permitiu obter estimativas regionais.
Rendimento monetário líquido: Inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social.
Coeficiente de Gini: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).
Taxa de risco de pobreza: Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente.
Rendimento por adulto equivalente: Resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes". "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. Esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Dispersão da variação populacional

Dispersão concelhia da taxa de variação populacional entre 1992 e 2025



Posicionamento da Região Centro

Taxa de variação populacional dos municípios, 2025

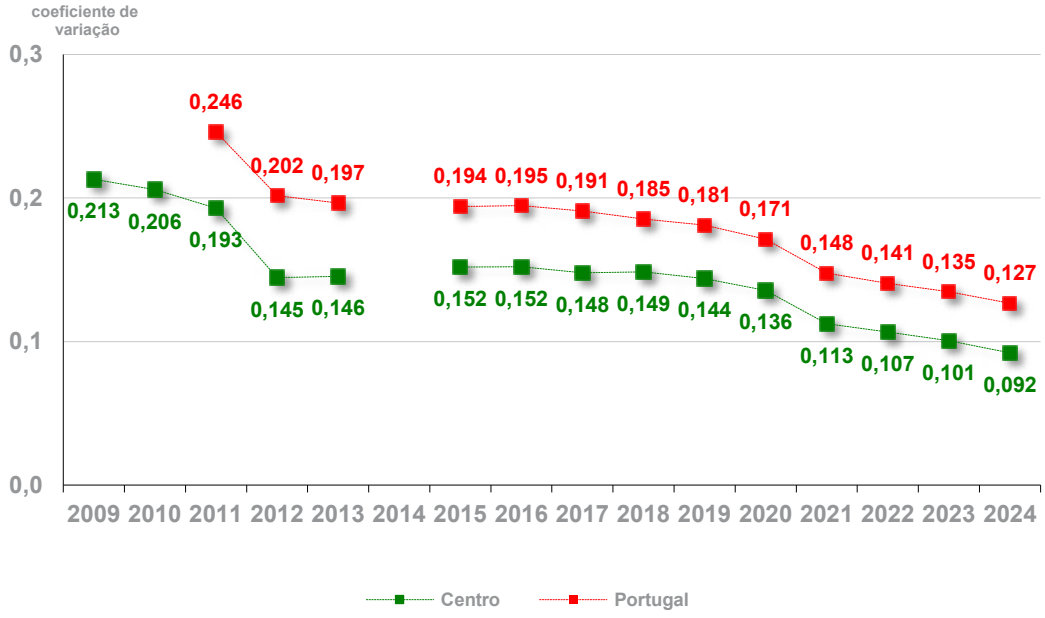
	Dispersão concelhia				
	Desvio padrão	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Máximo (%)	Mínimo (%)	Média (%)
Portugal	**0,88**	**0,00**	**5,45**	**-2,02**	**0,33**
Norte	0,69	-0,19	1,51	-1,64	0,09
CENTRO	**0,75**	**-0,13**	**2,88**	**-1,41**	**0,50**
AM Lisboa	0,88	0,00	2,26	-1,04	0,56
Alentejo	0,92	0,04	2,62	-2,02	0,07
Algarve	0,50	-0,38	1,01	-0,87	0,11
Açores	1,09	0,21	3,52	-0,80	0,65
Madeira	1,67	0,79	5,45	-0,17	1,37

Em 2025, atendendo à dispersão concelhia da variação da população, assistiu-se a uma diminuição das assimetrias territoriais na Região Centro e no País. O Centro continuava a posicionar-se abaixo do valor de Portugal, ainda que tenha diminuído o diferencial face ao ano anterior. Comparativamente às restantes regiões portuguesas, o Centro assumia a terceira posição na hierarquia nacional, depois do Algarve e da Região Norte, as regiões com as assimetrias intrarregionais menos acentuadas. As assimetrias intrarregionais no Centro assumiam a sua expressão máxima na comparação entre Constância, o município cuja população mais cresceu (+2,88%), e Manteigas, o município que mais população perdeu (-1,41%).

Fonte: INE, Estimativas da População Residente (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDR Centro em junho de 2026).
Nota: Com a divulgação das Estimativas de População Residente de 2025 o INE publicou os dados numa nova base de referência, assente na integração e utilização de dados de fontes administrativas e na aplicação de métodos de indícios de residência, tendo também revisto a série de 2021 a 2024. Deste modo, estes dados não são diretamente comparáveis com os da série anterior (até 2020), em que as Estimativas Anuais de População Residente são definitivas e assentes nos recenseamentos da população anteriores – quebra de série.
Dispersão concelhia da taxa de variação populacional: Medida pelo desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios da respetiva unidade territorial.
Dispersão concelhia da taxa de variação populacional face à média nacional = Desvio padrão da taxa de variação populacional anual registada nos municípios da unidade territorial – Desvio padrão da taxa de variação populacional registada em cada ano nos municípios do país.
Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0, indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.
População residente: Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.
p.p. - Pontos percentuais

Dispersão do rendimento familiar

Dispersão concelhia do rendimento familiar por habitante entre 2009 e 2024



Posicionamento da Região Centro

	Rendimento familiar por habitante, 2024						
	Dispersão concelhia						
	Coeficiente de variação		Desvio padrão		Máximo (euros)	Mínimo (euros)	Média (euros)
	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)	Valor	Face à média nacional (p.p.) (Região - País)			
Portugal	**0,127**	**0,0**	**1 246**	**0,0**	**14 893**	**7 261**	**9 843**
Norte	0,126	0,000	1 164	-82,6	12 651	7 261	9 222
CENTRO	**0,092**	**-0,035**	**908**	**-337,8**	**12 966**	**8 001**	**9 867**
AM Lisboa	0,117	-0,009	1 353	106,8	14 893	9 505	11 534
Alentejo	0,093	-0,033	940	-306,5	12 182	7 428	10 059
Algarve	0,088	-0,038	816	-429,9	11 164	7 646	9 227
Açores	0,146	0,019	1 582	335,9	13 936	8 631	10 853
Madeira	0,180	0,053	1 747	501,2	13 235	8 225	9 713

Dispersão do rendimento familiar

Na Região Centro, em 2024, a dispersão concelhia do rendimento familiar relativizado pela população residente voltou a observar um mínimo histórico, prosseguindo a tendência de redução das assimetrias regionais registada desde 2015. Com esta evolução, a dispersão do rendimento das famílias na Região Centro voltou a distanciar-se dos valores registados nos primeiros anos da série, mantendo-se abaixo da média nacional. Relativamente às restantes regiões portuguesas, o Centro foi a segunda região com menores assimetrias intrarregionais, a seguir ao Algarve. A dispersão concelhia assumiu novamente a sua expressão máxima na Região Autónoma da Madeira.

Em 2024, na Região Centro, a média do rendimento familiar por habitante aumentou para os 9.867 euros (aproximadamente mais 902 euros do que em 2023), tendo o valor máximo sido de 12.966 euros (registado no município de Coimbra) e o mínimo de 8.001 euros (ocorrido no município de Castro Daire).

Fonte: Dados de 2015 a 2024 – cálculos próprios a partir de INE (dados anuais, disponibilizados em julho de 2026 e extraídos pela CCDR Centro em agosto de 2026); Dados de 2009 a 2013 – cálculos próprios a partir de Autoridade Tributária e Aduaneira (dados recebidos anualmente pela CCDR Centro) e INE (dados anuais da população).

Notas:

1) A informação relativa ao IRS liquidado, a partir de 2015, não inclui o valor relativo à sobretaxa extraordinária de IRS (em vigor de 2013 a 2017), nem os agregados fiscais com rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado menor do que zero.

2) A partir de 2018 a informação passa a ser referenciada ao município da morada fiscal do contribuinte e a excluir os resultados relativos aos não residentes (inclui resultados dos contribuintes com "residência fiscal parcial"). Os dados relativos aos anos de 2015 a 2020 têm por base a informação das Estimativas Definitivas de População Residente, que incorporam os resultados definitivos dos Censos 2021.

Rendimento familiar por habitante = (Rendimento bruto declarado em sede de IRS – IRS liquidado)/População média residente

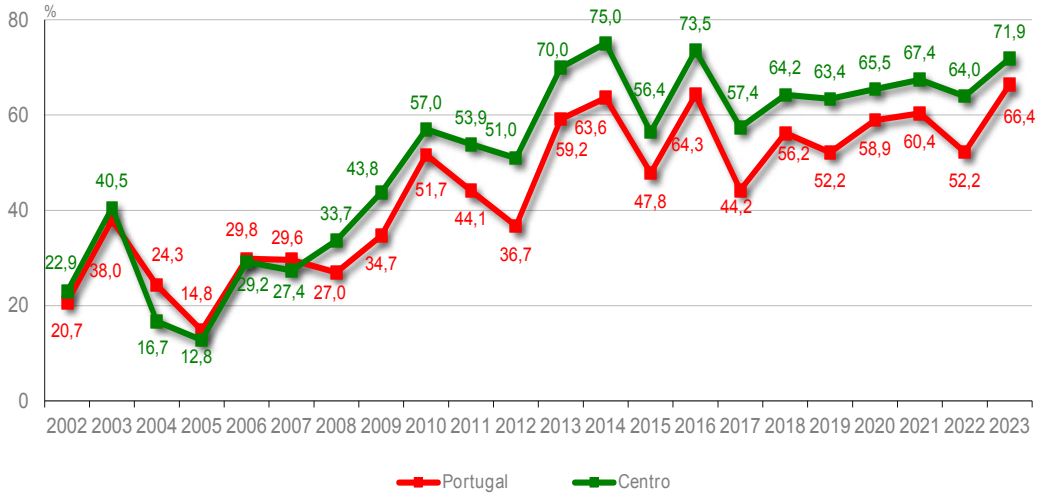
Coeficiente de variação: Medida de dispersão relativa obtida dividindo o desvio padrão pela média. Quanto maior o valor do coeficiente de variação, maior é a dispersão dos dados; quanto menor o valor do coeficiente de variação, mais homogéneos são os dados e menores as assimetrias regionais.

Desvio padrão: Medida de dispersão que mede a variabilidade dos valores em torno da média. O seu valor mínimo é 0 indicando que não existe variabilidade, ou seja, que todos os valores são iguais. Quanto menor o valor do desvio padrão, menores as assimetrias regionais; quanto maior for o valor do desvio padrão, maior a variabilidade/dispersão dos dados e maiores serão as assimetrias territoriais.

IRS – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares

p.p. – Pontos percentuais

Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica entre 2002 e 2023



Posicionamento da Região Centro

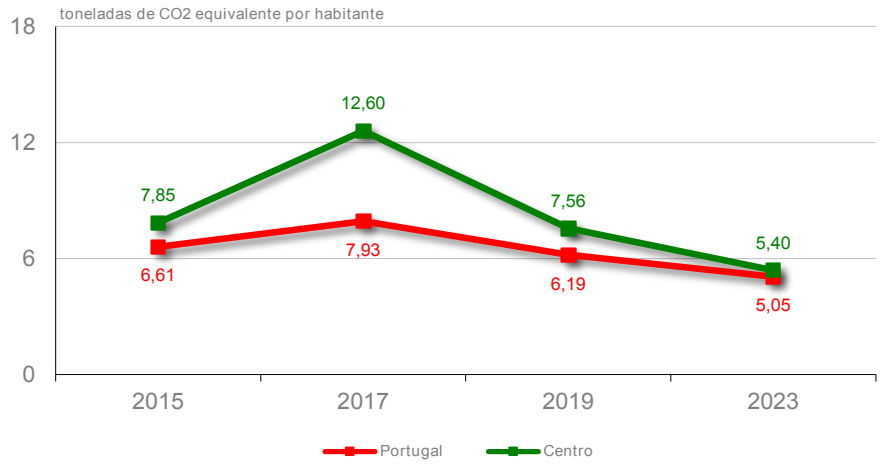
	Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia elétrica, 2023 (%)
Portugal	**66,4**
Norte	114,7
CENTRO	**71,9**
AM Lisboa	7,3
Alentejo	63,3
Algarve	59,9
Açores	39,6
Madeira	24,7

Em 2023, 71,9% da energia elétrica consumida na Região Centro foi produzida através de energias renováveis, tendo este peso no país sido de 66,4% (um máximo histórico para a geração renovável nacional). Face a 2022 observou-se um aumento neste indicador de 7,9 pontos percentuais na região e de 14,2 pontos percentuais no país. Esta evolução resultou, sobretudo, do aumento da produção de eletricidade de origem hídrica (devido à pluviosidade acrescida durante o ano) e do incremento da capacidade solar. Neste ano, a produção renovável regional distribuiu-se entre energia eólica (66,8% face a 78,3% em 2022), hídrica (22,7% contra 15,7% em 2022) e fotovoltaica (10,5% versus 6,0% em 2022). O Centro manteve-se como a região com a segunda maior produção de eletricidade através de energias renováveis face ao seu consumo de energia (a seguir à Região Norte). De facto, a Região Centro é, tendencialmente, mais produtora de energias renováveis do que consumidora. Assim, enquanto a quota regional de produção de energias renováveis se situava, em 2023, nos 28,7%, em termos de consumo de eletricidade fixava-se nos 26,5%.

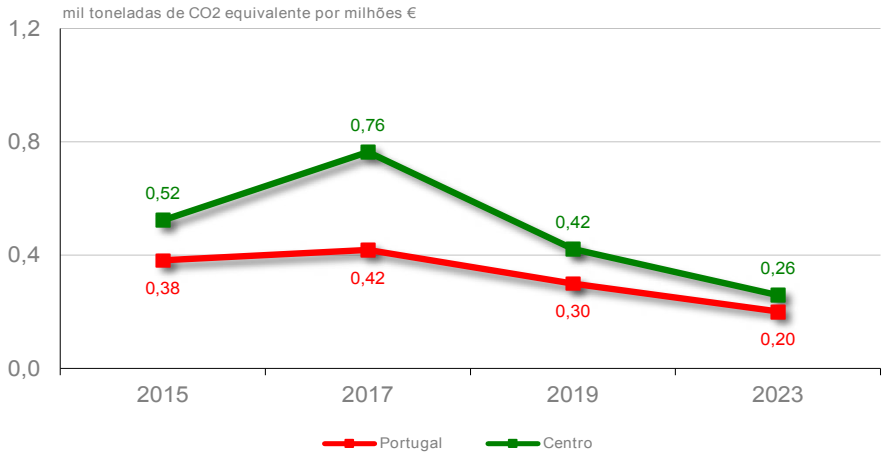
Fonte: Cálculos próprios a partir de INE/Direção-Geral de Energia e Geologia (dados anuais, disponibilizados e extraídos pela CCDR Centro em junho de 2025).
Nota: Os dados da produção de eletricidade não incluem microprodução e miniprodução.
Percentagem de energias renováveis no consumo final de energia = Produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica e fotovoltaica/Consumo total de eletricidade x 100

Emissão de gases com efeitos estufa

Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por habitante em 2015, 2017, 2019 e 2023

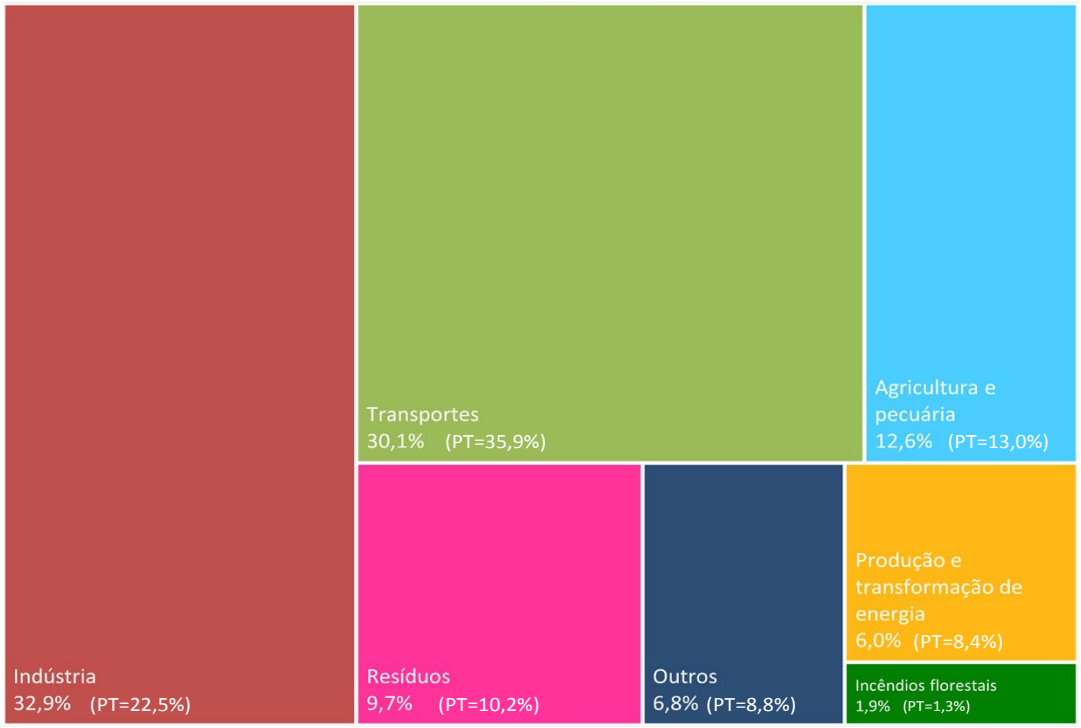


Peso da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa no Produto Interno Bruto (intensidade carbónica) em 2015, 2017, 2019 e 2023



Emissão de gases com efeitos estufa

Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por setores de emissão, 2023



Posicionamento da Região Centro

	Emissão total estimada de gases com efeito de estufa, 2023			
	Peso no total nacional (%)	Por habitante (t de CO2 equivalente por habitante)	Por quilómetro quadrado (kt de CO2 equivalente por Km2)	Peso no PIB (kt de CO2 equivalente por M€)
Portugal	**100,0**	**5,05**	**0,58**	**0,20**
Norte	26,9	3,93	0,68	0,18
CENTRO	**23,1**	**5,40**	**0,44**	**0,26**
AM Lisboa	23,9	4,35	4,27	0,13
Alentejo	16,6	12,35	0,28	0,54
Algarve	3,7	4,09	0,40	0,15
Açores	3,7	8,32	0,86	0,37
Madeira	2,1	4,47	1,43	0,16

Emissão de gases com efeitos estufa

Em 2023, a Região Centro era responsável por 23,1% do total das emissões de GEE do país, sendo a terceira região portuguesa com maior quota de emissões, atrás do Norte e da Área Metropolitana de Lisboa. O dióxido de carbono era o gás com efeito de estufa mais emitido, representando 72,1% do total de emissões de GEE na região, acima da média nacional (71,3%). Seguia-se o metano (normalmente mais associado ao setor agrícola e dos resíduos), responsável por 17,0% das emissões de GEE na região (a quota nacional era de 18,7%). As principais fontes de emissão de GEE no Centro eram a indústria (incluindo combustão, processos industriais e uso de produtos), com um peso bastante superior ao nacional (32,9% contra 22,5%), o setor dos transportes, com destaque para os transportes rodoviários (quota regional de 30,1%, face a 35,9% em termos nacionais) e a agricultura e pecuária (peso de 12,6% na região, contra 13,0% a nível nacional).

Em 2023, tanto a emissão de gases com efeito de estufa (GEE) por habitante na Região Centro, como o peso que a emissão de GEE assumia no Produto Interno Bruto da região eram superiores ao valor nacional e a todas as restantes regiões do país com exceção do Alentejo e dos Açores. Apenas quando se relativizava a emissão regional de GEE pela superfície do território é que a região se posicionava abaixo da média nacional. No entanto, em todos estes indicadores tem-se assistido a uma tendência decrescente de GEE emitidos, registando-se, em 2023, os menores valores de emissões desde 2015. Esta evolução traduz alterações no paradigma energético, nomeadamente a opção por formas de energia menos intensivas em carbono (com destaque para o gás natural) e a aposta crescente em fontes de origem renovável (nomeadamente as energias eólica, hídrica e, mais recentemente, a fotovoltaica).

Fonte: Agência para o Clima, Inventário Nacional de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (cálculos próprios a partir dos dados relativos às Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho, 2015, 2017 e 2019, com referência a agosto de 2021, e 2023, com referência a agosto de 2025).

Notas:

1) Para o cálculo da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa foram considerados os seguintes gases: Dióxido de carbono (CO2); Metano (CH4); Óxido nitroso (N2O) e Gases Fluorados com efeito de estufa abrangidos pelo Protocolo de Quioto (F-Gases).

2) Os coeficientes usados para o cálculo do total estimado de Gases com Efeito de Estufa em CO2 equivalente para os anos de 2015, 2017 e 2019 são os definidos pelo IPCC 2007 (*Intergovernmental Panel on Climate Change, Fourth Assessment Report*) e exprimem o efeito, nas propriedades de radiação da atmosfera, de 1 tonelada do gás em causa relativamente a uma tonelada de CO2 para um período de vida de 100 anos: equivalente CO2 = 1 tonelada de CO2; equivalente N2O = 298 toneladas de CO2; equivalente CH4 = 25 toneladas de CO2.

3) No que respeita ao ano de 2023, os coeficientes usados para o cálculo do total estimado de Gases com Efeito de Estufa em CO2 equivalente são os definidos pelo IPCC 2014 (*Intergovernmental Panel on Climate Change, Fifth Assessment Report*): equivalente CO2 = 1 tonelada de CO2; equivalente N2O = 265 toneladas de CO2; equivalente CH4 = 28 toneladas de CO2.

4) De acordo com a Agência para o Clima, a distribuição espacial das emissões de poluentes atmosféricos por município baseia-se, para um grande número de situações, numa abordagem top-down, recorrendo a variáveis proxy e tendo por base pressupostos, pelo que é aconselhada precaução na interpretação dos resultados e cuidado na análise da variabilidade inter-anual das emissões a um nível desagregado. Conforme a mesma Agência, uma vez que as metodologias de cálculo de emissões, as fontes de dados e os fatores de emissão foram sendo melhorados ao longo do tempo, os resultados de 2023 não devem ser comparados com exercícios anteriores de carácter semelhante.

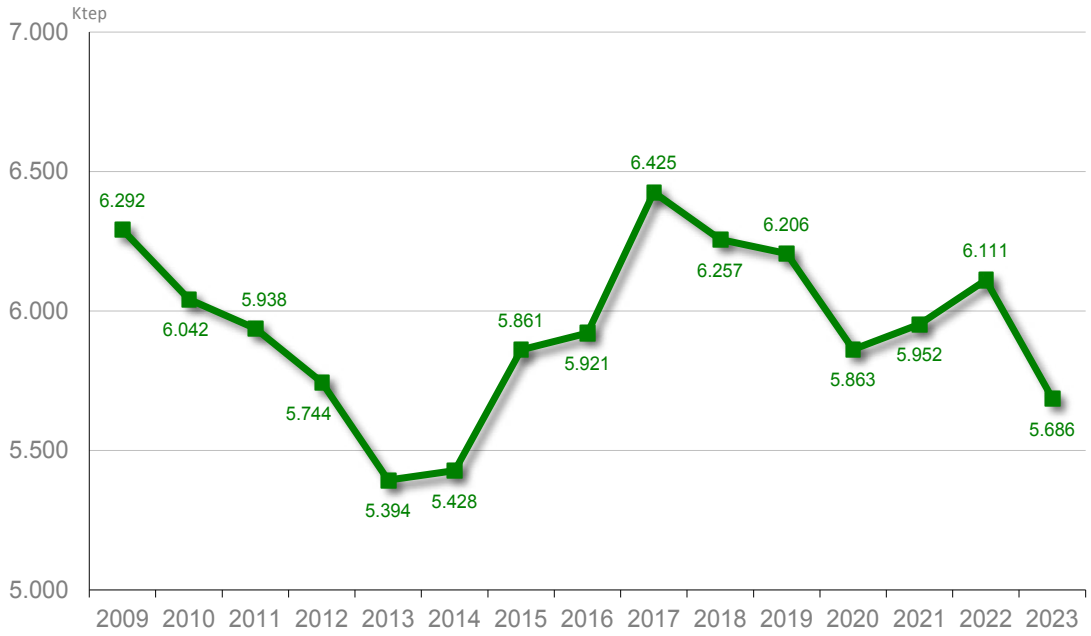
Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por habitante = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/População residente

Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa por quilómetro quadrado = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/Superfície do território

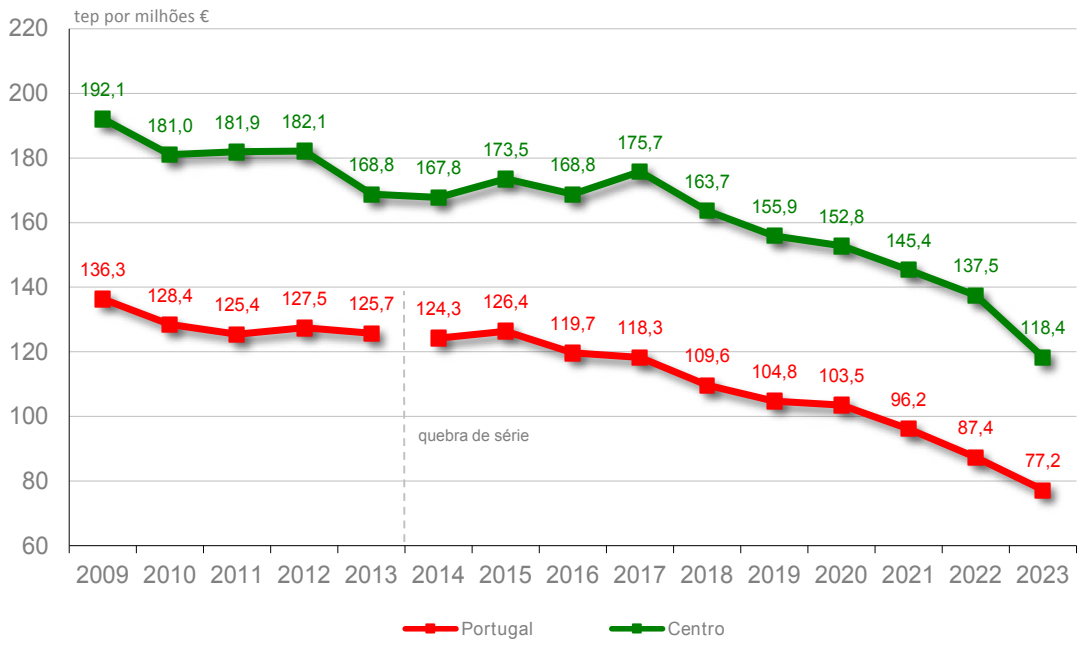
Peso da emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa no Produto Interno Bruto (intensidade carbónica) = Emissão total estimada de Gases com Efeito de Estufa/Produto Interno Bruto

CO2 - Dióxido de carbono
CH4 - Metano
N2O - Óxido nitroso
F-Gases - Gases Fluorados
GEE - Gases com Efeito de Estufa
PIB - Produto Interno Bruto
t - toneladas
kt - quilotoneladas (mil toneladas)

Consumo de energia primária na Região Centro entre 2009 e 2023



Consumo de energia primária no PIB entre 2009 e 2023



Posicionamento da Região Centro

	Consumo de energia primária, 2023 (ktep)	Consumo de energia primária no PIB, 2023 (tep por milhões de €)
Portugal	**20.646**	**77,2**
Norte	4.928	62,7
CENTRO	**5.686**	**118,4**
AM Lisboa	3.815	38,7
Alentejo	2.775	168,3
Algarve	669	50,9
Açores	353	65,7
Madeira	369	52,8

Na Região Centro, em 2023, o consumo de energia primária diminuiu para cerca de 5,7 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, registando-se um decréscimo de 7,0% face a 2022, superior à redução que também se verificou a nível nacional (-3,1%). Esta diminuição resultou, em grande medida, da redução da produção de eletricidade a partir do gás natural. O Centro permaneceu como a região portuguesa com o consumo de energia primária mais elevado, concentrando 27,5% do valor nacional (seguindo-se o Norte com 23,9%).

Relativamente à quantidade de energia primária necessária para produzir uma unidade de Produto Interno Bruto (PIB), na Região Centro, em termos médios, era necessário consumir mais energia primária para produzir a mesma riqueza do que no país. No entanto, tem-se observado uma diminuição dessa intensidade energética na região, verificando-se atualmente o valor mais baixo de toda a série.

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia, Saldos energéticos por NUTS II (dados anuais disponibilizados em maio de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em junho de 2025) e INE (dados anuais, disponibilizados em maio de 2025 e extraídos pela CCDR Centro em junho de 2025).

Notas:

1) Os dados de 2023 do consumo de energia primária e do PIB são provisórios.

2) A partir de 2014 os valores do consumo de energia primária de Portugal integram a energia renovável produzida pelas bombas de calor, pelo que não são diretamente comparáveis com a série anterior.

3) Os valores do consumo de energia primária das regiões do Continente excluem, por impossibilidade da sua desagregação regional, a biomassa, os resíduos renováveis e não renováveis para a produção de calor; a energia renovável proveniente do solar térmico e a energia renovável produzida pelas bombas de calor. Por este motivo, o total de Portugal não coincide com a soma das regiões.

4) Tendo como fontes de informação os produtores, importadores e grandes distribuidores de energia, no caso particular dos combustíveis derivados do petróleo, desconhece-se a redistribuição provocada pelas redes de revenda, por grosso e retalho, na localização final do consumo.

5) A informação de Contas Regionais de 2023 apenas foi divulgada na nova configuração territorial das NUTS 2024 (em substituição das NUTS 2013). Deste modo, os dados obtidos para o Centro a 100 municípios correspondem à agregação da nova NUTS II Centro (77 municípios) e das NUTS III Médio Tejo e Oeste.

Consumo de energia primária: toda a energia utilizada diretamente ou a que é sujeita a transformação para outras formas energéticas. Resulta da soma das importações com a produção doméstica, retirando as saídas e variação de stocks.

Tep - tonelada equivalente de petróleo

PIB – Produto Interno Bruto

BARÓMETRO
CENTRO DE PORTUGAL

ANEXO

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



ODS 1 - Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



ODS 2 - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável



ODS 3 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



ODS 4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas



ODS 6 - Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos



ODS 7 - Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



ODS 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos



ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



ODS 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países



ODS 11 - Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



ODS 12 - Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



ODS 13 -Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos



ODS 14 -Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



ODS 15 -Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade



ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis



ODS 17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável

CCDR CENTRO
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, I.P.

Cofinanciado por:

CENTRO 2030 PROGRAMA REGIONAL DO CENTRO

PORTUGAL 2030

Cofinanciado pela União Europeia